



MDA

Ministério de Desenvolvimento Agrário

SDT

Secretaria de Desenvolvimento Territorial

CODETER

Conselho de Desenvolvimento do Território Velho Chico

PTDRS

**PLANO TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL DO VELHO CHICO**

Bahia

Dezembro 2008



MDA

Ministério de Desenvolvimento Agrário

SDT

Secretaria de Desenvolvimento Territorial

CODETER

Conselho de Desenvolvimento do Território Velho Chico

NE

Núcleo Executivo

NT

Núcleo Técnico

ARTICULADOR TERRITORIAL

Dermeval Gervásio de Oliveira

ENTIDADE EXECUTORA

Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN

ORGANIZAÇÃO

Cleber Eduão Ferreira

Reginaldo Pereira dos Santos

Dermeval Gervásio de Oliveira

CONSULTORES DA RNC/SDT

Paulo Cunha Melo Ramos

Cláudio Gustavo Lasa

Ana Mônica Hughes de Paula

CONTATO

(77) 3698-1885

territoriovcba@bol.com.br

C. Postal 18 – Centro – 47520-000 / IBOTIRAMA - BAHIA

SUMÁRIO

	GLOSSÁRIO	6
	APRESENTAÇÃO	9
1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA	17
3	DIAGNÓSTICO	19
3.1	Uma Aproximação ao Território Velho Chico	19
3.1.1	Índice Rural Territorial – Bahia	21
3.2	Aspectos Históricos	23
3.2.1	Processo de Ocupação do Médio São Francisco	23
3.2.2	Populações Tradicionais	27
3.2.2.1	Comunidade de Fundo de Pasto	27
3.2.2.2.	Comunidade Quilombolas	31
3.2.2.3	Comunidades dos Brejos	34
3.2.2.4	Comunidades Indígenas	34
3.3	Aspectos Geoambientais	39
3.3.1	Clima	39
3.3.2	Solos	39
3.3.3	Vegetação	40
3.3.4	Recursos Hídricos	41
3.3.5	Recursos Minerais	42
3.3.6	Passivo Ambiental	42
3.4	Aspectos Demográficos e Sociais	43
3.4.1	População	43
3.4.2	Educação	45
3.4.3	Saúde e Saneamento	47
3.4.4	Hospitais e Postos de Saúde	49
3.4.5	Segurança Alimentar	50
3.4.6	Organização Social	51
3.5	Aspectos Econômicos	52
3.5.1	Finanças Públicas Municipais	52
3.5.2	Estrutura Agrária	53
3.5.3	Beneficiamento da Produção	60
3.5.4	Produção Agrícola	61
3.5.6	Produção Pecuária	63
3.5.7	Extrativismo	64
3.5.8	Produção Pesqueira	65
3.5.9	Atividades não Agrícolas	66
3.5.10	Comercialização e Abastecimento	67
3.6	Serviços de Apoio à Produção	68
3.6.1	Crédito Rural	68
3.7	Infra-Estrutura	70
3.7.1	Estradas e Hidrovias	70
3.7.2	Energia	71
3.7.3	Comunicação	71
3.7.4	Armazenagem	72
3.8	Cultura e Lazer	72
3.9	Envolvimento Institucional	74
4	PROGRAMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	75
4.1	Visão de Futuro	76
4.2	Objetivos do PTDRS	77
4.3	Eixos Aglutinadores e Linhas de Ação	77
4.3.1	Fortalecimento da Agricultura Familiar	78
4.3.2	Democratização do Acesso à Terra	79
4.3.3	Valorização da Educação do Campo	80
4.3.4	Conservação e Uso Racional dos Recursos Naturais	81
4.4	Síntese dos Programas e Projetos	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	Referências Bibliográficas	93

Glossário

ABEPARS - Associação Benéfica Promocional Agrícola de Riacho de Santana
ACARI – Associação Cultural dos Artistas de Ibotirama
ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
AECOFABA – Associação das Escolas Comunitárias Família Agrícola da Bahia
AM – Amplitude Modulada
AMAVALE - Associação dos Municípios da Serra Geral e Bacia do São Francisco
APRODEC – Associação Promocional de Desenvolvimento de Comunidades
ASCONTEC - Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria
AT – Articulador Territorial
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – VC – Assistência Técnica, Social e Ambiental (equipe Velho Chico)
BB - Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR – Companhia de Ação Regional
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEAPRI – Central de Associações dos Produtores de Caprinos e Ovinos
CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF - Caixa Econômica Federal
CET - Coordenação Estadual de Territórios
CETA – Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados
NT – Núcleo Executivo
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODETER – VC - Conselho de Desenvolvimento do Território Velho Chico
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COPAASF – **Cooperativa Agropecuária dos Assentados do médio São Francisco**
COOPAMESF – Cooperativa de Apicultores da Região do Médio São Francisco
COOTRAF – Cooperativa de Técnicos da Agricultura Familiar
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRQ – Central Regional dos Quilombolas
DIREC – Diretoria Regional de Educação
DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra a Seca

DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
ECOSOL – Cooperativa de Crédito de Economia Solidária
EFA's – Escolas Família Agrícola
ELETRORAS – Empresa Elétrica Brasileira
FATRES – Frente de Agricultores e Trabalhadores Rurais da Região do Sisal
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FM – Frequência Modulada
FNMA – Fundo Nacional de Meio Ambiente
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização Do Magistério
FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Serviço Social
INTERBA - Instituto de Terras da Bahia
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
MEC – Ministério de Educação
MI – Ministério da Integração
MinC – Ministério de Cultura
MLST – Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MME - Ministério de Minas e Energia
MOC – Movimento de Organização Comunitária
MST – Movimento Trabalhadores Sem Terra
NT - Núcleo Técnico
ONG's – Organizações Não Governamentais
OTL – Organização Terra e Liberdade
PA – Projeto de Assentamento

PCT - Programa Cédula da Terra

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PJ - Pastoral da Juventude

PM – Prefeitura Municipal

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRSF – Programa Nacional de Revitalização do São Francisco

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROINF - Programa de Infra – Estrutura e Serviços

Projeto GeografAR - Projeto Integrado de Pesquisa Geografia dos Assentamentos na Área Rural

PRONAF – Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar

PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PRONERA - Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária

PROVALE – Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

PSF – Programa Saúde da Família

PST - Plano Safra Territorial

PT - Partido dos Trabalhadores

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

RNC – Rede Nacional de Colaboradores

RPPN – Reserva Permanente do Patrimônio Natural

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social e Combate à Pobreza

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SINTRAF – Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar

SSP - Secretaria de Segurança Pública

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUS – Sistema Único de Saúde

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

VPB - Valor Bruto da Produção

APRESENTAÇÃO

O texto apresentado a seguir constitui a primeira versão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território Médio São Francisco, também chamado do Velho Chico, aprovado por aclamação na Oficina Territorial realizada em 14 e 15 de Dezembro de 2006, na cidade de Paratinga, Bahia.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS é o instrumento principal e orientador das estratégias e intervenções no Território, tendo como objetivo primeiro facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável do Velho Chico. O PTDRS é resultado de um amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva dos principais atores do Território, tanto do poder público, quanto da sociedade civil organizada, e vem contemplar a decisão do governo federal de democratizar e universalizar o acesso dos Territórios Rurais às políticas públicas, numa perspectiva de gestão social participativa e compartilhada do desenvolvimento rural sustentável.

As opções estratégicas selecionadas foram traduzidas em um conjunto de ações convergentes e articuladas capazes de transformar a realidade presente na direção desejada, de modo a construir o futuro almejado. Essas opções estratégicas expressam grandes eixos prioritários de desenvolvimento sustentável que estruturam e articulam as diferentes dimensões que compõem a realidade atual e a futura, produzindo uma construção social que decorre da ação de atores sociais organizados.

Tais diretrizes desdobraram-se em ações, sinalizadas pelos próprios atores, que incorporam as dimensões econômica, social, cultural, política e ambiental, entendidas como vetores decisivos para a realização concreta do chamado paradigma da sustentabilidade, alicerçado em novas relações entre a economia, a sociedade e o ambiente, almejando a eficiência econômica, a justiça social e a racionalidade no manejo dos recursos naturais.

O PTDRS busca, sobretudo, estabelecer as diretrizes mínimas de desenvolvimento sustentável, priorizando projetos e ações com capacidade de reduzir efetivamente a estagnação econômica do Território Velho Chico e gerar alternativas de emprego e renda consistentes ao longo do tempo, conservando os ecossistemas e recursos naturais e estimulando o senso de cidadania e participação dos assentados.

A concepção metodológica utilizada para a elaboração do Plano preocupou-se com a abordagem

agregada de 2 dimensões principais durante a elaboração do PTDRS:

- o contexto local e territorial, analisado a partir das categorias de condicionantes e oportunidades, potencialidades e limitações, se aproveitando, dentre outras, das análises e recomendações dos Estudos Propositivos; e
- as relações institucionais, ou seja, a necessidade de todos os atores envolvidos, tanto da sociedade civil quanto do poder público, identificarem e delimitarem espaços de convivência, negociação e discussão entre se, favorecendo, assim, o início do processo de desenvolvimento e a ampliação e aperfeiçoamento de experiências ao nível municipal e territorial.

A temática das relações institucionais apresenta a questão da governabilidade. O seu estatuto é muito mais político do que técnico. Para se transformar em realidade, em convênios e parcerias concretas no Território, depende de acordos, negociações e até de pressões políticas. Por outro lado, a disposição e a vontade dos poderes públicos locais em considerar como legítimos e viáveis os reclamos e propostas da Agricultura Familiar e das áreas de Reforma Agrária, Fundos de Pasto, Quilombolas, Indígenas e Pescadores, ao longo de todos estes anos tem deixado a desejar. Certamente, a predominância de uma cultura política clientelista nos governos estadual e municipais, e de uma burocracia ineficiente, carente de recursos e de equipes técnicas especializadas marcaram negativamente a Bahia. É preciso que as formas tradicionais e privatistas de se gerirem os assuntos públicos sejam renovadas e modernizadas, dando lugar a uma compreensão da política que considere o conflito de interesses como legítimo dentro da democracia, valorize e estimule a participação da população na gestão do bem comum e faça da transparência o princípio fundamental da administração.

Este documento sintetiza e destaca as características mais marcantes do território do Médio São Francisco, integrado por dezesseis municípios: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Matina, Malhada, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. *A primeira parte*, o diagnóstico, propriamente dito, revela a realidade regional nos seus mais diversos aspectos: históricos, geográficos, sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais, e discorre sobre os problemas, os potenciais, as limitações e as oportunidades do Território. O diagnóstico é o retrato detalhado e crítico das intervenções humanas e as suas conseqüências; significa, em outras palavras, a fotografia atual da realidade do Velho Chico.

A elaboração do PTDRS foi um verdadeiro exercício de cidadania, um compromisso de mudança e de definição de responsabilidades sobre os caminhos a trilhar para alcançar o futuro desejado. Significou, também, aprendizado e descoberta de novas capacidades e habilidades para *fazer* o planejamento e a gestão do desenvolvimento. Essa é a *segunda parte* do documento, na qual estão expressos os Eixos Estratégicos, os Programas e Projetos propostos, necessários para

se alcançarem as mudanças desejadas pelo conjunto da população do Território, identificando políticas públicas voltadas para implementação do desenvolvimento territorial, de modo que os atores sociais se sintam integrados e sujeitos das mudanças e intervenções propostas. Todas as ações estão direcionadas para atingir ao fortalecimento do capital social e das redes, a dinamização das economias e empoderamento econômico, social e cultural das comunidades e dos atores territoriais, conforme as áreas estratégicas priorizadas pela SDT.

Para melhor detalhamento e compreensão, o documento foi organizado nos seguintes capítulos: Introdução, Metodologia, Diagnóstico, Programação para o Desenvolvimento e Considerações Finais. A elaboração do PTDRS contou com a inestimável colaboração da SDT/MDA, do MOC e da FUNDIFRAN, instituição de referência territorial, assim como dos esforços do Núcleo Técnico, do CODETER do Velho Chico, das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo GeografAR / UFBA, dos Estudos Propositivos elaborados por técnicas da Rede Nacional de Colaboradores - RNC e de outros documentos importantes, tais como o Plano Safra Territorial - PST e a Memória do Território.

1. INTRODUÇÃO

Para responder à diversidade que molda o território brasileiro, o MDA, através da SDT, vem desenvolvendo em todo o país a política de Desenvolvimento Rural Sustentável. Criada no ano de 2003 a SDT tem como finalidade articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando-os aos processos de desenvolvimento nacional e promovendo a melhoria das condições de vida das populações. O grande desafio enfrentado pela SDT é articular e construir institucionalmente os territórios a partir da composição de identidades regionais, considerando-os espaços privilegiados para a concretização das políticas e das estratégias de desenvolvimento sustentável.

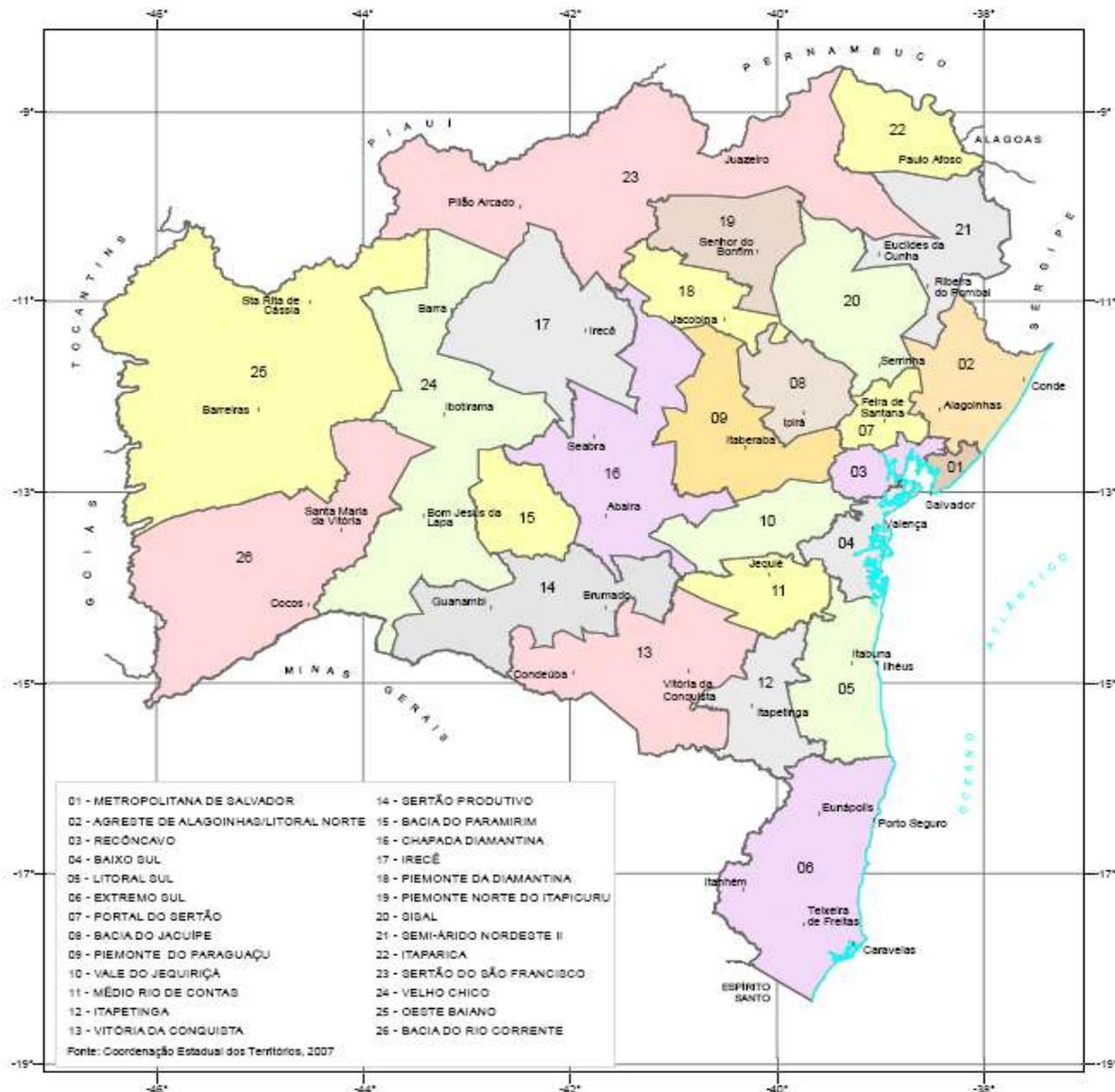
Para atingir estes objetivos, a SDT colocou em prática o PRONAT em parceria com diversos órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Até o momento o Programa já atingiu 120 territórios que compreendem 1.848 municípios.

Na Bahia foram identificados 26 territórios, dos quais 12 são apoiados diretamente pela SDT. Na concepção da SDT territórios são *“espaços físicos, geograficamente definidos, geralmente contínuos, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”*. De modo que favoreça a gestão de políticas públicas pautadas no desenvolvimento sustentável, no estímulo às parcerias, à articulação entre as demandas sociais, na promoção de capacidades e na participação em todos os níveis.

Todo este esforço está focado na superação da pobreza como principal desafio da sociedade brasileira e para tanto é necessário um novo paradigma resultante de um novo modelo de desenvolvimento, pautado em novas relações entre o Estado e Sociedade, para a concretização e implementação de políticas públicas.

Nesta perspectiva e em consonância com o MDA este plano de desenvolvimento territorial contempla as quatro principais dimensões dos processos de desenvolvimento que são: a dimensão econômica, a dimensão sociocultural, a dimensão político-institucional e a dimensão ambiental.

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE ESTADO DA BAHIA



Tendo o rio como a força motriz do povo, a região do Médio São Francisco é “singular e plural”. Singular pelas peculiaridades individuais, pela presença marcante do Rio São Francisco, fator determinante do desenvolvimento regional; e plural pela diversidade de culturas e de modos de vida presentes, pela identidade dos seus povos. É esta mistura cultural que forma a identidade territorial do Velho Chico, pautada nas condições econômica, social e cultural ligada ao rio. Rio que é o fio de inspiração dos artistas, da cultura e do povo ribeirinho.

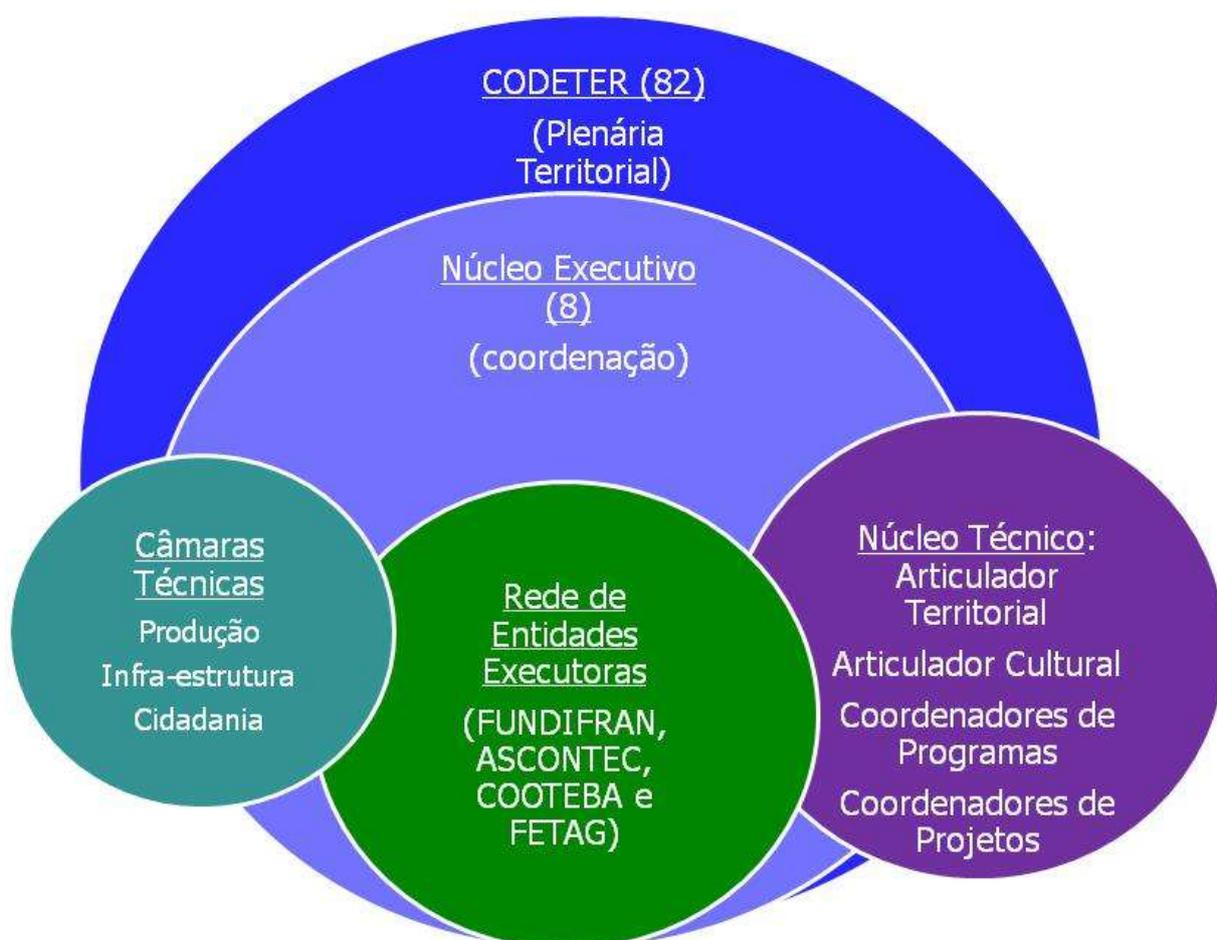
A política do Desenvolvimento Territorial é viabilizada através do coletivo de instituições do poder público e da sociedade civil que compõem o CODETER – VC. O território é gerido por um Colegiado Territorial, CODETER (Conselho de Desenvolvimento Territorial) de caráter

paritário, reformulado em 8 de abril de 2008, por representantes das instituições da Sociedade Civil, que tem atuação comprovada e estrutura funcional no território, e dos Poderes Públicos instituídos da esfera municipal, estadual e federal, respeitando as representações dos segmentos sociais. As principais atribuições do CODETER são: a) sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção e qualificação coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS, bem como outros documentos de promoção do Desenvolvimento Sustentável; b) promover a elaboração das Agendas de Prioridades, bem como a Seleção dos Projetos a serem implementados a cada fase do PROINF (PRONAF Infra-estrutura), do Programa Territórios da Cidadania e outros; c) articular e apoiar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos; d) estimular a criação de Câmaras Técnicas Temáticas, Redes Territoriais de prestação de serviços (assistência técnica, economia solidária, capacitação, educação, cultura, tecnologias apropriadas, informação/divulgação, entre outras), bem como apoiar a sua estruturação e operacionalização; e) encaminhar processos de negociação de programas, projetos e ações orientadas para o desenvolvimento sustentável do território; f) promover o acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento territorial, com encaminhamento das providências necessárias ao seu aperfeiçoamento; g) instituir fundos financeiros de apoio operacional as ações territoriais. A Plenária do Colegiado é o órgão colegiado superior, ao qual competem todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial. O

O Núcleo Executivo eleito pela Plenária Territorial com representações das forças estratégicas atuantes no território, de caráter paritário, sendo formada por 08 membros entre poder pública e sociedade civil. Compete o Núcleo Executivo: a) fornecer ao Colegiado todas as informações sobre as ações, programas e projetos do Território; b) organizar e propiciar as condições necessárias para o funcionamento do Núcleo Técnico, das Câmaras Técnicas ou grupos de trabalho para melhor executar os seus serviços; c) organizar, em conjunto com o Articulador Territorial, as plenárias e eventos territoriais; d) avaliar, em conjunto com as câmaras técnicas ou grupos de trabalho, os planos de trabalho; e) analisar a documentação da Instituição indicada para articulação e gestão territorial, bem como selecionar a partir de, no mínimo 03 (três) currículos apresentados pela instituição, os profissionais que irão incorporar ao Núcleo Técnico; f) decorrida a indicação da Instituição articuladora e/ou gestora do território, o Núcleo Executivo encaminhará o seu parecer ao MDA, juntamente com a documentação pertinente; g) representar o Colegiado na Coordenação Estadual dos Territórios – CET e nos eventos territoriais estaduais e nacionais; h) gerenciar o plano de ações integradas do programa “Territórios da Cidadania”; i) acompanhar a execução dos contratos e convênios na base territorial; i) fomentar a formação continuada dos Conselheiros em Desenvolvimento e Gestão Territorial; j) planejar, juntamente com o Núcleo Técnico, as ações territoriais, bem como monitorá-las.

O NT – Núcleo Técnico é constituído por profissionais contratados e/ou cedidos, por tempo determinado, para prestar serviços de articulação, consultoria e coordenação de programas e projetos territoriais. O NT terá como atribuição essencial oferecer apoio técnico ao Núcleo Executivo e ao Colegiado.

As Câmaras Técnicas serão formadas de acordo com a necessidade demandada pelo Território em consonância com o plano de ações integradas e eixos estratégicos, sua composição será de, no mínimo 03 e máximo de 06 membros, sendo as mesmas dissolvidas ao findo do objeto a que a gerou. Compete às Câmaras Técnicas: a) elaborar Estudos, projetos de pesquisas, emitir parecer técnico, acompanhar e assessorar ações de ordem técnica; b) esclarecer, defender ações territoriais, perante aos agentes financeiros e outras agências de desenvolvimentos e/ou instâncias governamentais quando convocadas para estes fins; c) prestar informações ao Núcleo Executivo e ao Colegiado, sempre que forem convocadas.



As representações do poder público e da sociedade civil que compõem o CODETER são as seguintes:

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO VELHO CHICO - CODETER-VC								
PODER PÚBLICO FEDERAL	Nº	PODER PÚBLICO REG/ESTADUAL	Nº	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	Nº	SOCIEDADE CIVIL	Nº	SEGUIMENTO
BANCO DO BRASIL	1	ADAB	1	CÂMARAS MUNIC	1	*STR's	9	Agric. Familiares
BNB	1	AMAVALE	1	CMDRS's	1	COOPAMESF	1	APL Apicultura
CAIXA	1	BAHIA PESCA	1	CODEMA's	1	COOPACANA	1	APL Cana
CODEVASF	1	CAR	1	PREFEITURAS	16	CASEF	1	APL Mineral
DRT	1	CCR-MSF	1	SAAE	1	AMFORMOSO	1	Artesanato Rural
FUNAI	1	CDA	1			AMUBSF	1	Artesanato Rural
FUNASA	1	DIREC	1			ASA	1	Articulação P1MC
IBAMA	1	DIRES	1			ASCONTEC	1	Assist. Técnica
INCRA	1	EBDA	1			COOTEBA	1	Assist. Técnica
		EMBASA	1			APROCANA	1	Brejos
		SEBRAE	1			CDL's	1	Comércio e Ind.
		UNEB	1			ECOSOL	1	Crédito Solidário
						ACARI	1	Cultural
Prefeituras	(*)	Sind Trab Rurais		STR's Suplentes		ASSALA	1	Cultural
1 Barra	1	Sítio do Mato	10	Carinhanha		AECOFABA	1	EFA's
2 Bom Jesus da Lapa	2	Oliv. Brejinhos	11	Morpará		FETRAF	1	Federação AF
3 Brotas de Macaúbas	3	Ibotirama	12	Igaporã		FETAG	1	Federação Sindical
4 Carinhanha	4	Barra	13	Muquém do SF		CEAPRI	1	Fundo de Pasto
5 Feira da Mata	5	Serra do Ramalho	14	Bom Jesus da Lapa		DIOCESES	1	Igreja Católica
6 Ibotirama	6	Brotas de Macaúbas	15	Feira da Mata		KIRIRI	1	Indígena
7 Igaporã	7	Paratinga	16	Matina		PANKARU	1	Indígena
8 Malhada	8	Riacho de Santana				TUXÁS	1	Indígena
9 Matina	9	Malhada				CESAB-SF	1	Ong Sócio Ambiental
10 Morpará						FUNDIFRAN	1	Ong Sócio Ambiental
11 Muquém do SF						CPESCA	1	Pescadores
12 Oliveira dos Brejinhos						CRQ	1	Quilombolas
13 Paratinga						APNCF	1	Reforma Agrária
14 Riacho de Santana						CETA	1	Reforma Agrária
15 Serra do Ramalho						MLST	1	Reforma Agrária
16 Sítio do Mato						MLT	1	Reforma Agrária
						MST	1	Reforma Agrária
						OTL	1	Reforma Agrária
						SINDSERV	1	Servidores Públicos
P. Público Federal	9	P. Público Estadual	12	P. Público Municipal	20	OSC's	41	
VAGAS			41				41	

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para elaboração deste documento pautou-se no pressuposto da participação coletiva e democrática de todos os atores envolvidos no processo, buscando sempre propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade da região, de modo que as propostas fossem direcionadas à transformação e melhoria na qualidade de vida das comunidades rurais e da população em geral.

Levando em consideração os saberes da população e a qualidade técnica dos parceiros, os métodos utilizados para elaboração do PTDRS buscaram privilegiar a participação e a contribuição dos integrantes de cada evento.

Foram realizadas duas oficinas para o levantamento dos Eixos Aglutinadores do Plano, de maneira que todos puderam expor e argumentar seus pontos de vistas, prevalecendo no final o consenso e definição de diretrizes e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento mais abrangente. Contribuíram também para formulação do Plano, oficinas de Estudos Propositivos, encontros municipais para discutir e explorar as dimensões da territorialidade, encontros por segmentos sociais, além das oficinas específicas para assimilação da proposta metodológica promovidas pelo SDT, as que ofereceram importantes idéias para a construção deste documento. Todas as oficinas e encontros estiveram voltados para sintonizar as idéias dos atores envolvidos com a proposta de elaboração do Plano. Foram momentos de aproximação de interesses diversos, disseminação de conhecimentos e informações, nos quais se aplicaram técnicas e dinâmicas de grupo e trabalhos em equipes que reforçaram a constituição e definição da identidade territorial.

Com os levantamentos e o diagnóstico procurou-se socializar os conhecimentos, as vivências e informações que cada um trouxe de sua realidade e região, mostrando e registrando a caracterização do Território feita pelas pessoas envolvidas na elaboração deste documento. Como fontes de pesquisa e consulta foram utilizados os Estudos Propositivos para a Dinamização Econômica do Território Velho Chico, a documentada pesquisa aplicada do Projeto GeografAR, do Mestrado de Geografia da UFBA, os trabalhos desenvolvidos pela equipe de ATES - VC, pesquisas bibliográficas do acervo da FUNDIFRAN, informações disponibilizadas nos sites de instituições nacionais como o IBGE, SEI, CODEVASF e internacionais, tal como PNUD, além de diversos outros materiais de pesquisas cedidos pelas instituições que fazem parte do CODETER-VC.

O tópic “Programação para o Desenvolvimento” contém as propostas específicas de ação do Plano, construídas nas oficinas específicas para a definição dos objetivos, da visão de futuro, dos eixos aglutinadores e dos programas e projetos. É neste item que se priorizam ações de articulação, intervenção e implementação das políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável do Território.

Por último foram efetuadas três oficinas territoriais direcionadas à montagem final do Plano. A 1º delas realizou-se em Ibotirama, e contou com a presença de parte da equipe do Projeto GeografAR / UFBA, que apresentou elementos da pesquisa que deu sustentação a boa parte do diagnóstico do Território. Nesta mesma oficina esteve presente o assessor da RNC, da SDT, apresentando e debatendo os Estudos Prepositivos do Território Velho Chico. A 2º oficina aconteceu no município de Oliveira dos Brejinhos, onde se recuperaram os objetivos e a visão de futuro do Território, que, a partir deles se focarem os programas e projetos aglutinados nos Eixos Estratégicos e em consonância com as dimensões da sustentabilidade: *Fortalecimento da Agricultura Familiar, Democratização do Acesso à Terra, Valorização da Educação do Campo e Conservação e Uso Racional dos Recursos Naturais*.

A oficina final aconteceu na cidade de Paratinga e serviu para a apresentação e aprovação final do PTDRS pelo CODETER-VC. Todo o trabalho foi acompanhado pelo Núcleo Técnico e assessorado pelo consultor da SDT.

3. O DIAGNÓSTICO

No diagnóstico procurou-se, dentro das limitações existentes, dar um conteúdo interpretativo aos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicitar os problemas, suas causas e efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes e estratégias prioritárias e mais contundentes para o desenvolvimento sustentável do Território Velho Chico. Vale lembrar que nem todas as informações necessárias estão disponíveis neste diagnóstico, de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade. Entretanto é compromisso do CODETER - VC mantê-lo atualizado, pois, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

3.1. Uma Aproximação ao Território Velho Chico

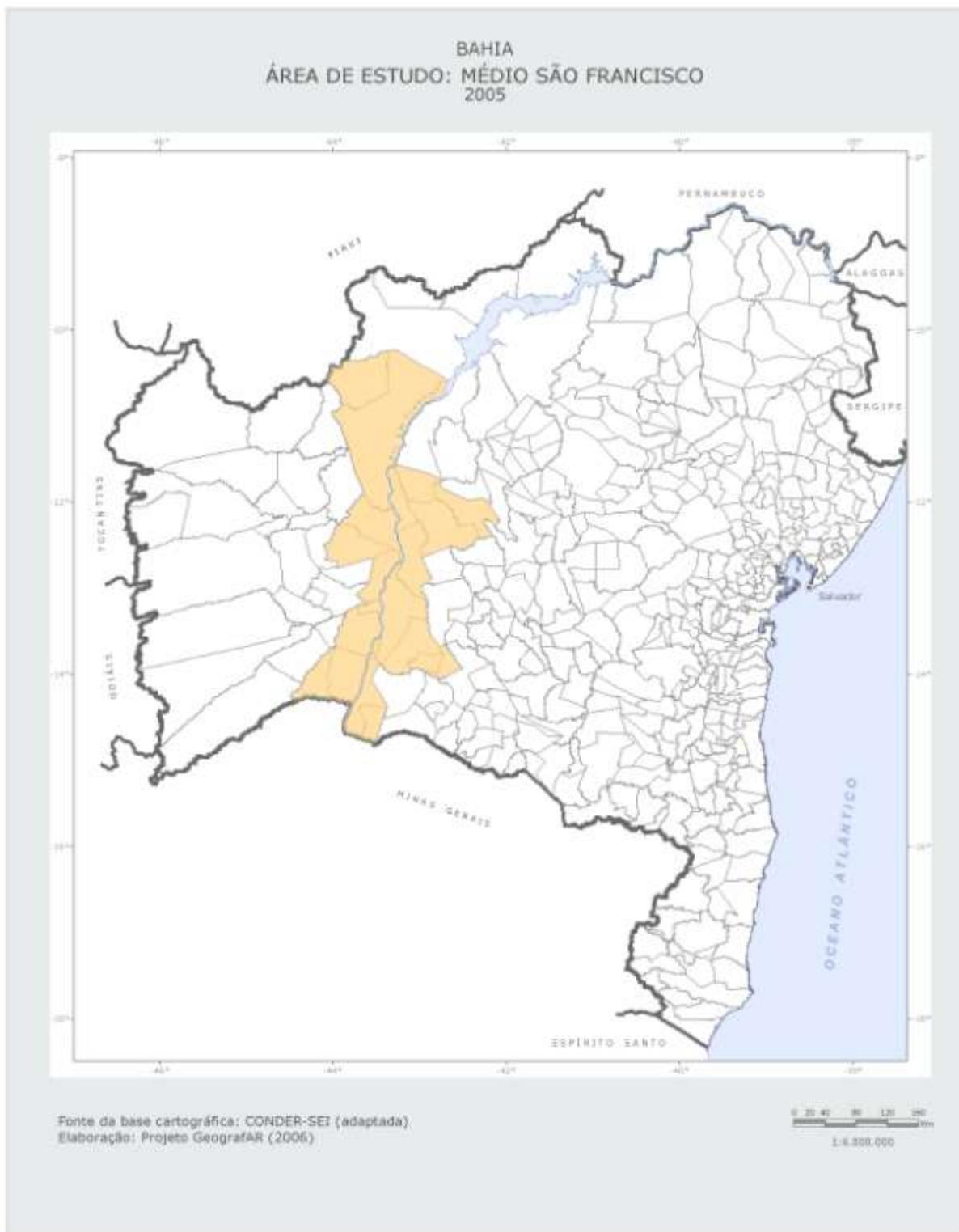
O Território Velho Chico está localizado na região econômica do Médio São Francisco, Estado da Bahia. Está integrado pelos Municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. Compreende o trecho entre os municípios de Carinhanha a Barra, acompanhando o leito do Rio São Francisco, limitando ao Norte com o Estado do Piauí, ao Leste com os territórios Irecê e Chapada Diamantina, ao Oeste com o território Bacia do Rio Corrente e Bacia do Rio Grande, e ao Sul com o Estado de Minas Gerais.

O território foi homologado em 25 de setembro de 2003 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS. Possui uma estrutura organizacional de gestão e planejamento (CODETER, NE e NT) e está representado na Coordenação Estadual de Territórios – CET¹.

Geograficamente o Território tem uma área de 46.334,80 km², um total de 356.180 habitantes (SEI, 2004), sendo que cerca de 57% da população vive na zona rural. Por ser um Território de grande diversidade cultural, abriga áreas de reforma agrária, comunidades quilombolas, comunidades indígenas, populações de Fundo de Pasto, comunidades dos Brejos, pescadores, além das comunidades tradicionais de agricultores familiares.

¹ A CET é a estrutura de coordenação política entre as instituições e os próprios Territórios, “homologados” ou em processo de construção. A CET tem entre suas atribuições o fortalecimento da política territorial, a integração das políticas públicas, a definição e atualização da territorialização do Estado, a identificação das prioridades de intervenção e a execução de algumas atividades relativas à metodologia de referência e à implementação das ações territoriais. A CET organizou-se com uma participação maior de representantes dos movimentos sociais em torno de categorias como agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Região do Médio São Francisco – Bahia



3.1.1 Índice Rural Territorial

Segundo o documento elaborado pela SEI² em parceria com a CET, o Índice Rural Territorial Bahia 2004 é “... resultante da média geométrica dos índices IDS, que representa o grau de desenvolvimento social dos municípios baianos; IAF (Índice de Agricultores Familiares) que representa o número de estabelecimentos familiares definidos pelo projeto FAO / INCRA; IFA’s (Índice de Famílias Assentadas) que representa o número de famílias assentadas; IFA (Índice de Famílias Acampadas) que representa o número de famílias acampadas; GINI, que representa o grau de concentração de terra nos territórios baianos; IOS (Índice de Organização Social) que representa as informações sobre o grau de organização e mobilização da sociedade civil e do poder público; IBA (Índice de Base Física e Ambiental) que representa informações sobre limites climáticos e de degradação ambiental; IRS (Índice de Reparos Sociais) que representa informações sobre ameaças à agricultura familiar, trabalho escravo e dificuldades de comercialização e beneficiamento”.

Territórios	Índice Rural Territorial	Classific.
Velho Chico	0,422088418	1º
Piemonte do Paraguaçu	0,407620452	2º
Bacia do Rio Corrente	0,404796746	3º
Bacia do Rio Grande (antigo Oeste Baiano)	0,399509283	4º
Extremo Sul	0,385221601	5º
Chapada Diamantina	0,345681396	6º
Sisal	0,294826460	7º
Vale do Jiquiriça	0,283968119	8º
Semi-Árido Nordeste II	0,268475111	9º
Bacia do Rio Cachoeira	0,263825995	10º
Piemonte	0,254529330	11º
Recôncavo	0,246527375	12º
Médio Rio das Contas	0,228152075	13º
Portal do Sertão	0,202629246	14º
Bacia do Jacuípe	0,198591251	15º
Sertão Produtivo	0,181820020	16º
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	0,032644269	17º
Bacia do Paramirim	0,009305483	18º
Baixo Sul	0,000441208	19º
Sul	0,000440669	20º
Irecê	0,000437417	21º
Sertão do São Francisco	0,000377594	22º
Vitória da Conquista	0,000260642	23º

² Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, órgão dependente da Secretaria de Planejamento – SEPLAN do governo do estado da Bahia.

Dentre os municípios do Território, apenas Ibotirama e Igaporã apresentam densidade demográfica um pouco acima de 15 habitantes / km², e alguns municípios têm uma densidade demográfica abaixo de 5 habitantes / km².

Área, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica entre 1991 e 2000

Municípios	Área (Km ²)	Taxa Urbanização 1991 (%)	Taxa Urbanização 2000 (%)	Densidade Demográfica 1991(hab/km ²)	Densidade Demográfica, 2000 hab/km ²)
Barra	12.348,40	39,61	44,43	3,22	3,50
Bom Jesus da Lapa	4.148,50	68,54	69,32	11,39	13,10
Brotas de Macaúbas	2.343,50	17,18	23,46	6,03	5,5
Carinhanha	2.762,20	28,65	38,44	9,26	9,80
Feira da Mata	1.661,80	23,18	45,26	3,82	3,80
Ibotirama	1.396,60	65,45	67,85	16,66	17,30
Igaporã	775,00	43,31	48,78	18,00	18,80
Malhada	1.972,90	15,94	38,89	8,55	7,90
Matina	793,20	15,44	26,94	11,35	12,90
Morporá	1.738,80	49,08	63,91	4,26	4,90
Muquém do São Francisco	2.878,70	9,77	11,01	2,87	3,10
Oliveira dos Brejinhos	3.586,70	19,86	26,84	5,88	6,00
Paratinga	2.825,00	30,38	32,76	8,56	9,80
Riacho de Santana	2.708,80	30,72	38,44	10,06	10,50
Serra do Ramalho	2.678,30	6,51	11,48	12,38	12,20
Sítio do Mato	1.716,40	65,12	55,05	5,07	6,80
Total do Território	46.334,80	33,04	44,17	7,01	7,54
Total da Bahia	564.693	59,1	67,1%	21,0	23,1

Fonte: PNUD, Projeto GeografAR / UFBA

Conforme demonstra a tabela, em algumas cidades houve um pequeno crescimento da população, em outras se observa estagnação e até mesmo decréscimo populacional entre os anos de 1991 a 2000, como no caso de Brotas de Macaúbas, Malhada e Serra do Ramalho. Embora muitos municípios tenham elevado as suas taxas de urbanização, ainda se verifica no Território Velho Chico uma forte tendência rural, pois mais de 57% da população está localizada na zona rural do mesmo.

A tabela a seguir permite o conhecimento das coordenadas geográficas de cada um dos municípios que compõem o território.

Dados de Localização: Altitude, Situação Geográfica e Distância a Salvador

Municípios	Altitude	Latitude	Longitude	Distância da Capital (km)
Barra	400	11°05'0''	43°09'0''	807
Bom Jesus da Lapa	450	13°15'0''	43°25'0''	777
Brotas de Macaúbas	900	12°00'0''	42°37'0''	590
Carinhanha	440	14°46'0''	43°46'0''	899

Feira da Mata	497	14°13'0''	44°16'0''	964
Ibotirama	419	12°11'0''	43°13'0''	648
Igaporã	850	13°46'0''	42°43'0''	802
Malhada	430	14°20'0''	43°46'0''	899
Matina	500	13°54'0''	42°53'0''	838
Morpará	415	11°34'0''	43°17'0''	694
Muquém do S. Francisco	430	12°03'0''	43°32'0''	710
Oliveira dos Brejinhos	550	12°19'0''	42°54'0''	597
Paratinga	420	12°41'0''	43°11'0''	708
Riacho de Santana	650	13°36'0''	42°56'0''	846
Serra do Ramalho	438	13370	43340	845
Sítio do Mato	420	13050	43280	823

Fonte: Projeto GeografAR / UFBA

Pela tabela acima se verifica que as cidades extremas do Território são ao norte Barra, ao sul Carinhanha, ao oeste Feira da Mata e ao leste Brotas de Macaúbas. A mais distante da capital (Salvador) é Feira da Mata e a de maior altitude Brotas de Macaúbas, com altitude média 900 m e seu pico mais alto com 1151m. A maioria delas tem a altitude média do vale sanfranciscano, entre 400 a 440 m acima do nível do mar.

3.2. Aspectos Históricos

3.2.1. Processo de Ocupação do Médio São Francisco

Segundo o que nos legou História, em 4 de outubro de 1501 os portugueses chegaram ao Rio São Francisco, chamado pelos índios de *Opará, rio que vai dar no mar* (língua tupi guarani). “A partir de 1502 a Coroa dividiu o Brasil (Terra de Santa Cruz) em 12 *Capitanias Hereditárias*, regime este que perdurou até o ano de 1822. A região do Vale do São Francisco passou a pertencer às Capitanias de Pernambuco (margem esquerda) e Bahia (margem direita). Neste período as formas de distribuição de terra impunham *obrigações* para quem as recebia. Enquanto os *fidalgos* recebiam concessão de sesmarias, outras pessoas, sem concessão alguma, iam ocupando terras, fazendo fortunas através da agricultura e pecuária. Da mesma forma, outras faziam fortunas com o tráfico de escravos e comércio de madeira, etc”.

Neste período, o Vale do São Francisco foi ocupado por duas grandes famílias que, estabelecidas no território baiano, formaram dois imensos impérios de terras, poder político e de polícia. A primeira família foi a de *Garcia d'Ávila*, que chegou à Bahia em março de 1549 na comitiva de Tomé de Souza, que constituiu o seu morgado na *Casa da Torre*, em Salvador. Partindo da Bahia, essa família expandiu os seus domínios para o Sergipe, Piauí, Ceará e Maranhão. Espalhando fazendas de gado por todo o vale, pelo lado esquerdo até Sento Sé e pelo lado direito até Carinhanha (1659). Patrocinou diversas *bandeiras* baianas pelo sertão adentro. Declarou guerra

aos índios nativos da terra, escravizou e roubou suas terras e suas mulheres. Os nativos resistiram bravamente. Mas vencidos por causa da inferioridade das armas, refugiaram-se, e muitos deles *romperam* para a Amazônia. A Casa da Torre declarou guerra também contra as aldeias dos Jesuítas. O padre Antônio Pereira, herdeiro da Casa da Torre, falava em alto e bom som, para seus inimigos, que “*as fronteiras das suas terras estavam nas patas do seu cavalo*”. A segunda família latifundiária surgiu a partir da distração da Casa da Torre, pois não conseguia fiscalizar o seu imenso latifúndio. Quando seus integrantes perceberam, *Antônio Guedes de Brito* – mestre de campo, já havia montado oito currais de gado no Sertão da Bahia e titulado aquelas terras em seu nome. Estabeleceu no Morro do Chapéu o Quartel General, com o nome de *Casa da Ponte*, rival da *Casa da Torre*. A avidez por terra destas duas famílias não conhecia limites. Por causa de suas conquistas receberam da Coroa muitos privilégios, sesmarias, capitânicas hereditárias, títulos honoríficos, postos de comando, patentes... “Tão forte já se tornaram, que decidiram pacificamente, repartir entre si o domínio do sertão”.

Segundo dados da pesquisa do GeografAR, o Vale do São Francisco começou a ser desbravado em 1553, quando tiveram início as “entradas” para o interior da colônia, orientadas à obtenção de mão-de-obra escrava para o trabalho nos canaviais e engenhos, empresa, mais tarde, fortalecida pelo interesse na exploração das riquezas minerais que começavam a ser descobertas.

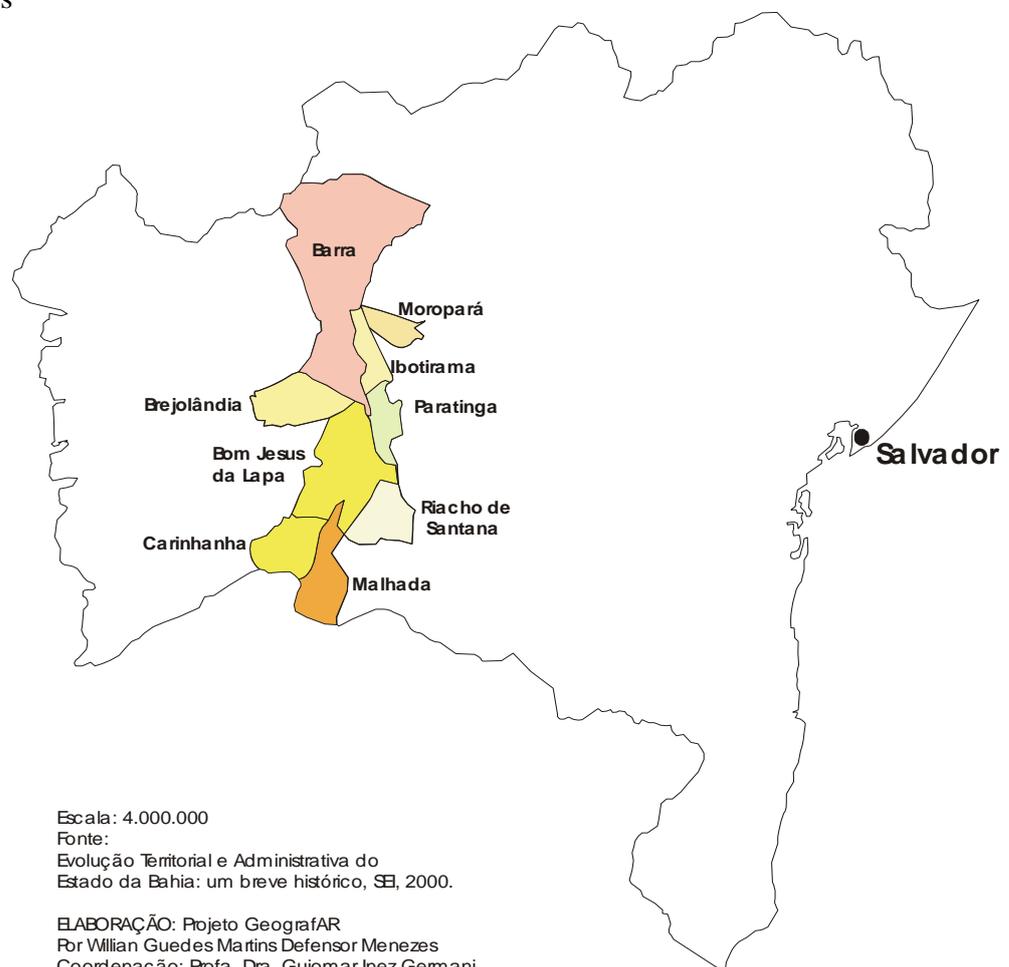
O processo de ocupação colonial ocorreu a partir do começo do século XVII e foi ligado à expansão da atividade pecuária. A conquista foi realizada basicamente pela iniciativa privada, não constituindo um processo contínuo, seja devido à resistência indígena ou à vastidão dos sertões que dificultava a sobrevivência em tão inóspita área.

Assim, as frentes pioneiras partiram dos limites paulista e baiano em direção ao Brasil central, alcançando a bacia do rio São Francisco, em seus cursos, alto e médio. Rapidamente o Vale do São Francisco viu-se transformado em área de colonização, baseado na criação extensiva de gado, atividade que, muito antes de subordinar-se às condições físicas regionais, articulava-se aos objetivos coloniais canavieiros nas áreas litorâneas.

Com a descoberta de minas no Alto São Francisco, a economia de todo o vale teve um grande impulso, sendo que as minas passaram a constituir um atrativo mercado de demanda para o gado. A corrida para as minas determinou o surgimento de vários núcleos de povoamento em toda extensão do vale, constituídos em torno dos “currais” ao longo do rio. Estes núcleos foram responsáveis pelo estabelecimento de ativos mercados de gado e de produtos vegetais que serviram, posteriormente, como pontos de escoamento para os principais centros urbanos do Norte, Nordeste e Sul da colônia. Até fins do século XVII, o gado constituiu a base da riqueza regional.

Por outro lado, o rio São Francisco, pela sua localização entre a região aurífera e a capital da colônia (Salvador), desempenhou o papel de grande caminho. Este fato lhe atribuiu a denominação de rio da “integração nacional”. Mais tarde, com a mudança da capital para o Rio de Janeiro (1763) e o esgotamento da produção aurífera, o impulso inicial de colonização da área se viu arrefecido. Assim, o comércio de Minas voltou-se para o mar, o rio perdeu o papel de grande caminho e a região do Médio São Francisco sofreu um retrocesso, embora o rio mantivesse durante muito tempo um papel importante na comunicação nacional. Em 1872, tem início a navegação à vapor a partir do cargueiro Saldanha Marinho, cuja importância só diminuiria com a tardia integração do espaço nacional por via terrestre. “Desde cedo o rio São Francisco canalizou fluxos migratórios da região para São Paulo, principalmente como consequência das secas periódicas que assolavam a região”. O Médio São Francisco foi uma zona de fortes coronéis e um dos lugares onde este fenômeno mais se prolongou no tempo. Além do isolamento e do tipo de colonização, os fenômenos do mandonismo e da violência estão diretamente associados à concentração da posse da terra. Uma região que se fechou sobre si mesma, desenvolvendo uma cultura local com tipos sociais característicos, como *o cabra*, *o coronel*, *o cangaceiro*, *o vaqueiro*, *o barqueiro*, *o pescador* e outros, que muitas vezes se confundiam numa mesma pessoa, de acordo às circunstâncias e às necessidades. O processo de ocupação do Território ocorreu em períodos distantes, sendo que a data de criação de vários municípios se deu no século passado, como no caso de Bom Jesus da Lapa e outros que originaram os atuais

Situação em 1970



Mapa da Legislação Político-Administrativa e Regional, Bahia 2002

Municípios	Data da Criação	Data da Lei Vigente	Microrregião Geográfica	Região Administrativa
Barra	05/12/1752	10/2/1954	06. Barra	22. Ibotirama
Bom Jesus da Lapa	18/09/1890	10/02/1954	07. B. Jesus da Lapa	26. Sta. M. da Vitória
Brotas de Macaúbas	16/07/1878	10/02/1954	22. Boquira	22. Ibotirama
Carinhanha	06/07/1832	11/02/1954	07. B. Jesus da Lapa	30. Guanambi
Feira da Mata	24/02/1989	26/02/1989	07. B. Jesus da Lapa	26. Sta. M. da Vitória
Ibotirama	14/08/1958	15/08/1958	06. Barra	22. Ibotirama
Igaporã	25/05/1953	2/09/1960	26. Guanambi	24. Caetité
Malhada	29/11/1961	30/11/1961	26. Guanambi	30. Guanambi
Matina	05/04/1989	6/04/1989	26. Guanambi	30. Guanambi
Morpará	16/07/1962	25/07/1962	06. Barra	22. Ibotirama
Muquém do S. Francisco	13/06/1989	14/06/1989	06. Barra	22. Ibotirama
Oliveira dos Brejinhos	01/06/1891	16/02/1954	22. Boquira	23. Macaúbas
Paratinga	23/03/1745	16/02/1954	07. B. Jesus da Lapa	22. Ibotirama
Riacho de Santana	13/08/1878	17/02/1954	26. Guanambi	30. Guanambi
Serra do Ramalho	13/06/1989	13/06/1989	07. B. Jesus da Lapa	26. Sta. M. da Vitória
Sítio do Mato	24/02/1989	24/02/1989	07. B. Jesus da Lapa	26. Sta. M. da Vitória

Fonte: Projeto Geografar / UFBA.

Em estudo realizado pela FUNDIFRAN relativo ao período de 1970-71, a região encontrava-se pouco integrada, não sendo possível identificar “pólos” que exercessem efeitos dinamizadores sobre o conjunto dos municípios. Havia somente cidades ou municípios de maior ou menor importância relativa, quando comparados entre si, mas as repercussões e inter-relações entre os mesmos eram reduzidas. No mesmo estudo foram identificados também vínculos de dependência externa com outras regiões, o que reforçava a idéia do baixo grau de articulação interna.

A partir do final da década de ‘70 destaca-se uma maior intervenção governamental na região por meio da construção de rodovias e da implantação de projetos de irrigação. Para tanto, no início de 1972, foi criado o PROVALE (Decreto Lei nº 1.207, de 07. 02.1972) com o objetivo de modernizar e dinamizar a região. Este projeto priorizava a proteção das margens e melhoria da navegabilidade do rio São Francisco; obras de urbanização, infra-estrutura social e de saneamento; implantação de projetos de reflorestamentos e de irrigação; criação de parques nacionais; e construção de rodovias, dentre elas a BR-242 que liga Barreiras a Ibotirama. A construção da ponte sobre o rio São Francisco foi outro importante traço de desenvolvimento do Médio São Francisco, uma vez que permitiu a conexão com Salvador e Brasília.

Neste processo, Barra, antiga “rainha” foi sendo rapidamente deslocada como centro regional, enquanto que Bom Jesus da Lapa se destacava como o único município com perímetros irrigados da região, concentrando o maior volume de investimentos e a melhor infra-estrutura urbana. Situada em um entroncamento rodoviário estratégico, que liga Salvador a Barreiras e Brasília, o município foi dinamizado pela construção de uma das três pontes existentes sobre o rio São

Francisco, além do seu papel como centro de turismo religioso que contribui para sua ampla dotação hoteleira e comercial. Nas décadas de ‘80 e ‘90, o processo de urbanização se consolida em todos os municípios da região, em consonância com o ocorrido em outras regiões do país.

3.2.2 Populações Tradicionais

3.2.2.1 Comunidades de Fundos de Pasto

Os Fundos de Pasto constituem um sistema de ocupação coletiva da terra por comunidades, em geral, com certo grau de parentesco. Esta ocupação dá-se na forma de sistema agropastoril. As propriedades coletivas têm como atividade principal o pastoreio extensivo e / ou semi-extensivo de animais de pequeno porte (caprinos e ovinos) e de bovinos sem raça definida, com direito ao uso comum das pastagens nativas da caatinga e, secundariamente, a agricultura de subsistência.

O Fundo de Pasto representa um modo de vida que teve seu surgimento após a invasão portuguesa. Os colonizadores adentraram o sertão para capturar os índios, à procura de riquezas minerais e naturais, mas também para a conquista de novas terras. Diante da extensão das terras “sem donos” e do perigo representado pelas invasões holandesas e espanholas em solo brasileiro, os colonizadores passaram a promover o povoamento da região para fins econômicos, com fazendas conhecidas por “currais”, e ao longo do Rio São Francisco passaram a criar o gado bovino para abastecer os engenhos de açúcar até o litoral do Maranhão.

O modelo de exploração pecuária do sertão baiano começa a passar por dificuldades já por volta do século XVIII, quando aconteceu o fracionamento das fazendas. Isso ocorreu, como com as capitânicas hereditárias, em parte devido aos longos períodos em que seus proprietários se encontravam ausentes, mas acima de tudo pelas mudanças econômicas que se processavam na colônia portuguesa, pois em função da exploração aurífera o pólo econômico transferiu-se para Minas Gerais. A decadência da economia açucareira levou consigo à bancarrota as fazendas de currais do sertão nordestino, que não conseguiram suportar a concorrência de outros pólos de abastecimento de carne localizados mais perto dos mercados consumidores e sob melhores condições climáticas, a exemplo de Pará, São Paulo e Rio de Janeiro.

As grandes fazendas dos currais entraram em decadência e pelo seu abandono passaram a ser partilhadas entre os moradores e trabalhadores das próprias localidades, que ao longo do tempo substituíram o gado pela cabra, com um cabedal rústico e criado em sistema extensivo, como principal atividade agropecuária.

Os donatários / sesmeiros não declaravam as terras perante a coroa portuguesa, apesar da determinação da coroa de que todos os sesmeiros teriam que declarar os seus domínios para que fossem retificados e concedidos os aforamentos. Diante do fato, a partir de 1850, as terras não declaradas passaram a ser áreas devolutas, ou seja, foram devolvidas ao Estado, mas já

começavam a ser ocupadas por comunidades. A partir dos anos de 1960, a aceleração do processo inflacionário por um lado, e a valorização das terras da região em função da crescente penetração do capitalismo no meio rural, por outro, deram início a uma corrida às terras de proprietários ou pretensos proprietários dos latifúndios abandonados ou solicitantes de terras devolutas, que requeriam uma posse ao Estado e ao demarcá-la e cercá-la, invadiram áreas de ocupação comunitária. Além do avanço das cercas sobre as terras de Fundo de Pasto, ocorreu também a invasão das pastagens pelo criatório das fazendas vizinhas. Os proprietários, cujas propriedades limitam com o Fundo de Pasto, soltaram suas criações nas pastagens abertas, comprometendo o suporte alimentar destinado ao pastoreio realizado pelos grupos comunitários.

A ocupação foi pacífica até os anos '70, quando foi decretada a “Lei dos 04 fios” que obrigava a que as cercas fossem construídas com 04 fios de arame para reter o criatório de animais de pequeno porte. Segundo estudos realizados em 1985 pela FUNDIFRAN “obrigar a criar (o bode) preso é decretar a extinção dos animais. E acabar com animais é condenar todo o povo daquelas localidades a emigrar, pedir esmola ou morrer de fome”. O bode criado preso depende de uma ração alimentar diária que o sertanejo não tem condições de oferecer. E é nesse particular que qualquer lei que limite o seu exercício representa uma ameaça ao sistema.

Na década de 1980, mais precisamente entre os anos '84 / '87, os sítios e comunidades passam a se organizar como pessoa jurídica para se tornarem capazes de receber o título coletivo da terra, de acordo com a Lei de Terras da Bahia. De 1984 em diante dá-se o início do processo de discriminação entre as terras devolutas e as de domínio privado existentes na região, assim como o cadastramento das respectivas populações através do então Instituto de Terras da Bahia - INTERBA. Todavia, o trabalho não teve continuidade e até o presente existem áreas que ainda lutam pela sua regularização fundiária ou reconhecimento como áreas de Reforma Agrária.

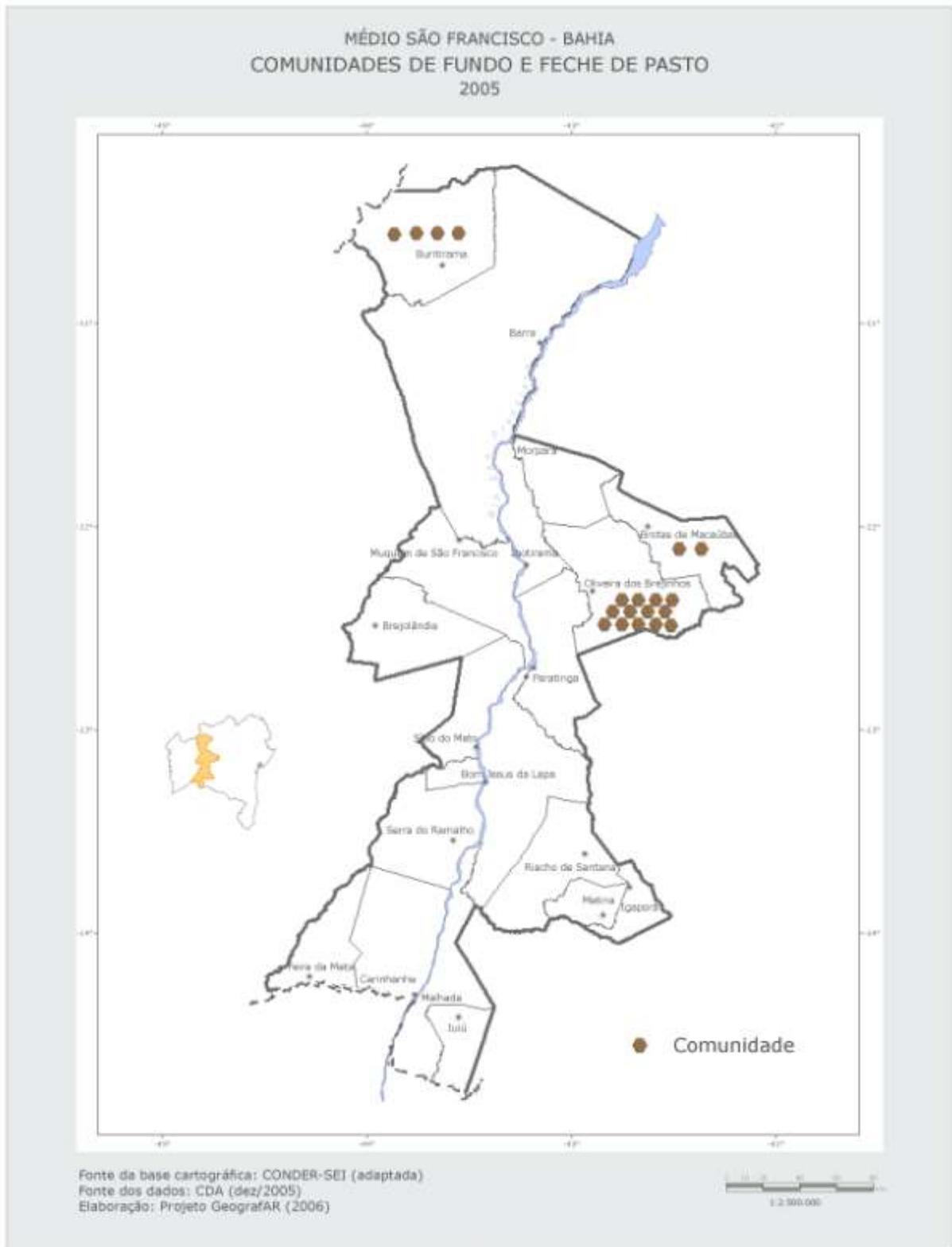
No Território Velho Chico são numerosas as Associações de Fundo de Pasto, conforme tabela a seguir.

Associações de Fundo de Pastos

Município	Fundo de Pasto
Brotas de Macaúbas	Associação Agropastoril de Jatobá
	Associação Comunitária R. dos P. do Buriti do Alho
Oliveira dos Brejinhos	Associação Comunitária Agropastoril Boa Sorte
	Associação Comunitária Agropastoril da Fazenda Cangalha
	Associação Comunitária Agropastoril de Pé do Morro
	Associação Comunitária Agropastoril de Várzea Dantas
	Associação Comunitária Agropastoril Seis Tiros I
	Associação Comunitária Agropastoril Seis Tiros II
	Associação Comunitária Agropastoril Várzea Alegre
	Associação Comunitária Agropastoril Várzea Grande
	Associação Comunitária Agropastoril de Saco de Pedra II
	Associação Comunitária Agropastoril de Várzea das Pedras II
	Associação Comunitária do Espírito Santo e Fundo de Pasto Melancia
	Associação dos Produtores Rurais de Boa Esperança
TOTAL	14

FONTE: Projeto GeografAR (fevereiro 2006).

Comunidades de Fundo de Pastos



3.2.2.2 Comunidades Quilombolas

Para os portugueses os índios e os negros eram considerados o “outro”, o “não gente”. O “outro”, o “diferente” é pagão, e pagão é bicho, é infiel. Até se afirmava, entre os padres católicos, que era melhor ser escravo no Brasil e ter a salvação garantida, do que ser livre na selva africana, mas estar condenado ao inferno por não serem batizados. A guerra contra o pagão era considerada uma guerra justa. E era justo apropriar-se dos despojos de uma guerra justa. Para a classe dominante dos latifundiários e ruralistas, aqueles negros não possuíam o direito sequer de ter uma história.

Com a crise do escravismo, o governo antecipou-se à libertação dos escravos através da Lei de Terras, de 1850, obrigando a que as aquisições de terras fossem feitas mediante compra. A intenção era impedir que os negros livres pudessem ter acesso a terra. Com isso parte dos negros foram obrigados a ficar com os coronéis, trabalhando de agregados; outros, foram obrigados a ocupar as beiras de rio navegáveis para sobreviverem por meio do cultivo nas ilhas, pesca, comercialização nas barracas e nos vapores. Por isso os negros migraram das terras férteis de Cocos, Coribe, Correntina e Santana para as áreas navegáveis dos rios.

Os mocambos de negros, no sertão da Bahia, era uma autêntica organização de “guerrilha”, para lutar contra a escravidão. Eles não possuíam nenhuma defesa, nenhuma lei, nenhuma instituição que o protegesse. Só com a guerra era possível sobreviver. Eram grandes povoados, onde viviam como irmãos, às ordens de um chefe a quem obedecia cegamente, designado comandante da guerrilha. Eram organizações com o objetivo claro de defenderem um espaço de liberdade para os negros e índios.

Ao longo do Rio São Francisco constatou-se a existência de vários mocambos dos “negros quilombados”, mamelucos e “bandidos” espalhados pelo interior da Bahia que infestavam as estradas, atacavam as fazendas, roubavam os gados. A abolição da escravatura, aparente libertação dos escravos, não os libertou, porque não lhes deu condições nem oportunidades para se integrarem na sociedade e saírem, assim, do estado de miséria e dor.

Pode-se afirmar que nos dias atuais os negros continuam sendo *mocambados*, pois sem respeito pela dignidade humana, vive em sua grande maioria em taperas de barro batido, sem acesso a educação, saúde e lutam para serem reconhecidos como remanescentes de Quilombo, buscando garantir o domínio da terra e acesso a política agrária e agrícola, a preservação dos traços culturais e tradições que resgatem os dialetos e história.

No Território do Velho Chico já foram identificadas 61 comunidades rurais Quilombolas, sendo a de Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa, a mais antiga, reconhecida nos anos ‘90. Conforme

dados da pesquisa do GeografAR (2006), apenas 18 estão certificadas e 14 tituladas, apenas 1 certificada e titulada; as demais estão em processo e alguns apresentam conflitos com os antigos proprietários. O reconhecimento é apenas o primeiro passo na luta por direitos das comunidades negras.

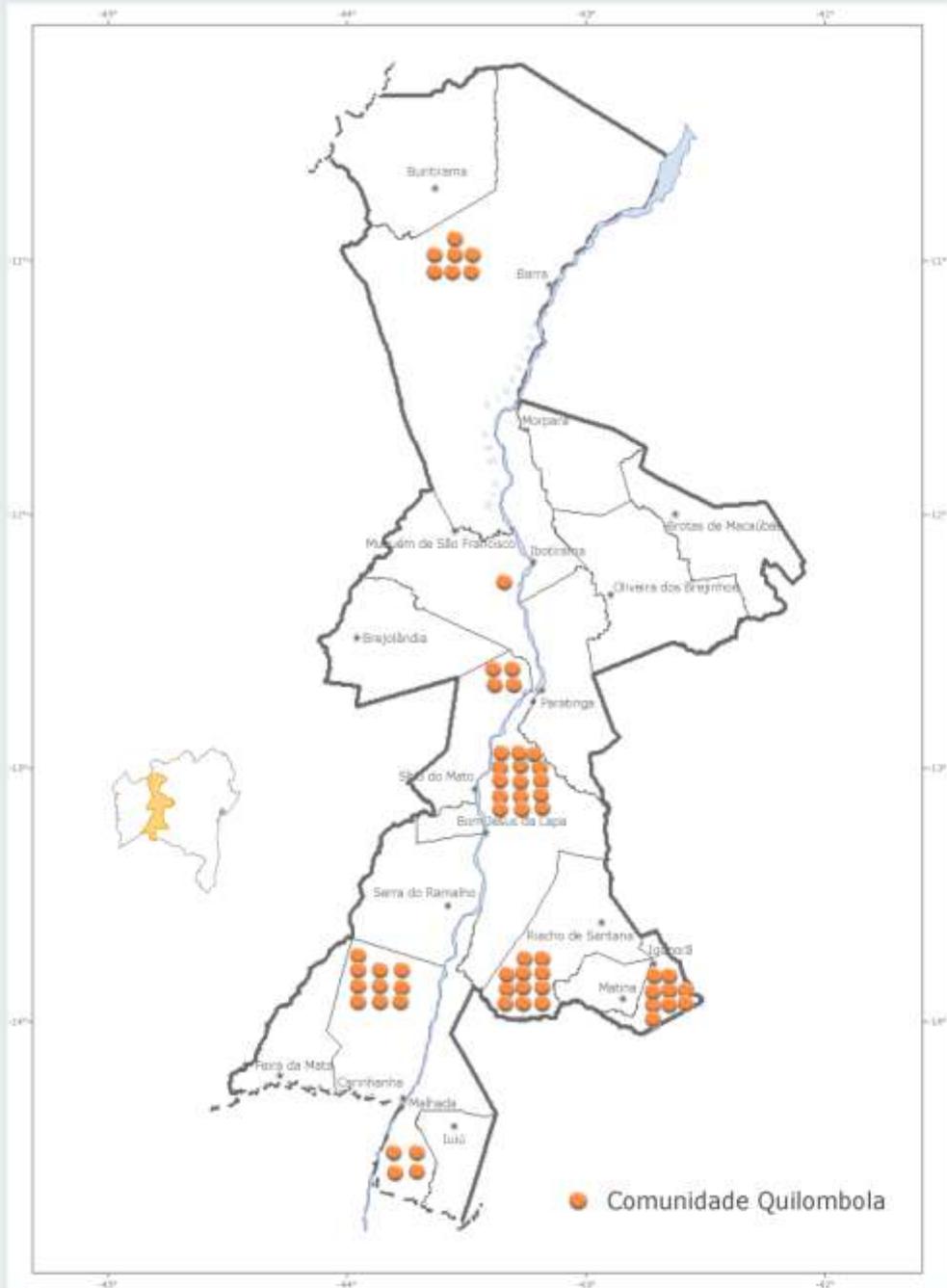
Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Território (2006)

Município	Comunidade	Fazenda / Imóvel	Nº de Famílias	Área(ha)
Barra	7			
Bom Jesus da Lapa	15		2.480,00	100.913,34
Carinhanha	10		730	24.382,63
Igaporã	9			
Malhada	4		1.410,00	76.845,36
Muquém do São Francisco	1		400	14.000,00
Riacho de Santana	11		102	3.722,25
Sítio do Mato	4		318,00	19.464,82
TOTAL	61		5.440	239.328,40

Fonte: Projeto GeografAR

Comunidades Quilombolas

MÉDIO SÃO FRANCISCO - BAHIA COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS 2005



Fonte da base cartográfica: CONDER-SEI (adaptada)
Fontes dos dados: INCRA, CPT e Fundação Palmares (dez/2005)
Elaboração: Projeto GeografAR (2006)



3.2.2.3 Comunidades dos Brejos

Encravada no interior do município de Barra, a região dos Brejos é beneficiada por terrenos férteis e agricultáveis. Atualmente são 47 localidades com população estimada em 25.000 habitantes, numa extensão de 280 mil hectares.

Dado o isolamento da área, os habitantes dos Brejos possuem características peculiares principalmente ligadas à etnia, habitação e saúde. Quanto a etnia nota-se a predominância de pessoas de cor clara, verificando que não houve na região a presença de quilombos ou de conglomerados do povo negro. As casas são feitas quase que totalmente de buriti, da parede ao teto, algumas utilizando o adobe com cobertura de palha do buriti. As pessoas habitam esta região dos Brejos há mais de duzentos anos e os limites das *roças* já estão definitivamente fixados, talvez por isso não existam maiores conflitos fundiários.

Apesar das terras férteis e da produção de alimentos, observa-se na população casos de desnutrição provocada principalmente pelo baixo consumo de proteína animal. Há também casos frequentes de verminose e de grande consumo de aguardente. Outra característica da população refere-se à sua estatura e complexidade física miúda, nunca superior a 1,65m e 65 quilos de peso.

No aspecto de saneamento básico, não existe nos povoados dos Brejos sistema de esgotamento sanitário e a água consumida pela população vem diretamente dos riachos e cacimbas.

No tocante a atividades econômicas, a agricultura praticada é a de subsistência no regime de sequeiro. A cultura de maior relevância é a cana-de-açúcar, que é cultivada para produção de rapadura, melaço e aguardente (feito em alambiques rudimentares). Vale ressaltar que grande parte da produção de cachaça é consumida pelos próprios produtores e o excedente comercializado nos armazéns e feiras do entorno. Também se cultiva a mandioca (plantada na meia encosta) para a produção de farinha, a manga e coco (gigante e anão) também são cultivados. O extrativismo é praticado com a coleta do buriti, umbu, mangaba, murici, caju, puçá e pequi.

Os rebanhos principais são de muares e asininos, utilizados como meio de transporte entre os Brejos e a cidade de Barra. Encontra-se também pequeno rebanho de bovino *pé-duro*.

3.2.2.4 Comunidades Indígenas

No Território Velho Chico verifica-se a presença de 3 aldeias ou agrupamentos indígenas, povos Tuxá, Kiriri e Pankaru, distribuídos nos municípios de Ibotirama, Muquém do São Francisco e Serra do Ramalho.

Aldeia Tuxá

A presença dos Tuxás no Vale do São Francisco é comprovada desde final do século XVII, quando foram aldeados por capuchinhos franceses na Missão de São João Batista de Rodelas, recebendo, pelos Alvarás Régios de 1700 e 1703, uma légua em quadra, área que, segundo estudiosos, corresponderia as 30 ilhas existentes no rio São Francisco, localizadas próximas à margem esquerda do referido rio, na altura do município de Rodelas. Estas ilhas ficaram submersas com a construção da represa de Itaparica, na década de '80 do século passado.

Quando os colonizadores adentraram o Vale do São Francisco, implantando ali as fazendas de gado, consta que encontraram tenaz resistência desses indígenas. Para aplacar o espírito de luta das aguerridas tribos foram solicitados os préstimos das missões religiosas. Várias delas se sucederam no território dos Tuxá, mas tudo indica que nada fez diminuir a resistência dos indígenas ao esbulho de suas terras.

A construção da barragem de Itaparica em 1987 foi uma tragédia que se abateu sobre a aldeia. Com a submersão total de suas terras, os índios Tuxá foram divididos em três grupos: 85 famílias foram para Nova Rodelas, 96 famílias foram assentadas na Fazenda Morrinhos e Outeiro na cidade de Ibotirama, e o terceiro grupo com 10 famílias foi para a Fazenda Funil no município de Inajá (PE).

Em Ibotirama este agrupamento indígena vive numa área de 2.096 hectares; atualmente são 212 famílias e uma população em torno de 1.200 pessoas. A aldeia fica a uns 15 km de Ibotirama; nela se encontram pequenos comércios, escola, o posto da FUNAI, posto de saúde e alguns poucos aparelhos de telefones públicos. Há também templos de Igrejas Evangélicas e um da Igreja Católica e um espaço edificado em forma de oca – *a Igreja Encantada* – onde uns poucos indígenas podem praticar os rituais de contato, sob a regência de um jovem pajé. Para compensar a falta do chão e do rio, a CHESF paga salários aos indígenas. Isso há 17 anos. Até agora, a terra não foi entregue.

Aldeia Kiriri

Os índios Kiriri constituíam um ramo de um grande conjunto de povos que algumas fontes históricas mencionam pelo termo genérico de nação Cariri, cujos vários ramos se distribuíram por todo o sertão nordestino, desde o Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte até os limites da Chapada Diamantina, no estado da Bahia, concentrando-se principalmente às margens do rio São Francisco.

A presença dos indígenas Kiriri no Médio São Francisco é bastante recente, data do ano de 1982. Esse grupo indígena é originário do Nordeste do estado da Bahia, onde ocupa área que compreende os atuais municípios de Quijingue e Banzê. É no último que está localizada a aldeia de Mirandela (antiga Saco dos Morcegos), povoado - sede da missão jesuíta criado no

século XVII e que foi distrito de Ribeira do Pombal até 1989. O deslocamento dos Kiriris para a região do São Francisco se deu em razão dos conflitos que marcaram as relações com brancos e intra-indígenas. Em princípios de 1970 os Kiriri empreenderam um processo de afirmação étnica, resultando na luta pela retomada de suas terras ocupadas há anos pelos regionais. Porém, o processo de *desintrusão* foi marcado não só pelo conflito entre indígenas e regionais, mas também entre os próprios indígenas.

O aldeamento do município do Muquém do São Francisco conta com uma população de 32 famílias e 122 pessoas, ocupando uma área de apenas 62 hectares, grande parte banhada pelo rio São Francisco. A pequena aldeia Kiriri foi demarcada e homologada pela FUNAI em 1985. Além das casas, a aldeia possui uma escola multisseriada funcionando em dois turnos (pela noite aulas de alfabetização para jovens e adultos), um posto de saúde, uma casa de farinha e o *Poró* (a casa da Ciência), espaço referencial das manifestações simbólicas, num contexto marcado pelo contato interétnico. É no “terreiro” do *Poró* que os índios praticam o *toré* e no seu interior rezam e cultuam à Santa Cruz – a padroeira da aldeia - e o Pajé Domingos faz os seus trabalhos de *ciência*.

Os indígenas cultivam plantas de ciclo curto como o milho, o feijão e a abóbora, mas vivem basicamente da pesca; possuem barcos e canoas com os quais aprenderam a lidar muito depressa. Uns poucos fazem produtos artesanais que vendem nas feiras da região e nos eventos dos quais participam.

Aldeia Pankaru

Como muitos outros grupos da região Nordeste do Brasil, os Pankaru tiveram sua identidade indígena reconhecida pelo Estado, bem como a homologação de suas terras, apenas no início dos anos 90. Sua trajetória foi pontuada por uma sucessão de conflitos fundiários com grileiros e posseiros, ainda não totalmente resolvidos. Além de um histórico de opressão e marginalização pela sociedade não-indígena, os Pankaru têm em comum com os demais grupos indígenas chamados "emergentes" o ritual do *toré*, marca de identidade e resistência cultural. Grupo étnico recentemente diferenciado, os Pankaru ainda não contam com estudos etnográficos e documentos históricos versando sobre aspectos da história do povo. É provável que os ancestrais do ex-pajé Apolônio Kinane seja remanescente dos aldeamentos indígenas patrocinados pelas sucessivas missões religiosas instaladas no Vale do Baixo e Médio São Francisco, entre os séculos XVII e XVIII.

A região de Serra do Ramalho teve seu povoamento ligado à expansão bandeirante. Os bandeirantes empreenderam feroz caçada aos índios na região e dali partiram em direção às Minas Gerais para a chamada Guerra dos Emboabas. A área estava ligada à produção da pecuária extensiva e atividades mineradoras. Atualmente estima-se que a população Pankaru em

Serra do Ramalho conta apenas com 87 pessoas distribuídas em 14 famílias. Além destas, cinco famílias vivem no município de Jandira – SP, uma família vive em Goiás e oito famílias vivem no município de Muquém do São Francisco, no povoado de Passagem.

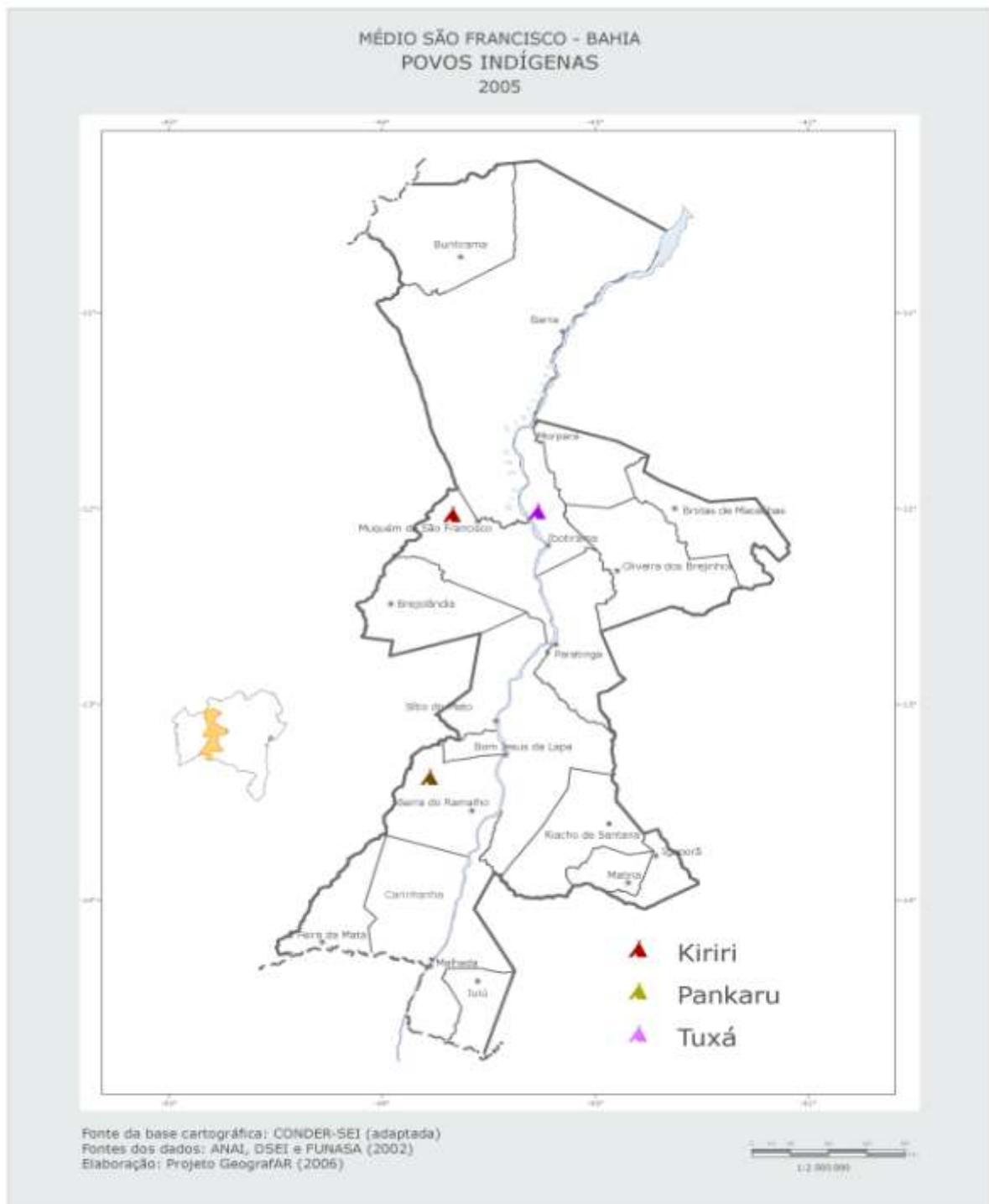
O longo histórico de contatos dos Pankaru, bem como o reduzido número de famílias da comunidade, estimularam as relações interétnicas, inclusive com membros da sociedade não - indígena. Depois da implantação do Projeto de Colonização de Serra do Ramalho e do reconhecimento da comunidade indígena, a rede de contatos dos Pankaru foi ampliada e, além dos "irmãos Pankaru", mantiveram estreitos laços com os Kiriri de Muquém do São Francisco. Os descendentes do pajé Apolônio buscaram nos membros dessa comunidade indígena os parceiros ideais para o matrimônio e a reprodução familiar e tribal.

Povos e Terras Indígenas No Território Velho Chico

Município	Denominação	Famílias	População	Área / ha
Ibotirama	Tuxá	212	1.200	2.019
Muquem do São Francisco	Kiriri	32	122	62
Serra do Ramalho	Pankaru (Kinaê)	14	87	981

Fonte: Projeto GeografAR

Povos Indígenas no Território



3.3. ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

3.3.1 Clima

O clima da região é seco, sub - úmido e semi-árido. A temperatura média anual atinge 24,0 °C, enquanto a máxima alcança 45,0°C e a mínima a 16,1 °C, em Brotas de Macaúbas, município onde se registram as menores temperaturas. O período chuvoso distribui-se entre novembro e janeiro. A pluviosidade anual tem os seguintes indicadores: média 772 mm, máxima 1.243mm e mínima 356 mm.

Na bacia do Médio São Francisco e ao longo de sua margem, os ventos predominantes sopram de sul - leste - norte durante a maior parte do ano. Na estação de Bom Jesus da Lapa, a sul do Território, a direção predominante dos ventos é sul, virando à sudoeste durante o fim do inverno e da primavera. Na estação da Barra, ao norte, os ventos predominantes são do setor nordeste, mudando para o leste nos meses de verão. Para Ibotirama e cercanias se admite um domínio dos ventos alísios provenientes do SE - E – NE. A velocidade média anual dos ventos no Território varia de 1,7 m/s nos locais mais baixos (em torno de 435 m de altitude) a 4,2 m/s nos locais mais elevados, com altitudes superiores a 800 m, sendo que as maiores correntes de vento ocorrem em setembro e no período de inverno.

Estando os municípios da região inseridos 100 % na zona do Polígono das Secas, o risco de seca é alto, devido especialmente à extensão dos períodos de estiagem que com frequência ocorrem na bacia do Médio São Francisco.

3.3.2 Solos

Os estudos relativos aos solos indicaram a presença de solos das seguintes classes: Latossolo Vermelho – Amarelo Álico, Solos Litólicos Álicos, Solos Aluviais Eutróficos.

O solo Latossolo Vermelho-Amarelo Álico constitui as unidades de solo de maior extensão na área, ocupando grande parte do relevo plano e suave ondulado entre a Serra do Espinhaço e o Vale do Rio São Francisco. São solos profundos, não hidromórficos, com características morfológicas, físicas e químicas semelhantes aos da classe de Latossolo Vermelho Escuro, diferindo essencialmente por apresentarem cores mais claras nos matizes 5YR e 10YR.

Os Latossolos Vermelho - Amarelo Álicos são emprestados à pecuária extensiva em meio à vegetação natural, sendo algumas áreas utilizadas para cultivo de mandioca, milho e plantio de capim-colonião e "buffel-grass". Ao longo dos chapadões estes solos vêm sendo aproveitados para reflorestamento de eucaliptos e pinus, bem como para as culturas de arroz e soja.

A principal limitação agrícola resulta da baixa pluviosidade anual, associada à saturação com alumínio, forte acidez e baixa saturação de bases. Para uma utilização agrícola racional, são necessárias adubações para correções de fertilidade e irrigações complementares no período de estiagem.

O Latossolo Vermelho - Amarelo é encontrado em praticamente todo o Território, exceto nas áreas mais próximas ao Rio São Francisco. Esses solos possuem nível médio de fertilidade, porém apresentam boa produtividade quando associados à umidade, geralmente no período chuvoso. A depender das condições geográficas, podem apresentar-se relativamente ácidos, o que dificultaria manejos agrícolas, mas com a correção da acidez, via calagem e gessagem, se tornariam aptos à produção agrícola.

Os Solos Aluviais Eutróficos são solos pouco evoluídos, resultantes de disposições fluviais recentes, apresentando horizonte diferenciado sobre camadas estratificadas, as quais não guardam nenhuma relação pedogenética entre si. Suas características morfológicas, tais como coloração, estrutura, consistência e textura são muito variáveis, dependendo da natureza dos sedimentos originários. São profundos a muito profundos, podendo apresentar mosqueados ou horizontes gleizados em profundidade, principalmente, se o sedimento for de natureza argilosa. São aproveitados principalmente no cultivo de milho, feijão e arroz, bem como para pastagens plantadas e pecuária extensiva em meio à vegetação natural. Como apresentam soma de bases alta (S) e estão situados em cotas baixas com facilidade de irrigação, são de grande potencialidade para o uso agrícola. Podem produzir altos rendimentos se utilizados de maneira racional, incluindo práticas para controle de erosão, adubações e irrigação, procurando-se evitar problemas de salinização superficial.

Esses solos são encontrados quase que exclusivamente ao longo do rio, geralmente às margens, e como há deposição de sedimentos ao longo do percurso, é um solo extremamente fértil, excelente para a produção agrícola e cultivo de hortaliças e frutíferas.

3.3.3 Vegetação

No lado direito do Médio São Francisco e na área da Bacia do Rio Paramirim a flora se revela rica em biodiversidade. Sua expressão quantitativa e qualitativa está relacionada com as variações no índice pluviométrico, nas condições pedológicas, topográficas e nas proximidades de cursos de água representativos. Como principais formações florísticas podem se mencionar as zonas de Caatinga, Floresta Estacional Decidual Montana, as Zonas de Tensão Caatinga Cerrado, as Matas de Galeria e Matas Ciliares.

A região compreendida entre Paratinga e Ibotirama é essencialmente agrícola, predominando como principal aspecto paisagístico as pastagens de pequeno e médio porte, entremeadas com vegetação nativa, na sua maioria, secundária. Apesar de ainda rica, a flora dessa região vem sofrendo perdas consideráveis pela ocupação antrópica, destacando-se como principais ações que desfiguram a fitofisionomia, a pecuária extensiva, o extrativismo de madeira e minérios, e a agricultura. Estas atividades antrópicas, difundidas por toda a área com diferentes graus de intervenção, determinam um mosaico dos principais grupos florísticos.

Nas formações florestais mais densas nas zonas montanhosas são encontrados indivíduos arbóreos com porte elevado que podem alcançar até 20 metros de altura, destacando-se o pau d'arco, a baraúna, enquanto nas zonas de caatinga são encontradas populações significativas de juazeiro, quixabeira, umburana de cambão, catingueira e jurema, entre outras. No entorno das cidades a ocupação do solo e cobertura vegetal é dada, por um lado, por um notável predomínio de vegetação de Estepe (Caatinga) e pelo outro por áreas antropizadas com pastagem capoeira e áreas de cultivo.

Basicamente, todos os cursos de água e encostas marginais estão ocupados com pastagens e roçados, tendo sido extraídas as matas ciliares e/ou de galerias. As regiões das Coberturas, especialmente no entorno dos eixos rodoviários e para o sul, encontram-se também bastante degradadas pelo homem pela utilização dos solos para implantação de agricultura, pastagem e práticas de queimadas, formando extensas áreas com vegetação rarefeita de capoeira em estágio inicial a intermediário de regeneração.

3.3.4 Recursos Hídricos

O Território Velho Chico é rico em fontes de águas, além do rio São Francisco que praticamente corta todas as cidades do território, há vários outros rios permanentes no Território. O rio Grande que desemboca no São Francisco na cidade de Barra, o rio Paramirim que deságua no São Francisco no município de Morpará, o Santo Onofre que deságua em Ibotirama, o rio Corrente em Sitio do Mato, além dos rios Carinhanha no município de Carinhanha e do rio Verde Grande na cidade de Malhada. Estes dois rios separam a Bahia do estado de Minas Gerais. O Território também é banhado por outros pequenos rios como: Rio das Rãs, Riacho de Santa Rita, Riacho Brejo Velho. Várias outras fontes naturais, córregos, riachos, lagoas, brejos, alagadiços e cachoeiras e nascentes são encontrados no Território. Nas cidades próximas à Chapada Diamantina, como Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, diversos mananciais de águas são encontrados. Nos Brejos da Barra existem grandes áreas cobertas com fontes de águas naturais. O potencial dos aquíferos ainda é pouco explorado; na cidade de Ibotirama se faz a exploração comercial de água mineral em duas fontes particulares.

3.3.5 Recursos Minerais

O Território é muito rico em minerais, nas cidades do sul / sudeste, a partir de Bom Jesus da Lapa, os solos são ricos em ardósias, argilitos, calcários, dolomitos, depósitos eluvionares e coluvionares, depósitos fluviais. Nas cidades ao norte, a partir de Paratinga, encontram-se também arenitos feldspáticos, gnaisses, quartzitos, calcários, etc. As cidades de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas notadamente são as de maior exploração do garimpo do cristal de rocha e encontram-se também formações ferríferas, mármore, quartzitos e xistos, entre outros. Nestes dois últimos municípios existem empresas mineradoras de grande porte.

Apesar da exploração do cristal ser feita por grandes mineradoras, muitos habitantes, principalmente da zona rural, ainda praticam a atividade de garimpagem de forma artesanal, sobrevivendo dela durante os períodos de estiagem.

3.3.6 Passivo Ambiental

Variadas e numerosas são as formas de agressão ao meio ambiente no Território. Na área rural o preparo do solo para o cultivo ainda é feito utilizando-se das queimadas, o desmatamento para a agricultura e pecuária não tem levado em consideração a preservação do meio ambiente.

Apesar de ainda rica, a flora dessa região vem sofrendo perdas consideráveis pela ação do homem. Além da agricultura e da pecuária extensiva, o extrativismo de madeira para a venda da lenha e de toras, as carvoarias que queimam a floresta para produção de carvão vegetal, encontradas ainda até mesmo em áreas de Reforma Agrária. Tudo isto tem preocupado bastante os ambientalistas, haja vista que tem se verificado o crescimento clandestino de carvoarias em toda a região. Conforme dados de órgãos oficiais como o IBAMA, o Território é responsável por 23% de toda a lenha produzida no estado e produtora de 50% da madeira em toras cortada na Bahia.

O extrativismo mineral também tem causado sérios danos ao meio ambiente, principalmente nas cidades de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, onde se concentram as maiores mineradoras do território.

As bacias hidrográficas a que pertencem os municípios do Território apresentam uma diversidade da fauna e de flora, com destaque para os peixes, uma das fontes alimentares da população. Este potencial está sendo cada vez mais comprometido devido ao desmatamento e queima da mata ciliar, e às ações predatórias, tais como a pesca no período da piracema e a extração de areia no leito dos rios, tudo sem nenhum controle e /ou fiscalização. Todas essas agressões vêm causando o desequilíbrio ambiental e comprometendo as fontes alimentares da

população e a própria cadeia alimentar. Além disso, o rio São Francisco tem sido o depositário de todo o esgoto das cidades e povoados ribeirinhos. Ainda se tem a cultura de se jogar no rio tudo que não serve mais ao homem, talvez baseado na crença de que a água tivesse o poder de limpar tudo. Nesse aspecto é extremamente necessário do poder público e dos organismos de defesa do meio ambiente uma constante ação de conscientização da população sobre a conservação e o uso racional dos recursos naturais.

3.4. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

3.4.1 População

O território possui uma população de 356.180 habitantes (SEI 2004), da qual cerca de 57% reside na zona rural. Com uma extensão territorial muito grande, a 4ª maior da Bahia, possui baixa densidade demográfica, 8,2 hab/km² (SEI 2004), o que comprova que a região é pouco povoada, bastante inferior à média do Estado, que é de 23,1 hab/km².

Apesar se verificar um pequeno acréscimo populacional entre 1991 e 2000, em muitas cidades do Território houve estagnação do crescimento da população, e em outras verificou-se o decréscimo no número de habitantes.

População Total, Urbana e Rural entre 1991 e 2000

Municípios	População Total 1991	População Total 2000	População Rural 1991	População Rural 2000	População Urbana 1991	População Urbana 2000
Barra	39.806	44.203	24.039	24.562	15.767	19.641
Bom Jesus da Lapa	47.254	54.421	14.864	16.695	32.390	37.726
Brotas de Macaúbas	13.001	13.003	10.011	10.012	2.990	2.991
Carinhanha	25.565	27.272	18.240	16.789	7.325	10.483
Feira da Mata	6.343	6.235	4.873	3.413	1.470	2.822
Ibotirama	23.270	24.149	8.039	7.765	15.231	16.384
Igaporã	13.952	14.557	8.049	7.456	5.903	7.101
Malhada	16.866	15.614	14.178	9.541	2.688	6.073
Matina	8.999	10.242	7.610	7.483	1.389	2.759
Morporá	7.411	8.597	3.774	3.103	3.637	5.494
Muquém do S Francisco	8.257	9.052	7.450	8.055	807	997
Oliveira dos Brejinhos	21.105	21.670	16.914	15.853	4.191	5.817
Paratinga	24.181	27.679	16.835	18.612	7.346	9.067
Riacho de Santana	27.259	28.643	18.886	17.632	8.373	11.011
Serra do Ramalho	33.164	32.600	31.005	28.858	2.159	3.742
Sítio do Mato	8.699	11.752	3.034	5.282	5.665	6.470
Total do Território	325.132	349.689	207.801	201.111	117.331	148.578
Total da Bahia	11.867.990	13.070.250	4.851.221	4.297.902	7.016.770	8.772.3

Fonte: GeografAR / UFBA e Atlas do Desenvolvimento Humano - PNUD

Evolução da População 2000 – 2003

Municípios	Pop Total (hab) 2000	Densidade Demográfica 2000 (hab/km ²)	Pop Total (hab) 2003	Densidade Demográfica 2003 (hab/km ²)
Barra	44.203	3,6	45.558	3,7
Bom Jesus da Lapa	54.421	13,1	56.119	13,5
Brotas de Macaúbas	13.003	5,5	11.929	5,1
Carinhanha	27.272	9,9	27.798	10,1
Feira da Mata	6.235	3,8	6.202	3,7
Ibotirama	24.149	17,3	24.420	17,5
Igaporã	14.557	18,8	14.709	19,0
Malhada	15.614	7,9	15.738	8,0
Matina	10.242	12,9	10.659	13,4
Morpará	8.597	4,9	8.962	5,2
Muquém do São Francisco	9.052	3,1	9.297	3,2
Oliveira dos Brejinhos	21.670	6,0	21.844	6,1
Paratinga	27.679	9,8	28.757	10,2
Riacho de Santana	28.643	10,6	29.069	10,7
Serra do Ramalho	32.600	12,2	32.426	12,1
Sítio do Mato	11.752	6,8	12.693	7,4
Total do MSF	349.689	7,5	356.180	8,2
Bahia	13.070.250	23,1	13.435.612	23,8

Fonte: Projeto GeografAR / SEI

Área, Taxa de Urbanização e Densidade Demográfica entre 1991 e 2000

Municípios	Área (Km ²)	Taxa Urbanização 1991 (%)	Taxa Urbanização 2000 (%)	Densidade Demográfica 1991 (hab/km ²)	Densidade Demográfica 2000 (hab/km ²)
Barra	12.348,40	39,61	44,43	3,22	3,50
Bom Jesus da Lapa	4.148,50	68,54	69,32	11,39	13,10
Brotas de Macaúbas	2.343,50	17,18	23,46	6,03	5,5
Carinhanha	2.762,20	28,65	38,44	9,26	9,80
Feira da Mata	1.661,80	23,18	45,26	3,82	3,80
Ibotirama	1.396,60	65,45	67,85	16,66	17,30
Igaporã	775,00	43,31	48,78	18,00	18,80
Malhada	1.972,90	15,94	38,89	8,55	7,90
Matina	793,20	15,44	26,94	11,35	12,90
Morpará	1.738,80	49,08	63,91	4,26	4,90
Muquém do São Francisco	2.878,70	9,77	11,01	2,87	3,10
Oliveira dos Brejinhos	3.586,70	19,86	26,84	5,88	6,00
Paratinga	2.825,00	30,38	32,76	8,56	9,80

Riacho de Santana	2.708,80	30,72	38,44	10,06	10,50
Serra do Ramalho	2.678,30	6,51	11,48	12,38	12,20
Sítio do Mato	1.716,40	65,12	55,05	5,07	6,80
Total do Território	46.334,80	33,04	44,17	7,01	7,54
Total da Bahia	564.693	59,1	67,1%	21,0	23,1

Fonte: Projeto GeografAR e Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD

Do ponto de vista do desenvolvimento humano os índices ainda são considerados muito baixos, apesar de haver uma evolução em todas as cidades do Território. O IDH médio subiu de 0,50 em 1991 para 0,62 em 2000. Conforme a tabela abaixo o único município que apresenta IDH acima de 0,70 é Ibotirama, considerado pelo PNUD como cidade de médio desenvolvimento humano.

IDH Território Velho Chico 1991 e 2000

Municípios	IDH Municipal 1991	IDH Municipal 2000	Taxa de Alfabetização 1991	Taxa de Alfabetização 2000	IDH Renda 1991	IDH Renda 2000
Barra	0,49	0,59	49,18	64,88	0,41	0,45
Bom Jesus da Lapa	0,55	0,65	60,33	74,62	0,51	0,58
Brotas de Macaúbas	0,54	0,62	61,37	74,32	0,42	0,46
Carinhanha	0,49	0,61	50,41	62,86	0,42	0,47
Feira da Mata	0,54	0,63	58,45	70,36	0,51	0,50
Ibotirama	0,58	0,70	61,37	74,87	0,49	0,60
Igaporã	0,54	0,66	55,12	70,2	0,45	0,54
Malhada	0,44	0,58	47,24	62,46	0,39	0,46
Matina	0,48	0,59	41,89	59,23	0,38	0,42
Morporá	0,52	0,64	52,83	66,87	0,43	0,50
Muquém do São Francisco	0,47	0,60	43,93	63,8	0,39	0,49
Oliveira dos Brejinhos	0,53	0,65	60,61	72,81	0,40	0,48
Paratinga	0,48	0,62	51,23	69,43	0,39	0,42
Riacho de Santana	0,51	0,63	48,92	66,25	0,43	0,48
Serra do Ramalho	0,47	0,60	57,05	67,77	0,38	0,46
Sítio do Mato	0,49	0,60	50,78	70,18	0,42	0,43

Fonte: Projeto GeografAR

3.4.2 Educação

A situação educacional do Território vem apresentando uma melhora significativa nas últimas décadas, refletida na redução da taxa de analfabetismo, no aumento do número de matrículas e no crescimento da taxa de escolaridade média da população. No entanto, o quadro da educação ainda é insatisfatório, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo.

Mesmo com o esforço concentrado do governo para o combate ao analfabetismo, no caso particular do Território Velho Chico, a redução desse quesito ainda está distante de acontecer. Veja a planilha sobre analfabetismo extraída dos Estudos Propositivos.

Taxas de Analfabetismo no Território 2001 - População acima de 15 anos

Municípios	Total da População	Numero de analfabetos	Percentual de analfabetos
Barra	25.763	9.048	35,1
Bom Jesus da Lapa	34.831	8.841	25,4
Brotas de Macaúbas	10.369	2.385	23,0
Carinhanha	16.630	6.177	37,1
Feira da Mata	4.928	1.253	25,4
Ibotirama	9.996	2.979	29,8
Igaporã	15.805	3.972	25,1
Malhada	11.558	3.867	33,4
Matina	6.601	2.691	40,8
Morpará	5.728	1.898	33,1
Muquém do São Francisco	5.375	1.946	36,2
Oliveira dos Brejinhos	14.103	3.834	27,2
Paratinga	16.881	5.161	30,6
Riacho de Santana	19.008	6.416	33,8
Serra do Ramalho	19.470	6.275	32,2
Sítio do Mato	6.911	2.061	29,8
Médio São Francisco	223.987	68.804	30,7
Bahia	8.891.278	2.057.907	23,1

Fonte: Estudos Propositivos Território Velho Chico

As políticas governamentais para educação *do e no* campo ainda são tímidas; não se tem uma educação cuja concepção prime pela valorização dos aspectos sócio-culturais do campo, particularizando seus aspectos pedagógicos e metodológicos e / ou seus recursos materiais (por ex., os livros didáticos são inadequados à realidade do campo). Além disso, os professores da área rural não recebem formação contextualizada para a realidade em que atuam profissionalmente, o qual provoca desânimo, insatisfação e desmotivação.

Nesse aspecto, o fator que tem concorrido muito para a atual situação caótica da educação é a rotatividade dos/as professores/as. Outro aspecto negativo é o calendário escolar em desacordo com o calendário agrícola, sendo pensado apenas para atender a zona urbana.

Com relação aos materiais disponibilizados pelos municípios, como carteiras, mesas e equipamentos, são, na maioria das vezes, reutilizados ou provenientes de outras escolas.

No Território consta apenas um Campus Universitário (UNEB / Campus XVII), sediado em Bom Jesus da Lapa, ofertando o curso de Pedagogia desde sua implantação em 1977, sendo que a partir do segundo semestre de 2005 passou a oferecer o curso de Administração. Em alguns municípios a UNEB ofereceu o curso de Pedagogia para professores que atuam no Ensino Fundamental nas séries iniciais da Rede Pública Municipal, em parceria com as prefeituras dos respectivos municípios – programa Rede UNEB 2000.

No quesito Educação do Campo, o Departamento acolheu o PRONERA (Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária), tendo proporcionado a escolarização de 1º e 2º graus e atualmente o curso de 3º grau Licenciatura Plena em Pedagogia da Terra. Este curso nasceu a partir das legítimas reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras assentados, objetivando formar educadores do campo para atuar na docência e na gestão, qualificando o trabalho educativo nos assentamentos e acampamentos. Os alunos são oriundos de assentamentos, além de educadores que já vêm atuando no ensino médio e fundamental e integrantes dos diversos movimentos de luta pela terra da Bahia, tais como: CETA, FETAG, FATRES, MST e MLT que em comum acordo dividiram as vagas.

O Território possui também em Riacho de Santana um complexo educacional de EFA's pautado na pedagogia da alternância, com cursos técnicos em agropecuária e em meio ambiente. A coordenação da rede de EFA's é feita pela AECOFABA. O sistema foi implantado como uma alternativa de educação apropriada às necessidades sociais, culturais e econômicas da população para conter o êxodo e desenvolver o campo, superando as condições de pobreza, abandono e exclusão, através de uma formação conscientizadora dos alunos, suas famílias e comunidades.

Quanto à educação de nível superior, existe uma mobilização geral no Território para instalação da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF no município de Bom Jesus da Lapa, com extensões que atenderiam outros municípios e Territórios: Santa Maria da Vitória (Território Bacia do Rio Corrente) e Guanambi (Território Sertão Produtivo).

3.4.3 Saúde e Saneamento

No ano de 2002 havia no Território apenas 13 unidades de saúde com internações e 494 leitos. Os serviços de apoio, diagnose e terapia estavam concentrados no município de Bom Jesus da Lapa. Mesmo com o hospital regional em Ibotirama, o Território não dispõe de unidade médica com Centros de Terapia Intensiva e os casos mais graves são encaminhados para os grandes centros (Salvador e Brasília).

Entretanto, em todas as sedes municipais estão instalados postos e centros de saúde, mas nem sempre funcionam a contento. Nas zonas rurais dos municípios o atendimento médico tem apresentado melhoras a partir da implantação do Programa Federal da Saúde da Família - PSF. Mesmo assim, ainda existem muitas comunidades que não dispõem de nenhum tipo de atendimento, comprometendo a saúde da população e favorecendo a ocorrência de doenças infecto - contagiosa, parasitares, dermatoses, dengue, leishmaniose, leptospirose, chagas e outras. Segundo dados fornecidos pelos Estudos Propositivos, durante o ano de 2000 foram notificados no Território 631 casos de hepatite (539 dos quais somente no município de Feira da Mata); 3 de leptospirose, 66 casos de meningite, 190 de esquistossomose, 85 de hanseníase e 121 casos de leishmaniose visceral e tegumentar.

Um índice que tem sido sempre empregado como indicador social e de avaliação de políticas públicas na área da saúde e saneamento é a taxa de mortalidade infantil, o qual avalia o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade em cada 1.000 nascidas vivas. As mortes em menores de 1 ano ocorrem nos primeiros dias de vida (período neonatal precoce) e são consequência das deficiências da assistência pré-natal, da assistência ao parto e das baixas condições de vida da população.

Taxa de mortalidade infantil no Território 1991 – 2000

Municípios	1991	2000
Barra	63,73	45,71
Bom Jesus da Lapa	73,21	54,72
Brotas de Macaúbas	70,75	46,02
Carinhanha	76,93	45,71
Feira da Mata	73,21	45,71
Ibotirama	56,67	34,90
Igaporã	55,15	34,96
Malhada	106,37	62,56
Matina	55,15	37,64
Morpará	60,14	34,90
Muquém do São Francisco	75,29	53,16
Oliveira dos Brejinhos	59,82	37,62
Paratinga	76,93	44,32
Riacho de Santana	62,88	37,64
Serra do Ramalho	93,89	57,93
Sítio do Mato	76,93	47,97
Médio São Francisco	70,87	46,49

Fonte: Estudos Propositivos

As questões relacionadas com a moradia refletem nas condições saúde e de saneamento. Na maioria das residências, hoje, já predominam as construções de tijolos, porém com acabamentos inadequados, facilitando a proliferação de organismos prejudiciais à saúde. Muitos povoados rurais são desprovidos de instalações e equipamentos sanitários, o que concorre para a grande incidência de doenças infecta - parasitas patogênicas.

Do ponto de vista do saneamento básico a maioria das residências da zona urbana dispõe de água encanada. Em todas as sedes municipais existem os serviços de captação de esgoto doméstico e coleta de lixo, só que funcionam de forma precária e o atendimento não é universalizado. Em relação a estes serviços na zona rural apenas alguns povoados possuem fornecimento de água encanada; já coleta do esgoto e lixo não existe.

No tocante ao destino dado ao esgoto e ao lixo, na maioria dos municípios do Território o esgotamento líquido é despejado diretamente no rio São Francisco, e os resíduos sólidos depositados em lixões, acelerando o processo de poluição das águas e do meio ambiente, comprometendo os mananciais hídricos e a qualidade de vida das populações.

Os materiais tóxicos residuais da agricultura, na maior parte das vezes são descartados no próprio ambiente sem nenhum tipo de cuidado ou tratamento.

Desde 2005, com a efetivação do Programa de Revitalização do Rio São Francisco, algumas prefeituras dos municípios localizados na calha do rio vêm recebendo recursos para revitalização e construção de obras de captação e tratamento do esgotamento sanitário, como no caso de Bom Jesus da Lapa e Ibotirama.

Percentual de Pessoas com Acesso a Serviços Básicos -2000

Municípios	Água encanada município	Água encanada urbana	Banheiro e água encanada	Energia elétrica	Com esgoto sanitário	Coleta de lixo urbano
Barra	39,56	92,0	34,56	51,74	17,3	69,9
Bom Jesus da Lapa	66,23	98,6	62,87	74,51	9,4	65,3
Brotas de Macaúbas	26,19	72,8	17,8	51,8	70,5	73,4
Carinhanha	44,73	92,4	38,73	59,11	5,4	56,7
Feira da Mata	37,32	96,0	35,47	58,68	3,3	30,5
Ibotirama	63,8	94,7	60,92	78,61	5,9	92,7
Igaporã	46,25	95,7	41,85	71,04	32,5	93,8
Malhada	31,46	91,6	25,62	61,24	2,2	74,6
Matina	18,21	88,4	15,38	40,4	92,9	78,0
Morporá	56,42	87,5	50,31	70,32	0,9	64,6
Muquém São Francisco	23,54	92,5	18	39,42	0,5	65,9
Oliveira dos Brejinhos	38,56	97,4	31,12	45,96	1,2	62,4
Paratinga	30,64	92,4	27,16	41,06	0,3	70,3
Riacho de Santana	51,51	98,4	44,6	61,27	1,0	84,4
Serra do Ramalho	17,88	92,0	16,85	83,12	0,6	35,3
Sítio do Mato	47	90,8	46,01	65,82	0,2	60,6
Médio São Francisco	39,95	92,07	35,45	59,63	15,25	67,40

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000, BNDES e Projeto GeografAR

3.4.4 Hospitais e Postos de Saúde

Segundo dados de 2003 levantados pelos Estudos Propositivos, para os 16 municípios que compõem o Território há apenas 13 hospitais em 11 cidades; 10 desses hospitais são municipais, 01 estadual e 02 particulares. Essa concentração dos serviços de saúde gera um sistema de atendimento precário, sobrecarregando determinados municípios, a exemplo de Bom Jesus da Lapa, que é o município mais populoso do Território, e além de sua própria população, acaba

funcionando como pólo de atendimento das populações circunvizinhas. Fato semelhante acontece com a cidade de Ibotirama, única cidade do Território que dispõe de serviço de saúde estadual; os outros serviços de saúde são municipais ou particulares.

Os demais municípios dispõem de pequenas unidades de saúde (postos e centros de saúde), todas com atendimento inferior às necessidades locais. Os casos de atendimento especializado são deslocados para os grandes centros como Brasília, Salvador, Vitória da Conquista e outros.

Unidades de Saúde e leitos hospitalares – ano 2002

	Hospitais	Leitos	Municipal	Estadual	Particular
Barra	1	26	1	0	0
Bom Jesus da Lapa	3	159	2	0	1
Brotas de Macaúbas	1	19	0	0	1
Carinhanha	1	50	1	0	
Feira da Mata	0	0	0	0	
Ibotirama	1	50	0	1	
Igaporã	1	33	1	0	
Malhada	1	30	1	0	
Matina	1	23	1	0	
Morpará	0	0	0	0	
Muquém de São Francisco	0	0	0	0	
Oliveira dos Brejinhos	0	0	0	0	
Paratinga	1	36	1	0	
Riacho de Santana	1	46	1	0	
Serra do Ramalho	0	0	0	0	
Sítio do Mato	1	22	1	0	
MSF	13	494	10	1	2

Fonte: Estudos Propositivos

3.4.5 Segurança Alimentar

Com as perdas das raízes culturais e assimilação de hábitos alimentares inadequados, constata-se um comprometimento no nível de segurança alimentar e nutricional da população do Território, haja vista o abandono dos alimentos tradicionais, como frutas, beijus, cuscuz, ovos caipiras, “brevidades”, bolos diversos, tubérculos, rapadura, melão, pamonha, mungunzá, canjica e outras iguarias, e a incorporação de alimentos industrializados e enlatados.

Para minimizar o déficit de segurança alimentar, foram implementados alguns programas sociais no Território:

- Programa de compra antecipada com doação simultânea desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
- Programa Fome Zero que atende todos os municípios do Território.
- Diversos outros programas federais em parcerias com prefeituras / Petrobrás / Fome Zero.

Segundo a pesquisa do Projeto GeografAR, os programas do Governo Federal como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Vale Gás, hoje unificados no Bolsa Família, direcionam para o Território um valor médio mensal de R\$ 3,4 milhões.

Recursos do Programa Bolsa Família 2006 (por mês)

Município	Nº de famílias pobres	Famílias atendidas	% atendimento	Valor (R\$)	Benefício médio (R\$)
Barra	5.137	6.084	118,40	448.624	73,74
Bom Jesus da Lapa	5.272	7.276	138,00	513.775	70,71
Brotas de Macaúbas	2.387	2.286	85,80	157.283	68,80
Carinhanha	3.297	3.942	119,50	287.387	72,90
Feira da Mata	895	1.006	112,40	67.929	68,80
Ibotirama	2.760	3.269	118,40	212.446	67,52
Igaporã	1.802	2.016	111,90	124.916	64,09
Malhada	1.734	2.188	126,20	156.530	72,58
Matina	1.473	1.746	118,50	96.389	71,54
Morpará	1.224	1.445	118,00	123.710	60,70
Muquém São Francisco	1.012	1.287	127,20	92.670	70,85
Oliveira dos Brejinhos	3.179	2.113	66,50	148.929	70,48
Paratinga	3.740	4.426	118,30	322.600	72,89
Riacho de Santana	4.026	4.524	112,40	314.569	69,53
Serra do Ramalho	4.291	3.302	76,90	226.106	68,48
Sítio do Mato	1.410	1.707	121,00	123.732	72,49
Médio São Francisco	43.639	48.617	111,83	3.417.595	69,75

Fonte: MDS (julho 2006) e Projeto GeografAR

3.4.6 Organização Social

Na maioria dos municípios do Território estão instalados os Conselhos Municipais de Saúde, do FUNDEF, da Merenda Escolar, Conselho Tutelar; há também a histórica representação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ligados à FETRAF e FETAG. Tanto na zona rural quanto na urbana, diversas associações foram criadas por força da necessidade de se agremiarem para facilitar a implementação de projetos públicos e financiamentos junto a bancos e órgãos oficiais. Muitas estão inativas, outras estão em funcionamento, como por exemplo as associações das áreas de Fundo de Pasto, articuladas na CEAPRI, associações dos quilombolas, dos indígenas e outras.

Verifica-se também no território a presença de diversos movimentos sociais voltados para a luta pela terra e a Reforma Agrária, tais como: MST, CETA, MLT, FETAG, MLST, OTL e PNCF. Existem cooperativas de crédito da Rede ECOSOL, cooperativas de produção e comercialização, tais como: COOPEB, COOPAMESF, COOPAASF, além de outras que estão em processo de implantação e cooperativas de serviços técnicos, tais como: ASCONTEC e COOTRAF.

3.5. ASPECTOS ECONÔMICOS

3.5.1 Finanças Públicas Municipais

A maior parte dos municípios do Território encontra-se abaixo da classificação da primeira centena, sendo que alguns apresentam classificações muito inferiores, como no caso de Matina e Morpará. Bom Jesus da Lapa é uma exceção, sendo considerado um pólo gerador de desenvolvimento, ao estar situado em 45º lugar na classificação do estado da Bahia e em 1º no Território.

Produto Interno Bruto Municipal – PIB 1999 – 2003

Classificação Território Velho Chico	Municípios	PIB 1999	PIB 2003	Classificação entre os 415 municípios da Bahia
1 °	Bom Jesus da Lapa	89,45	167,02	42 °
2 °	Serra do Ramalho	35,13	78,33	95 °
3 °	Barra	38,40	66,53	113°
4 °	Riacho de Santana	36,22	60,11	122 °
5 °	Ibotirama	35,16	53,96	137 °
6 °	Paratinga	29,03	50,90	148 °
7 °	Oliveira dos Brejinhos	24,68	45,20	168 °
8 °	Carinhanha	25,75	44,58	171 °
9 °	Sítio do Mato	18,65	36,47	207 °
10 °	Malhada	19,66	36,22	210 °
11 °	Muquém do São Francisco	15,75	33,78	226 °
12 °	Igaporã	18,91	26,72	280 °
13 °	Feira da Mata	11,99	26,07	291 °
14 °	Brotas de Macaúbas	12,14	19,58	350 °
15 °	Matina	11,89	16,38	375 °
16 °	Morpará	8,45	14,23	376 °
	Bahia	42.040,11	73.166,49	

Fonte: Estudos Propositivos e Projeto GeografAR.

No que se refere à participação média dos municípios no PIB do Território Velho Chico no período de 1999 a 2003, observa-se que apenas 4 dos 16 municípios que compõem o Território detiveram cerca de 50% do PIB nesses anos. Em 1999, Bom Jesus da Lapa, deteve a maior participação, com quase 21%, seguido de Racho de Santana 8,48%, Ibotirama e Serra do Ramalho com 8,15% cada.

Distribuição da Arrecadação Federal – junho 2006

Municípios	FPM	FUNDEF	FUS	OUTROS	TOTAL AF
Barra	989.672,52	925.682,92	0,00	28.327,48	1.943.682,92
Bom Jesus da Lapa	1.088.639,76	699.231,15	166.244,79	32.556,29	1.986.671,99
Brotas de Macaúbas	529.435,26	210.286,93	59.006,38	12.538,57	811.267,14
Carinhanha	692.770,76	458.608,00	105.123,23	16.258,43	1.272.760,42
Feira da Mata	296.901,75	130.283,29	45.228,69	8.140,58	480.554,31
Ibotirama	662.770,76	264.035,96	105.103,87	52.042,32	1.083.952,91
Igaporã	529.435,26	199.676,31	69.403,24	10.977,89	809.492,70
Malhada	529.435,26	290.491,93	70.166,04	15.964,89	906.058,12
Matina	395.869,01	173.707,28	59.908,60	8.304,54	637.789,43
Morpará	352.956,83	93.718,22	42.990,32	8.926,77	498.592,14
Muquém do São Francisco	296.901,75	218.128,57	45.617,11	10.730,15	571.377,58
Oliveira dos Brejinhos	617.674,45	378.076,89	83.321,82	18.240,93	1.097.314,09
Paratinga	692.770,76	501.269,59	105.039,60	15.701,41	1.314.781,36
Riacho de Santana	282.048,05	76.463,48	46.775,17	38.206,76	443.493,46
Serra do Ramalho	797.152,68	520.962,26	110.061,27	17.733,00	1.445.909,21
Sítio do Mato	494.836,26	304.757,41	75.211,26	12.434,91	887.239,84
Médio São Francisco	9.249.271,12	5.445.380,19	.189.201,39	307.084,92	16.190.937,62
Bahia					370.083.076,71

Fonte: www.bb.com.br

Receitas Orçamentárias Realizadas – 2003

Municípios	Receitas Orçamentárias Realizadas
Barra	Não Informado
Bom Jesus da Lapa	24.718.640,94
Brotas de Macaúbas	Não Informado
Carinhanha	12.492.049,33
Feira da Mata	4.104.352,83
Ibotirama	10.410.549,73
Igaporã	7.811.704,71
Malhada	9.493.499,28
Matina	5.740.690,98
Morpará	4.190.989,93
Muquém do São Francisco	Não Informado
Oliveira dos Brejinhos	9.878.593,39
Paratinga	14.180.727,08
Riacho de Santana	12.197.369,58
Serra do Ramalho	14.996.344,95
Sítio do Mato	Não Informado

Fonte: IBGE

3.5.2 Estrutura Agrária

Considerando os dados do Censo Agropecuário 1995-1996, o Território Velho Chico possui 33.450 estabelecimentos rurais, numa área total de 2.399.485 ha. Apenas 0,9% (307 estabelecimentos) têm acima de 1.000 hectares. São números que indicam uma elevada concentração de terras no Território, e com significativa presença de minifúndios (13.201 estabelecimentos com menos de 10 ha e 14.286 com áreas entre 10 e 50 ha).

Em relação à condição do produtor, em 28.939 estabelecimentos o produtor é o próprio proprietário, ocupando uma área total de 2.328.656 hectares; em 73 estabelecimentos, é o arrendatário; em 267, é parceleiro; e em 4.171 estabelecimentos, ocupante.

O Território apresenta um quadro agrário historicamente difícil e conflitivo. Há décadas os conflitos de terras estão na ordem do dia. O Território é considerado área reformada prioritária de atuação do INCRA, levando em consideração os critérios de concentração fundiária, número de acampamentos, número de assentamentos e de agricultores familiares.

Em 1988 foi implantado o 1º assentamento de Reforma Agrária no Território, no município de Barra. Atualmente são 51 projetos de Reforma Agrária que abrangem uma área de 334.129,60ha com aproximadamente 8.029 famílias assentadas, com uma média de 41.63 hectares, área bem abaixo à estabelecida pelo módulo rural. E apesar da maioria dos assentamentos estarem instalados próximos ao Rio São Francisco, o acesso à água por parte das famílias é restrito

A implantação destes projetos tem uma periodicidade e, associada a ela, algumas características que ainda estão sendo estudadas, porém já poder se afirmar que aqueles implantados na primeira fase obedeceram a processos de regularização fundiária, conseguidos pela pressão das organizações sociais que atuavam no Território. Posteriormente, é a fase das ocupações, principalmente de áreas pertencentes a empresas agropecuárias que se implantaram na região com o apoio da SUDENE e cujos projetos e terras foram abandonados.

Conforme dados apontados pelo Projeto GeografAR, dos 52 processos administrativos de desapropriação realizadas no Médio São Francisco para implantação de projetos de Reforma Agrária, 20 desapropriações foram realizadas em imóveis pertencentes à pessoas jurídicas.

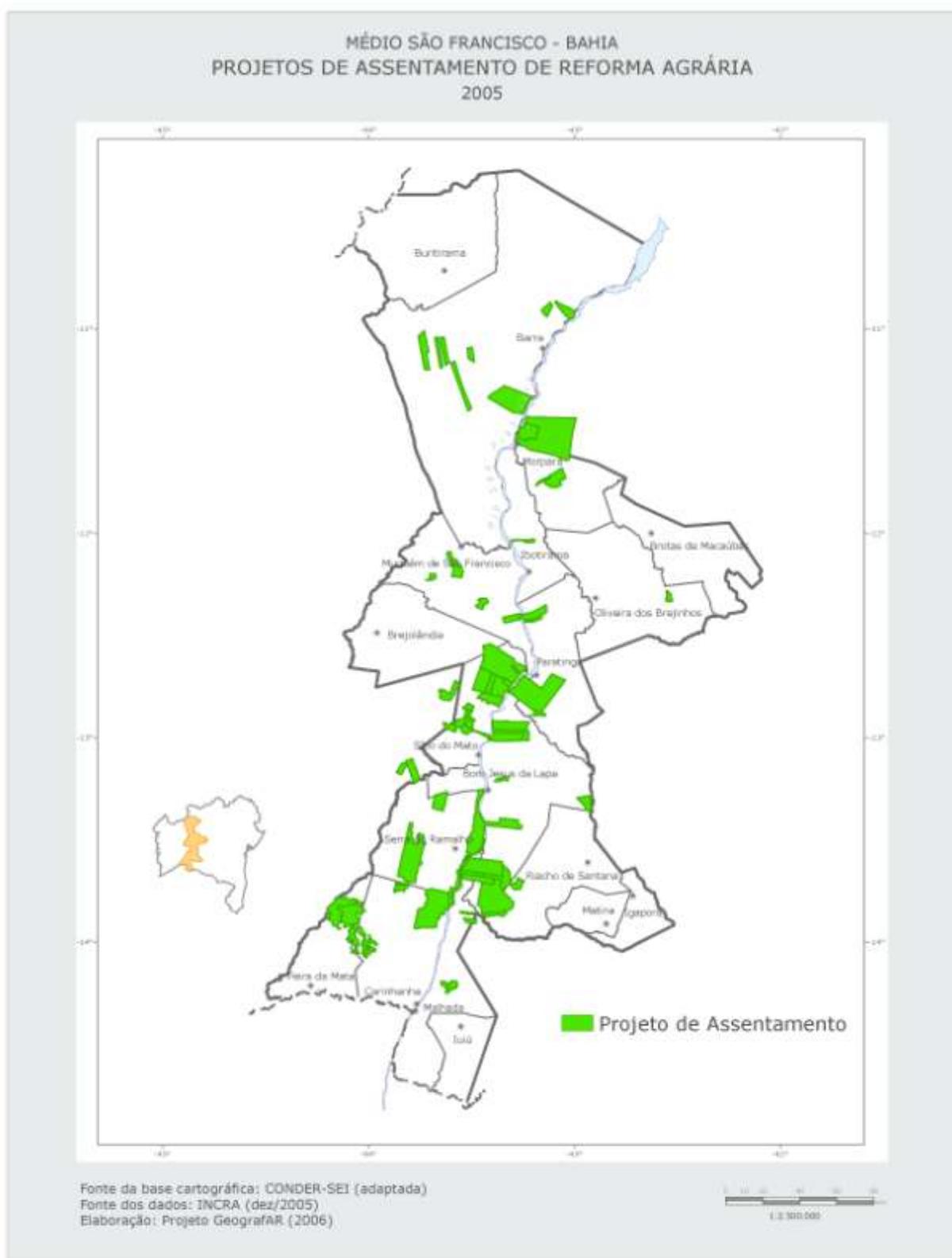
Atualmente existem em torno de 27 acampamentos de trabalhadores sem terra no Território, agrupando 1.334 famílias. Mas o que se verifica é a intensificação dos movimentos de luta pela terra e o aparecimento de novos acampamentos com maior frequência.

Projetos de Assentamento Território Velho Chico – 2005

Município	Assentamentos	Nº Famílias	Área (ha)
Barra	09	1517	63.518,91
Bom Jesus da Lapa	09	1576	57.732,10
Carinhanha	07	1114	36.692,48
Ibotirama	01	32	1.289,22
Malhada	01	90	3.000,00
Morpará	01	100	7.606,01
Muquém de São Francisco	03	177	7.137,18
Oliveira dos Brejinhos	01	20	1.497,00
Paratinga	04	622	39.709,99
Riacho de Santana	01	102	3.722,25
Serra do Ramalho	03	1648	54.216,29
Sítio do Mato	11	1028	58.008,17
Total	51	8.026	334.129,60

Fonte e Elaboração: Projeto GeografAR, 2006.

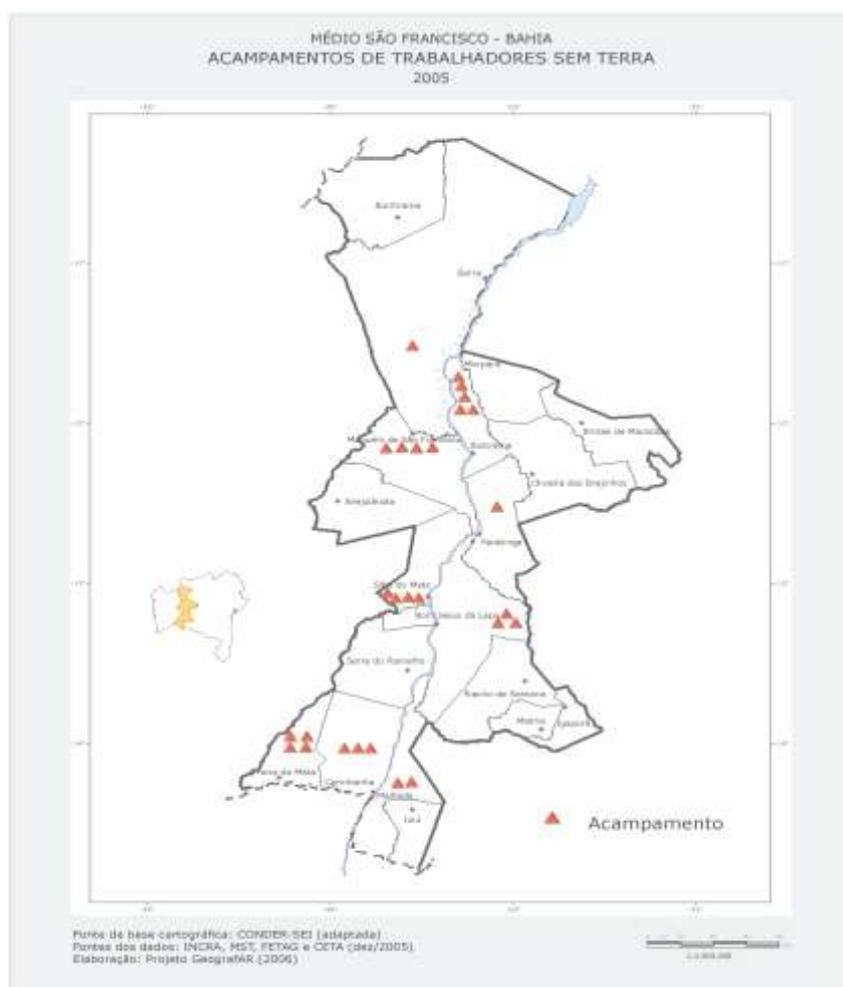
Localização dos Projetos de Assentamento



Acampamentos Território Velho Chico – 2005.

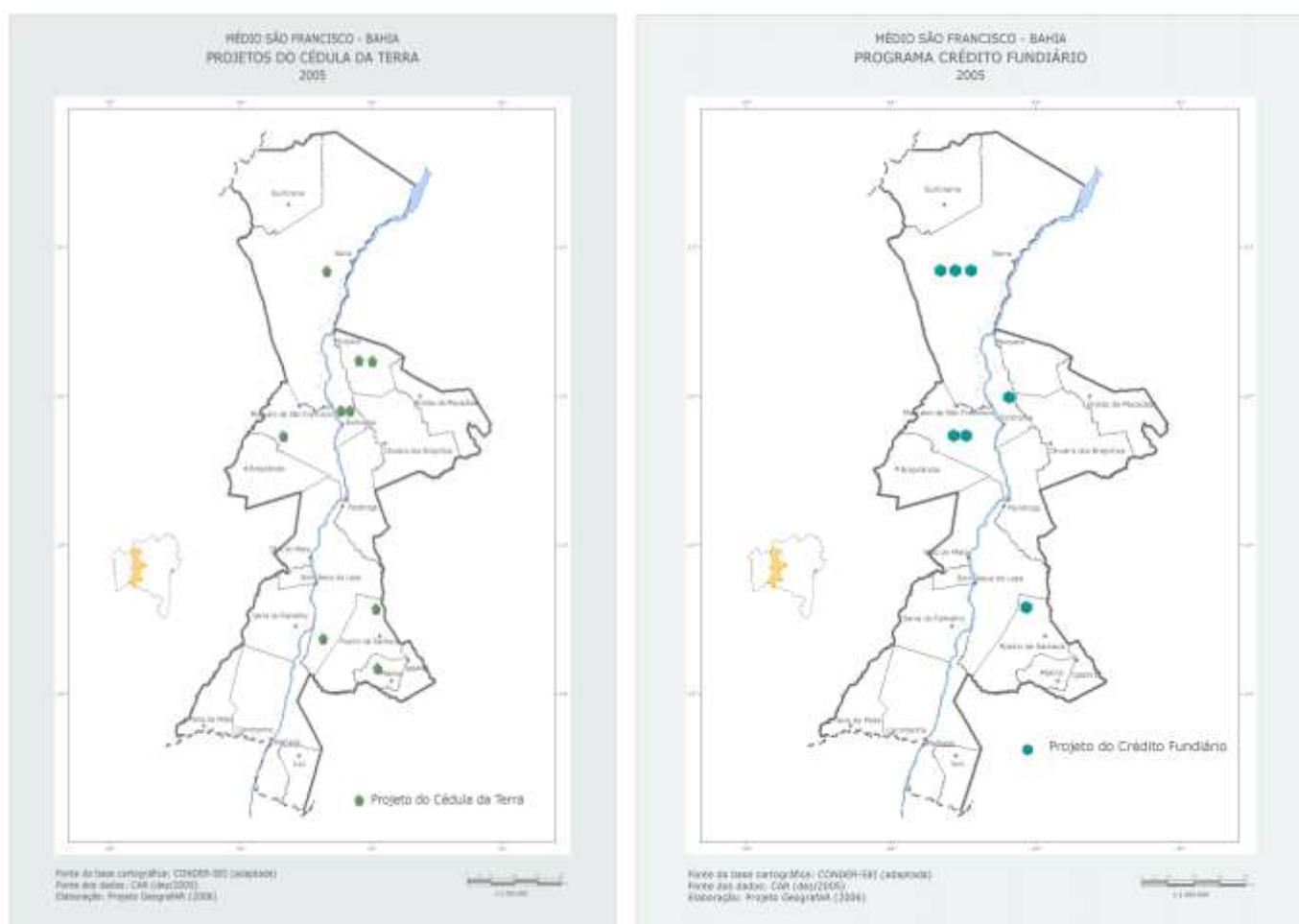
Município	Acampamento	Nº famílias
Barra	01	38
Bom Jesus da Lapa	03	145
Carinhanha	03	200
Feira da Mata	04	152
Ibotirama	05	102
Malhada	02	118
Múquém de São Francisco	04	327
Paratinga	01	81
Sítio do Mato	04	171
TOTAL	27	1.334,00

Fonte: INCRA, MST, CETA, FETAG e CPT (dados Dezembro 2005)
 Elaboração: Projeto GeografAR, 2006.



Além da desapropriação, encontraram-se outras formas de acesso à terra no Território. Uma delas é o PCT (e sua continuação, o PNCF, embora que com algumas e importantes modificações), implantado com o apoio do Banco Mundial. O PCT foi oficialmente lançado no estado da Bahia em novembro de 1997, e o Território já conta com 16 projetos implantados, numa área de 14.273,17 ha envolvendo 521 famílias. A média de área por família corresponde a 27,39 hectares, muito inferior ao módulo rural (65 hectares).

Localização dos projetos do PCT e do PNCF



Com relação ao grau de concentração das terras, o índice de Gini de 66,67% dos municípios é classificado como forte e muito forte, notadamente nos municípios de Barra, Sitio do Mato e Malhada os índices variam de 0,910 a 0,959. São municípios localizados na margem do rio São Francisco, áreas normalmente disputadas por grandes fazendeiros e altamente valorizadas. Mesmo o município de Serra do Ramalho, originado do Projeto Especial de Colonização no que

as terras foram divididas eqüitativamente para abrigar aos “removidos” pela construção da Barragem do Lago de Sobradinho, e que deveria ter, por isso mesmo, uma classificação de nula a fraca, demonstra uma tendência á concentração de terras, pois, depois de 10 anos de institucionalizado com município, o índice de Gini esta na faixa de 0,410, considerado como fraca a média³.

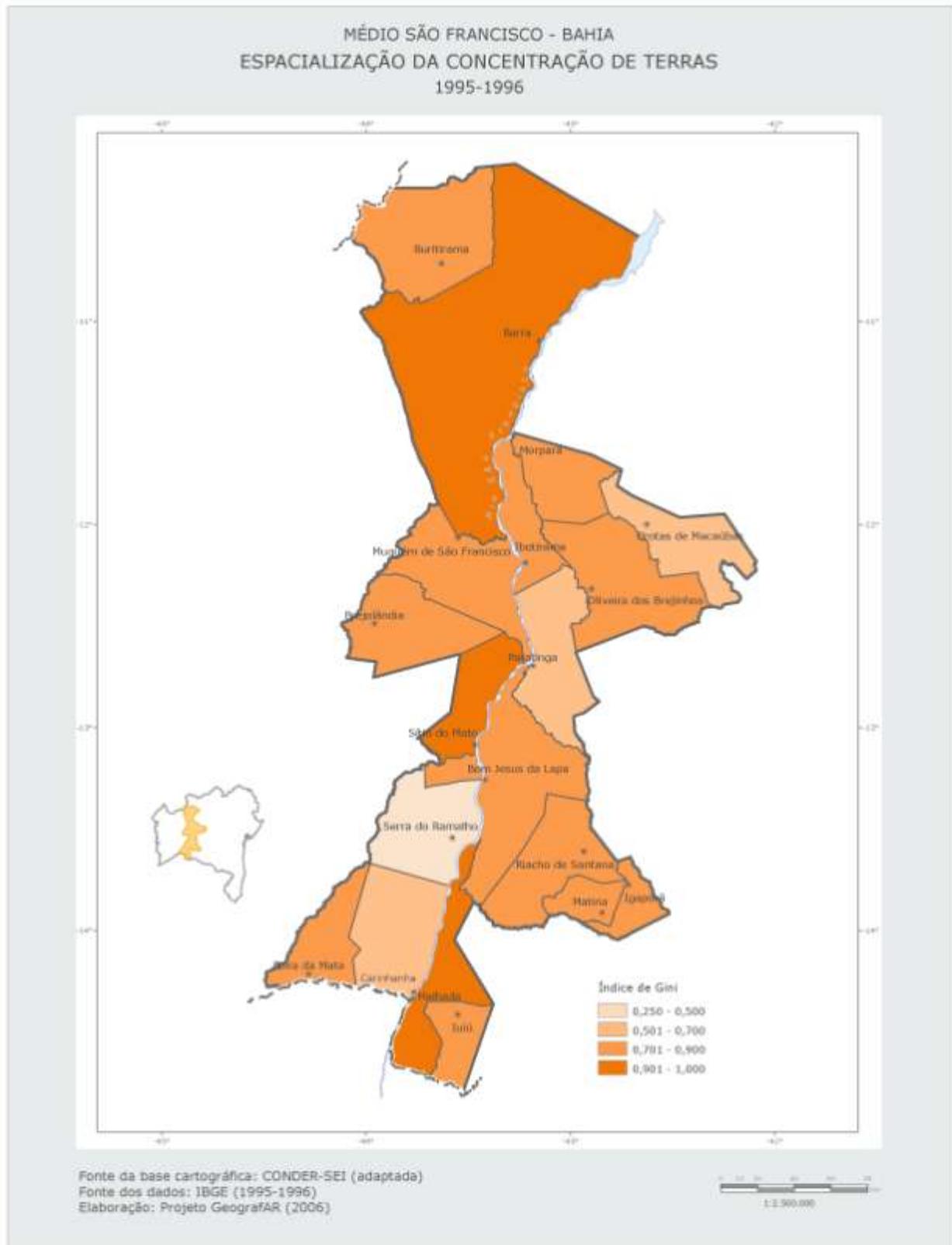
Índice de Gini no Território Velho Chico

Bom Jesus da Lapa	0,875
Brotas de Macaúbas	
Carinhanha	0,667
Feira da Mata	0,769
Ibotirama	0,837
Igaporã	0,702
Malhada	0,910
Matina	0,710
Morpará	0,854
Muquém de São Francisco	0,885
Oliveira dos Brejinhos	0,745
Paratinga	0,651
Riacho de Santana	0,780
Serra do Ramalho	0,410
Sítio do Mato	0,928

Fonte: Projeto GeografAR

³ Categorias do Índice de Gini: 0,000 a 0,100, Nula; 0,101 a 0,250, Nula a Fraca; 0,251 a 0,500, Fraca a Média; 0,501 a 0,700, Média a Forte; 0,701 a 0,900, Forte a Muito Forte; 0,901 a 1,000, Muito forte a Absoluta.

Espacialização da Concentração de Terra



3.5.3 Beneficiamento da Produção

Na produção agrícola, a mandioca desponta como a cultura beneficiada domesticamente com a maior produção de derivados: polvilho, farinha, beiju, biscoitos, bolos. Porém a qualidade desses produtos ainda deixa muito a desejar, dado que não se segue um padrão de qualidade e produção em escala de comercialização.

Em consequência da perda de material genético, da sub - utilização da mandioca, do baixo preço e da instabilidade do mercado, muitas casas de farinha tradicionais foram abandonadas. A isso deve-se adicionar a implantação agro – indústrias sem políticas de apoio e suporte e outros programas do governo inviáveis.

Outro produto beneficiado e em expansão no Território é o mel. A produção de diversas associações, com licença do SIF através do entreposto gerenciado pela COOPAMESF, já está sendo envasada, rotulada e comercializada.

Nesse produto o município de Ibotirama vem despontando. Já conta com aproximadamente 3.000 colméias e o desafio é a diversificação dos produtos apícolas. Suas matas possuem diversas e rias floradas⁴. A FUNDIFRAN em parceria com a CODEVASF, o MDA, o SEBRAE e outras instituições, vem apoiando os apicultores na capacitação, distribuição de colméias e equipamentos e na construção de unidades de beneficiamento de mel em 12 municípios do Território.

Segundo dados do BNB, outra atividade promissora é a produção de cachaça artesanal. Os municípios de Barra, Paratinga, Morpará, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos já contam com diversas associações de produtores que distribuem a cachaça para outros estados, por exemplo, São Paulo.

No município de Oliveira dos Brejinhos, o beneficiamento de frutas está sendo alavancado pela agricultura familiar transformado o buriti, a manga, o umbu, mangaba, tamarindo, maracujá e outras frutas em doces, geléias, sucos, compotas. Além disso, está sendo construído um frigorífico de caprinos e ovinos com recursos do PROINF / MDA e outros da CODEVASF.

No município de Bom Jesus da Lapa, através do movimento CETA em parceria com CODEVASF e MDA, está sendo implantada uma unidade de abate de frangos caipiras e de corte. No município de Morpará os pescadores, em parceria com o MDA, conseguiram implantar

⁴ Dentre as quais se destacam surucucu, umbuzeiro, juazeiro, jurema, angico, unha de gato, marmeleiro, mata pasto, neve, jitirana, pajeú, balaio velho, tatrena, jatobá, ingá, copaíba, engorda vaca, betonca, sorgo, aroeira, coroa de São João.

uma unidade de fabricação de gelo para o pescado. Nesse mesmo ramo, o município da Barra possui uma unidade de beneficiamento de peixes.

3.5.4 Produção Agrícola

A maior produção agrícola do Território está relacionada com as culturas temporárias. Em 2004 o VBP alcançou R\$ 188.217.000,00, sendo que a produção de mandioca se sobressai das demais como fonte de alimentação e de complemento alimentar para os animais. A mandioca, apesar de pouco valorizada, é a cultura geradora de renda do sertanejo. A cana-de-açúcar e o feijão são culturas temporárias de grande relevância na renda dos agricultores deste Território.

A maior área plantada ainda é com as culturas tradicionais como o feijão, o milho e a mandioca. O algodão herbáceo também teve um crescimento considerável entre os anos 2000 e 2004. Identifica-se, ainda, a existência de uma pequena parcela dedicada à produção de mamona que pode vir a ser uma alternativa de renda viável com o estímulo que vem sendo dado à produção do biodiesel. Com essa perspectiva há estudos realizados para implantação de uma unidade de esmagamento de oleaginosas, através da CODEVASF / MDA no município de Malhada.

Culturas Temporárias – 2000

Cultura temporária	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (mil reais)
Algodão herbáceo	2.120	2.120	2.982	1.407	1.361
Alho	42	42	104	2.476	203
Arroz	1121	1121	1.673	1.492	485
Batata-doce	23	23	154	6.696	26
Cana – de - açúcar	3.560	3.560	142.816	40.117	23.536
Cebola	42	42	470	11.190	280
Feijão	45.023	45.023	29.842	663	19.425
Fumo	125	125	107	856	84
Mamona	5.123	5.123	5.095	995	2.159
Mandioca	15.680	15.520	186.770	12.034	49.493
Melancia	1.320	1.320	539	408	146
Melão	59	59	55	932	9
Milho	28.815	28.815	48.038	1.667	10.125
Sorgo granífero	7.220	7.220	14.825	2.053	2.477
Tomate	43	43	1.224	28.465	484
Total do MSF	110.316	110.156	434.694	3.946	110.293

Culturas Temporárias – 2004

Cultura temporária	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (mil reais)
Algodão herbáceo	24.470	24.470	60.988	2.492	71.249
Alho	20	20	34	1.700	94
Amendoim (em casca)	1.700	1.700	6.375	3.750	1.849
Arroz	74	74	71	959	34
Batata-doce	54	54	526	9.741	190
Cana – d e - açúcar	3.205	3.205	148.210	46.243	18.955
Cebola	28	28	186	6.643	77
Feijão	24.595	24.595	10.026	408	9.862
Fumo	40	40	29	725	61
Mamona	1.532	1.532	1.176	768	551
Mandioca	17.328	17.208	204.976	11.912	68.840
Melancia	403	403	15.959	39.600	2.501
Melão	27	27	816	30.222	228
Milho	28.160	28.160	29.106	1.034	8.633
Soja	270	270	810	3.000	367
Sorgo granífero	7.110	7.110	13.153	1.850	4.474
Tomate	23	23	628	27.304	252
Total do MSF	109.039	108.919	493.069	4.527	188.217

Fonte: PAM / IBGE (Retirado da pesquisa Projeto GeogafAR)

Obs: Quantidade produzida em mil frutos e rendimento em frutos/ha para melancia, melão e tomate.

Conforme tabelas abaixo, a cultura permanente de maior destaque no Território é a banana, tendo como maior produtor e pólo de maior atividade econômica o município de Bom Jesus da Lapa. Além da banana, a manga e o coco da baía são outros dos destaques produtivos da região.

Culturas Permanentes – 2000

Cultura permanente	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (mil frutos)	Rendimento médio (mil frutos/ha)	Valor (mil reais)
Abacate	2	2	33	17	2
Banana	2.244	2.244	3.426	2	8.219
Café	48	48	83	2	91
Coco da baía	463	463	1.484	3	578
Goiaba	26	26	1.196	46	83
Laranja	99	99	4.966	50	507
Limão	20	20	993	50	48
Mamão	20	20	200	10	36
Manga	550	550	13.743	25	901
Maracujá	188	188	11.220	60	756
Tangerina	5	5	162	32	5
Uva	6	6	120	20	180
Total do MSF	3.671	3.671	37.626	316	11.406

Culturas Permanentes – 2004

Cultura permanente	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (mil frutos)	Rendimento médio (mil frutos/ha)	Valor (mil reais)
Banana	2.909	2.909	56.636	19.469	21.968
Café	8	8	5	625	6
Castanha de caju	255	255	55	216	55
Côco-da-baía	555	555	9.852	17.751	3.714
Goiaba	46	46	410	8.913	178
Laranja	88	88	711	8.080	199
Limão	13	13	68	5.231	15
Mamão	15	15	300	20.000	100
Manga	754	754	9.812	13.013	3.130
Maracujá	253	253	3521	13.917	2429
Tangerina	2	2	12	6.000	2
Uva	24	24	480	20.000	960
Total do MSF	4.922	4.922	81.862	133.215	32.756

Fonte: PAM / IBGE (Retirado da pesquisa Projeto GeogafAR)

Obs: Quantidade produzida em toneladas e rendimento em kg/ha para café e, mil cachos e cachos/ha, para banana.

3.5.6 Produção Pecuária

Das quase 700 mil cabeças de gado bovino que compõem o rebanho do Território, o município de Muquém do São Francisco produz 12% com cerca de 80.000 animais. Apesar destes dados, o aproveitamento da carne e seus derivados ainda é feito de maneira artesanal, às vezes impróprio ao consumo humano. Com relação a caprinovinocultura, o município de Oliveira dos Brejinhos tem se destacado com maior rebanho do Território

O Território dispunha apenas de um matadouro no município de Bom Jesus da Lapa, desativado devido ao seu estado precário de funcionamento e sem a menor condição de uso, principalmente no tocante à higiene. Além disso, o Ministério Público, baseado na Portaria 304, proibiu o abate clandestino, exigindo dos poderes públicos urgência na estruturação de infra - estrutura de abatedouros de acordo com a lei. Os derivados da carne ainda são trabalhados em pequena escala, de forma também artesanal, nos ambientes domésticos e em pequenos açougues (embutidos, linguiças, etc). Subprodutos como ossos, sangria e couro ainda não são beneficiados no território.

Os laticínios e subprodutos do leite (queijo, requeijão, manteiga, doces, iogurte) são industrializados de forma artesanal, tendo a maior demanda no período das chuvas.

Não existem meios de resfriamento nas fazendas e as micro - indústrias de laticínios ainda são insignificantes para atender a demanda. O desequilíbrio na oferta, aliada à qualidade da matéria

prima tem inibido a instalação de indústrias transformadoras no Território.

Do ponto de vista do rebanho leiteiro, a cadeia produtiva do leite ainda não está estruturada e organizada o suficiente para o atendimento à demanda e outros produtos

Efetivo dos Rebanhos – 2004

	Rebanho (cabeças)							
	Bovinos	Suínos	Bubalinos	Eqüinos	Asininos	Muare	Ovinos	Caprinos
Barra	43.500	9.700		1.680	2.700	720	6.000	8.620
Bom Jesus da Lapa	57.001	17.174		2.321	3.590	1.640	10.991	13.098
Brejolândia	53.298	1.350		1.390	46	50	1.789	1.220
Brotas de Macaúbas	17.500	1.550		100	100	65	2.900	5.100
Buritirama	18.800	2.200		2.000	1.200	500	2.300	2.600
Carinhanha	40.820	5.490		1.230	60	510	3.550	1.550
Feira da Mata	34.881	9.492		1.120	101	290	914	1.390
Ibotirama	17.980	1.100		1.800	650	80	1.300	1.600
Igaporã	19.301	8.834		2.200	57	299	3.890	1.058
Iuiú	39.411	4.430		2.050	100	800	2.900	1.100
Malhada	46.120	5.180		1.130	110	615	2.950	1.000
Matina	11.344	4.880		2.500	350	930	4.950	2.750
Morpará	12.000	600		180	180	150	1.400	3.200
Muquém	76.100	1.700		3.000	1.600	400	3.500	4.000
O. dos Brejinhos	38.100	5.690		1.300	900	200	11.900	33.000
Paratinga	37.814	12.951		2.519	1.290	814	8.835	5.790
Riacho de Santana	50.998	13.115		6.604	2.714	1.398	8.999	5.617
Serra do Ramalho	42.998	7.543		7.690	1.553	894	4.998	7.886
Sítio do Mato	37.815	8.338		4.220	2.998	571	2.304	2.157
Total MSF	695.781	121.317	0	45.034	20.299	10.926	86.370	102.736

Fonte: Projeto GeogrfAR.

3.5.7 Extrativismo

O extrativismo teve e continua tendo o seu papel importante para a sobrevivência do sertanejo. Entretanto, no caso particular do Território Velho Chico, essa atividade tem preocupado bastante as autoridades ambientais, principalmente no que tange à produção de madeira, madeira em toras e carvão vegetal. Nos últimos anos tem se verificado o crescimento clandestino de carvoarias em toda a região. Conforme dados do IBAMA, o Território é responsável por 23% de toda a lenha produzida no estado e de 50% de toda a produção de madeira e madeira em toras da Bahia, isso representa 69% do valor da comercialização da madeira no estado. Estes dados revelam que a exploração sustentável de espécies nativas é um tema que urge ser debatido com a sociedade e, em especial, com as comunidades e projetos de assentamentos que vivem e sobrevivem disso.

O extrativismo mineral se destaca nos municípios de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas com a exploração do cristal de rocha. Apesar das empresas mineradoras de grande porte, muitas comunidades ainda sobrevivem da extração do cristal de forma artesanal. Outra forma de extrativismo mineral praticado no território é a extração de areia do leito do Rio São Francisco, alternativa de sobrevivência encontrada por diversos pescadores ante a escassez do pescado e o crescimento da construção civil, principalmente no município de Ibotirama e Bom Jesus da Lapa.

A ação extrativista ocorre ainda com espécies como o angico, o buriti, o caju, o licuri, a mangaba e o pequi. O umbu é o produto mais característico da exploração extrativista, sendo que atualmente está se promovendo o replantio dos umbuzeiros, assim como uma maior valorização da espécie, representativa do bioma da caatinga.

No território urge a necessidade de maiores investimentos na construção de pequenas unidades familiares ou associativas de beneficiamento de frutas nativas.

3.5.8 Produção Pesqueira

Destaca-se no território a presença do Rio São Francisco e seus afluentes e a pesca se configura como uma atividade econômica de grande potencial para geração de renda. Em todas as cidades e povoados ribeirinhos a quantidade de pescadores é muito grande, mas a maioria pratica a pesca de subsistência, e o excedente é vendido na beira do rio, nas peixarias, a atravessadores ou nas Colônias de Pescadores presentes em todas as cidades da calha do rio.

Com a criação do auxílio defeso pelo governo federal, todos os pescadores do Território são cadastrados em associações e filiados a instituições de pesca. Tem-se verificado um crescente número de pessoas que se cadastram nesta atividade para receber o auxílio do governo no período da piracema.

O potencial dos estoques pesqueiros do Vale do São Francisco é desconhecido. Informações sobre o pescado desembarcado e o esforço de pesca empregado no Território são escassas, dispersas e pouco consistentes, como acontece também nas diferentes áreas da bacia. As estatísticas disponíveis não contemplam séries históricas de dados, dificultando um diagnóstico mais profundo sobre a pesca na região.

Dados de estimativas para todo o rio São Francisco indicam captura total em torno de 2.500 t/ano.

Já foram identificadas 152 espécies de peixes na bacia. Entre as espécies nativas mais importantes nos rios e lagoas naturais destacam-se curimatã, pacu, dourado, surubim, matrinxã, mandi - amarelo, mandi - açu, pirá e piau - verdadeiro, e as sedentárias, pacamã, piau - branco, traíra, corvinas, piranha - vermelha e piranha - preta.

No trecho do rio que corta o Território há a presença de espécies exóticas que foram introduzidas na bacia do São Francisco quando do povoamento dos seus reservatórios, tais como o tucunaré, introduzido nos reservatórios de Três Marias e Itaparica em 1982 e 1989; a pescada introduzida em Sobradinho pelo DNOCS no final da década de 70; a tilápia, o tambaqui, o bagre-africano e outros.

São poucos os investimentos existentes nessa atividade, principalmente relacionados ao processo de congelamento e beneficiamento do pescado. Apesar dos sérios problemas ambientais que se observam na bacia do São Francisco, algumas áreas ainda oferecem condições para boas pescarias.

3.5.9 Atividades Não Agrícolas

Artesanato

A atividade artesanal esta presente em todo o território, apesar de freqüente em todos os municípios é uma atividade que não desperta na juventude a vontade de aprender e produzir. Antigamente era freqüente um artesão ser assistido por um aprendiz, hoje não há incentivo ao aprendiz e algumas práticas estão sendo esquecidas. No entanto, em várias comunidades rurais se encontram produtos artesanais dos mais diversos materiais como barro, madeira, pedra, couro, palha de banana, de milho, buriti, carnaúba. Onde são produzidos mais diversos artigos como chapéus, esteiras, sacolas e cestos, potes, vasos, entalhe, carrancas, esculturas e réplicas de santos.

Notadamente os índios kiriri são grandes produtores de colares e brincos com sementes. Não existe no território, entretanto, uma estrutura de comercialização da produção artesanal. Os artesãos aproveitam as feiras locais e eventos regionais e nacionais para a venda e divulgação dos seus trabalhos.

Os municípios que se destacam na produção de artesanato em palha sob a orientação do SEBRAE são: Feira da Mata, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama e Muquém do São Francisco.

Turismo

A cidade de Bom Jesus da Lapa desponta na região por causa do turismo religioso. A cidade concentra a segunda maior festa religiosa católica do Brasil, a qual se realiza no mês de agosto, conhecida como a Procissão ou Romaria do Bom Jesus que atrai milhares de fiéis todos os anos.

O município de Paratinga, mais precisamente nos povoados de Águas do Paulista e Brejo das Moças, explora os banhos de águas termais. Os municípios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos têm um grande potencial para o turismo ecológico com banhos nas cachoeiras e riachos, ainda pouco conhecidos. Na localidade de Arame, em Ibotirama, está localizada a Fazenda Pé de Serra, reconhecida como RPPN e que tem atraído nos finais de semana muitos visitantes.

O município de Barra se destaca pelo aspecto histórico e cultural, com uma arquitetura do século XVIII ainda bastante preservada. Os municípios de Carinhanha, Malhada, Matina, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas têm um forte atrativo no campo arqueológico, que ainda não foi explorada turisticamente.

No Município do Muquém do São Francisco, mais precisamente na comunidade de Piragiba, encontra-se o sítio arqueológico Aratu de Piragiba, recentemente pesquisado pelas equipes e arqueólogos da UFBA, onde se instalou um pequeno museu expondo as formas de sepultamentos da tradição Aratu. No município de Oliveira dos Brejinhos os sítios da Itacanga, Pedra do Tapuio e Pedra Furada. No município de Matina os sítios arqueológicos de arte rupestre na localidade de Tapuio. Todo este potencial arqueológico ainda é pouco conhecido e passível de estruturação para a exploração turística.

3.5.10 Comercialização e Abastecimento

A comercialização predominante no Território é praticamente feita via atravessadores; apenas o setor de fruticultura em Bom Jesus da Lapa desponta, através da atuação da cooperativa de pequenos irrigantes localizada no Distrito de Irrigação Formoso / CODEVASF, com uma central de vendas. O setor apícola está entrando nesse processo de organização da produção para viabilizar o comércio de mel através da cooperativa regional dos apicultores. A partir de 2005, a CONAB tem apoiado com contratos de compra antecipada algumas associações de produtores de frutas, doces e grãos.

Segundo dados do Projeto GeografAR, tanto no setor agrícola quanto no setor pecuário, nenhum financiamento foi concedido para comercialização. Nota-se a dificuldade do agricultor, especialmente o agricultor familiar, de se inserir no mercado sem a atuação de intermediários. Neste sentido, o financiamento para a comercialização permitiria maior autonomia do agricultor no decorrer do processo.

3.6. SERVIÇOS DE APOIO À PRODUÇÃO

3.6.1. Crédito Rural

Com o advento do PRONAF, a destinação de recursos financeiros e ampliação do crédito para a agricultura familiar é uma realidade. Entretanto, o acesso ao crédito tem se visto dificultado pelos obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares sua obtenção, tais como ineficiência de assistência técnica, a precariedade no atendimento dos agentes financeiros, inexistência de políticas públicas para o setor rural e a falta de projetos específicos na área técnica que venham atender as demandas do Território. Todos estes fatores terminam impactando negativamente e aumentando o endividamento dos agricultores.

Quantidade de contratos e valor dos empréstimos do PRONAF por modalidade – 2004

	Total		Custeio		Investimento	
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Barra	94	154.099,50	12	25.105,50	82	128.994,00
Bom Jesus da Lapa	631	2.422.015,77	387	1.726.843,70	244	695.172,07
Brotas de Macaúbas	122	162.422,33	17	29.896,95	105	132.525,38
Carinhanha	297	2.387.176,02	180	391.855,67	117	1.995.320,35
Feira da Mata	321	382.877,17	2	5.829,98	319	377.047,19
Ibotirama	1.034	3.213.073,80	818	2.413.027,18	216	800.046,62
Igaporã	367	462.654,46	80	143.630,81	287	319.023,65
Malhada	263	410.231,18	110	209.842,96	153	200.388,22
Matina	505	885.665,99	207	373.324,32	298	512.341,67
Morpará	587	2.258.702,01	426	1.665.900,01	161	592.802,00
Muquém do São Francisco	1.415	6.892.589,04	1.147	5.841.715,95	268	1.050.873,09
Oliveira dos Brejinhos	118	340.334,22	13	30.759,80	105	309.574,42
Paratinga	1.563	3.986.880,07	893	1.839.385,91	670	2.147.494,16
Riacho de Santana	722	1.996.317,90	429	785.529,36	293	1.210.788,62
Serra do Ramalho	1.310	4.792.773,55	1.178	3.687.122,83	132	1.105.650,72
Sítio do Mato	297	3.168.215,39	10	27.882,22	287	3.140.333,17
MSF	9.646	33.916.028,48	5.909	19.197.653,15	3.737	14.718.375,33

Fonte: Estudos Propositivos, 2006

Quantidade de contratos e valor dos empréstimos do PRONAF por grupo - 2004

Município	Grupo A		Grupo B		Grupo C		Grupo D		Grupo E	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Barra			87	87.000	16	49.106	1	17.994		
Bom Jesus da Lapa			170	169.807	211	592.733	219	1.221.712	31	437.763
Brotas de Macaúbas			101	101.000	21	61.422				
Carinhanha	112	1.967.422	4	4.000	178	382.390	3	33.365		
Feira da Mata			312	312.000	7	45.143	2	25.735		
Ibotirama			170	169.998	877	2.350.515	8	71.531	24	622.031
Igaporã			284	283.982	80	150.651	3	28.022		
Malhada			144	150.928	111	235.409	8	23.924		
Matina			265	264.650	238	590.152	2	30.863		
Morpará			79	79.000	481	1.396.949	1	10.000	9	772.753
Muquém de São Francisco	79	334.997	131	131.000	1.036	2.925.152	52	492.148	117	3.009.293
O. dos Brejinhos			59	59.000	59	281.334				
Paratinga	16	286.297	419	418.997	1.102	2.949.217	26	332.369		
Riacho de Santana	20	223.309	158	157.992	532	1.501.659	12	113.358		
Serra do Ramalho	39	675.613	38	317.433	1.064	3.080.221	168	990.524	1	14.942
Sítio do Mato	1	17.536	111	110.789	10	28.884	1	4.940		
MSF	267	3.505.174	2.532	2.817.576	6.023	16.620.937	506	3.396.485	182	4.856.782

Fonte: Estudos Propositivos, 2006

Verifica-se na tabela acima que do número de contratos e valores para os municípios do Território, Paratinga foi aquele que recebeu maior número, cerca de 1.547, ou seja, 14% do total de contratos na modalidade PRONAF C. Enquanto que Barra foi o município que recebeu o menor número de contratos, 104, que representam menos de 1%. Em termos de montante, Muquém de São Francisco foi quem recebeu mais, num valor aproximado de R\$ 7 milhões, cerca 20% do total, distribuídos assim: R\$ 3 milhões no PRONAF C, outros R\$ 3 milhões no PRONAF E e o restante em A, B e D.

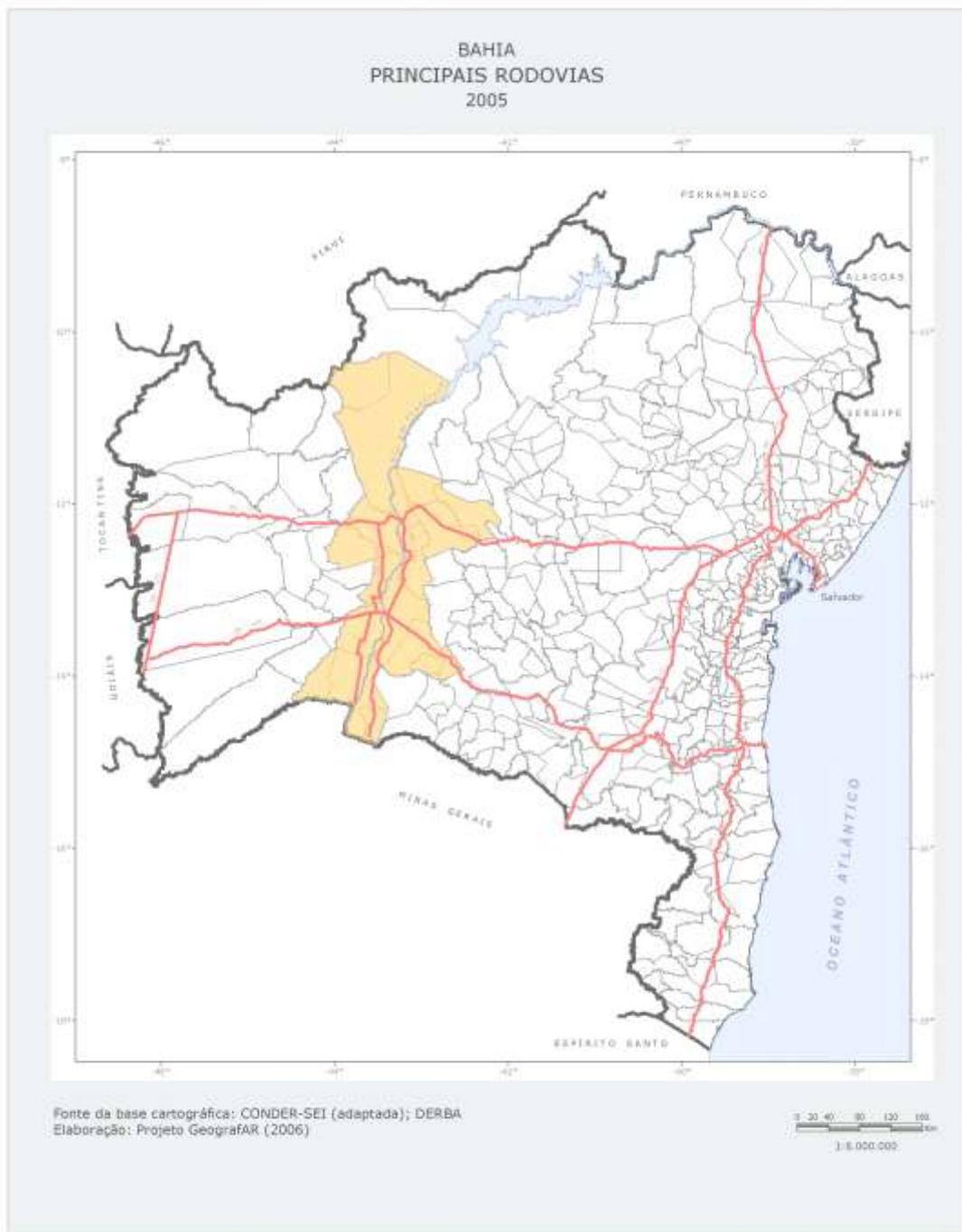
Observa-se que somente 1,75% dos contratos são do PRONAF E, concentrados em Muquém do São Francisco e Sítio do Mato. O PRONAF A, direcionando a agricultores de áreas de Reforma Agrária também apresentou reduzido número de contratos, somente 2,60%. Enquanto que o maior número de contratos foi da categoria C, 62,71%, seguido da B, 30,49%.

3.7. INFRA - ESTRUTURA

3.7.1 Estradas / Hidrovias

O Território é cortado por rodovias interestaduais e intermunicipais, destacando-se a BR 242 – Salvador / Brasília, via Barreiras, que liga o Território às mais importantes capitais do país. A cidade de Bom Jesus da Lapa é ponto de entroncamento das rodovias federais BR 349 - Santa Maria da Vitória / Bom Jesus da Lapa e BR 430 – Caetitê, Bom Jesus da Lapa e a cidade de Malhada recebem a rodovia BR 030.

Principais Rodovias do Território



Duas grandes rodovias estaduais margeiam o rio São Francisco. Na margem direita, percorrendo todo o trecho do rio, de Malhada a Ibotirama (297 km) e de Barra a Xique - Xique (91 km) a BA 160. Na margem esquerda, percorrendo também todo o trecho do rio Carinhanha a Barra (426 km) a BA 161. Apesar destas importantes rodovias, ainda persistem sedes municipais desprovidas de estradas asfaltadas, como no caso de Matina e Morpará. A maioria das estradas estaduais do município se encontra em precário estado de conservação.

De modo geral, o território é bem servido de estradas vicinais e rodagens que dão acesso à zona rural, todavia por serem estradas de barro e chão batido necessitam de cuidados constantes, principalmente em épocas de chuvas.

O rio São Francisco e seus afluentes são importantes canais de interligação entre as cidades, entretanto, esse sistema de locomoção de pessoas através da hidrovia no São Francisco é utilizado apenas pelos moradores das ilhas e das comunidades ribeirinhas para o acesso às cidades. A hidrovia do São Francisco, outrora fator de maior importância para o desenvolvimento da região no que se refere ao transporte de mercadorias, é utilizada apenas para o transporte de grãos produzidos no oeste da Bahia, fazendo o percurso Ibotirama - Petrolina

3.7.2 Energia

Ainda é grande a demanda por energia nas áreas rurais, praticamente há carência em todos os municípios, embora alguns como Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Igaporã estão bem abastecidos.

A alternativa que vem suprindo o déficit de energia elétrica no Território é o Programa do Governo Federal “Luz Para Todos”, que tem o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até o ano de 2008. O programa é coordenado pelo MME com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. A instalação da energia elétrica até os domicílios é gratuita para as famílias de baixa renda e para os consumidores residenciais, com ligação monofásica e consumo mensal inferior a 80kwh/mês, as tarifas serão reduzidas, como previsto na legislação.

3.7.3 Comunicação

Todo o território é coberto por rádios particulares, com algumas exceções, como é o caso da radio comunitária de Brotas de Macaúbas. Na cidade de Ibotirama existe uma rádio FM com cobertura intermunicipal, em Bom Jesus da Lapa existe uma rádio AM com abrangência

extraterritorial e com uma repetidora da TV Oeste. Todos os municípios do Território Velho Chico recebem sinal da TV – Oeste, afiliada da Rede Globo.

Quanto a Internet, na maioria das cidades é distribuída pelo sistema de rádio, e na telefonia móvel destacam-se as cidades de Ibotirama, Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Oliveira dos Brejinhos e Barra.

Quanto a comunicação escrita, predomina os jornais e revistas da capital, no entanto, existem jornais locais com pouca tiragem como o Gazeta da Lapa.

Verifica-se, portanto, que o Território necessita de avanços no que diz respeito à democratização e ampliação do acesso as rádios comunitárias e jornais locais.

3.7.4 Armazenagem

Deficitária na maioria dos municípios, embora alguns projetos de assentamento rurais disponham de estrutura ociosa que pode ser destinados para tal finalidade. Na margem esquerda do São Francisco, no município de Muquém do São Francisco, existem duas empresas de transporte de grãos com dois grandes silos para a armazenagem de soja e caroço de algodão.

A agricultura familiar carece de espaços adequados para armazenamento dos seus produtos, principalmente daqueles destinados para suporte da CONAB.

3.8. CULTURA E LAZER

Em termos culturais, ainda se observa a vitalidade de algumas festas tradicionais, manifestações folclóricas e lendas, principalmente ligadas ao rio. São manifestações na sua maioria de origem africana ou indígena e outras trazidas pelos colonizadores e que ainda hoje são cultivadas com as devidas adaptações.

As festas juninas têm grande expressão na cidade de Barra, com o São João da Barra e as disputas entre os fortes; a cidade de Igaporã também se destaca pelo São João; na cidade de Oliveira dos Brejinhos se comemora o São Pedro. Porém, em todas as outras cidades também tem festejos juninos.

Dentre as festividades religiosas o destaque, certamente, é a cidade de Bom Jesus da Lapa com

as romarias do Bom Jesus e de Nossa Senhora da Soledade. A cidade concentra a segunda maior festa religiosa católica do Brasil, no mês de agosto, conhecida como a Procissão ou Romaria do Bom Jesus, atraindo milhares de fiéis todos os anos de todas as partes do país.

Em todas as cidades e principalmente nos povoados ainda se mantêm grupos de festejos tradicionais como os *reisados*, a roda de São Gonçalo, *o reis do Boi*, *os reis da mulinha*, *a cavalhada*, *a marujada*, *as rodas de samba e as rodas de coco e o Candomblé*, principalmente em comunidades quilombolas; e nos Fundos de Pastos, a festa do Divino e a festa de Cosme e Damião. Nas comunidades indígenas se pratica a dança do Toré. Ressalta-se que a Festa do Divino de maior destaque é a de Brotas de Macaúbas.

Dois grandes eventos culturais são marcantes no Território. O Festival de Musica e Poesia de Ibotirama e o Canta Vale na cidade de Bom Jesus da Lapa. Outra atividade cultural freqüentemente encontrada no Território são os grupos de teatro, a maior parte amadores e alguns poucos profissionais.

Apesar dessa diversidade de manifestações culturais, muitas delas, principalmente as originadas na cultura popular têm perdido espaço para a cultura de massa e industrial, promovida e divulgada pela televisão, que reforça o nivelamento cultural e desvaloriza as produções oriundas do povo. Isto último também produto da falta de apoio dos organismos públicos no incentivo e financiamento da produção cultural.

Do ponto de vista do lazer para a grande população, o Território é carente de infra - estrutura pública destinada a este fim. Na área do lazer esportivo constatam-se apenas alguns campeonatos de futebol e futsal, e eventualmente outro esportes.

O rio São Francisco ainda é uma opção para o povo ribeirinho, os beiradeiros utilizam o rio para pesca esportiva, para banhos e passeios em suas “coroas”⁵. Nas localidades dos municípios de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos existe a opção de banhos de cachoeira e corredeiras de pequenos riachos, além da RPPN Fazenda Pé de Serra que oferece a opção de banhos e trilhas, assim como em Paratinga a opção de banhos termais nos povoados de Águas do Paulista e Brejo das Moças.

⁵ Pequenas praias de arena muito fina e branca que se formam e desaparecem mercê às cheias e secas do Velho Chico.

3.9. ENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Território conta com atuação de diversas instituições públicas de abrangência municipal, estadual e federal. Também é sede de duas regiões administrativas da Bahia, a 22ª em Ibotirama e a 26ª em Bom Jesus da Lapa.

Somente para a instalação das oficinas territoriais do Velho Chico foram convidadas mais de 70 instituições representantes do poder público e da sociedade civil. Da esfera pública, Prefeituras e Secretarias municipais, Câmaras de Vereadores, CODEVASF, CMDRS, IBAMA, INCRA, UNEB, EBDA, BNB, Banco do Brasil, DIREC, FUNASA, ADAB. Da sociedade civil, FUNDIFRAN, RODA / ASA, CESAB, ACARI (ONG's); MST, CETA, OTL, FETAG, PNCF (Movimentos de Luta pela Terra); FETRAF e FETAG (Federações); ASCONTEC, ECOSOL, COOPAMESF e COOPEB (Cooperativas); Tuxá, Kiriri e Pankaru (Comunidades Indígenas); APRODEC, AECOFABA, ABEPARES – Riacho de Santana (Rede de Escolas Famílias Agrícola); SINTRAF e STR's; Colônias dos Pescadores; Quilombolas; CEAPRI (Fundo de Pasto); PT, PJ e CPT.

Constata-se ainda a existência de diversos outros órgãos como: INSS, SEBRAE, DRT, Ministério Público, SSP, Correios, CEF, Bradesco, etc. Vários Programas e Projetos estão sendo implementados no Território por instituições públicas e privados. Dentre esses podemos enumerar: Luz Para Todos; Programas e Projetos Sociais do Governo Federal em parceria com Estado e Municípios: PETI, Bolsa – Escola, Bolsa - Família, Transporte Escolar, PSF, Agentes Comunitários de Saúde, Merenda Escolar, SUS, etc.

Nesse contexto, a política de desenvolvimento territorial tem articulado diversos atores sociais, buscando assim a integração e implementação de políticas públicas de todas as esferas, tomando como base o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios implementado através da SDT / MDA.

O Território tem vários projetos implantados e / ou em processo de implantação apoiados pela SDT através do PROINF

4. PROGRAMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

As sucessivas etapas de elaboração deste Plano constituíram-se em um importante processo pedagógico, de reflexão e troca de saberes e experiências. O Plano é a ferramenta definidora de ações, sempre sujeito a revisões e ajustes, visando a proposição de alternativas para resolução dos problemas de maior relevância do Território Velho Chico. O Plano tem como conteúdo o planejamento das ações aproveitando as potencialidades endógenas e as oportunidades que o Território oferece.

As ações de desenvolvimento têm como pressupostos básicos a otimização dos recursos e das iniciativas locais, a adoção de tecnologias adequadas às condições físico - produtivas do Território, a participação dos atores como sujeitos do processo, a priorização das necessidades humanas presentes e futuras e a sustentabilidade dos agroecossistemas e dos recursos naturais existentes.

Sabemos que, por definição, o desenvolvimento sustentável pressupõe garantir qualidade de vida e de oportunidades, incorporando uma perspectiva de longo prazo que prefigura novas relações entre a economia, a sociedade e o ambiente e redefine elementos de eficiência econômica, de equidade social e de preservação dos recursos naturais.

Para atingir esses pressupostos, este PTDRS repousa sobre quatro princípios básicos:

- *O ser humano como sujeito da intervenção* - a adoção desse princípio implica pensar os atores territoriais como sujeitos da sua própria história. Cabe a eles gerar as informações, participar de suas análises, referendar os produtos obtidos em cada fase do Plano, bem como responsabilizar-se pela execução das ações propostas.
- *Solidariedade* - a gestão do Desenvolvimento Territorial e a sustentabilidade ao longo do tempo poderão ser operacionalizadas se alicerçadas e fortalecendo laços de solidariedade e convívio existentes.
- *Visão sistêmica e holística* - a realidade entendida como uma totalidade complexa formada por sub - sistemas integrados.
- *Cidadania*. A elevação e a consolidação do sentimento e da prática da cidadania é um dos principais horizontes do Plano, pensado como ferramenta pedagógica com a missão de despertar os agricultores/as para seu papel como atores sociais e políticos, decisivo para o sucesso de qualquer experiência de desenvolvimento sustentável.

Em outras palavras, o Plano deve ser pensado como um instrumento que pode iniciar um processo de mudança social e de criação de novas oportunidades sociais, articulando, no tempo e no espaço, a eficiência econômica, a justiça social e a conservação ambiental.

Esse processo de mudança social se concretiza em um Território com relativa homogeneidade sócio-econômica e ambiental, no que se materializam uma multiplicidade de relações sociais. Nesses espaços, diversos atores sociais e políticos, movimentos sociais, órgãos públicos e ONG's, dentre outros, cada um com suas características e especificidades, estabelecem relações de cooperação, competição, conflito, etc., através das quais poderão ser negociados consensos, pautas e agendas comuns de trabalho.

Nesse sentido, a elaboração e o monitoramento participativo do Plano significam a oportunidade de incorporar a dinâmica da agricultura familiar no Território, propondo novas alternativas de desenvolvimento econômico, social, cultural, institucional e ambiental que potencializem os recursos naturais disponíveis e minimizem as limitações próprias do contexto regional, as quais devem revelar-se capazes de sensibilizar e comprometer outros atores e instâncias interessadas em fortalecer e multiplicar essas propostas.

4.1. Visão de Futuro

Na visão do futuro tentou-se antecipar o resultado das ações a partir do conhecimento da realidade e das propostas para o desenvolvimento sugerido neste Plano, expressando o desejo de mudança e de como se pretende alcançá-la a curto, médio e longo prazo.

A definição da visão de futuro deste plano foi definitivamente elaborada e aprovada na oficina territorial realizada na cidade de Oliveira dos Brejinhos, quando os grupos de trabalho, separados por eixos aglutinadores, definiram a visão de futuro para cada eixo. De posse desses dados, o Núcleo Técnico, responsável pela elaboração do Plano, consolidou e sintetizou o trabalho num texto que refletisse o anseio de todos os atores e sem perder de vista as dimensões do desenvolvimento e os eixos priorizados neste documento.

Visão de Futuro

O Desenvolvimento Rural no Território Velho Chico será sustentável, através do fomento e estruturação das cadeias produtivas, da valorização do protagonismo da sociedade civil, do fortalecimento das políticas públicas e da melhoria da qualidade de vida das famílias rurais. As ações produtivas do Território terão uma forte responsabilidade com o meio ambiente onde os ecossistemas são a garantia da biodiversidade e as matas ciliares estarão todas preservadas. A agroindustrialização e comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas serão feitas de forma organizada, e seus resultados revertidos em benefício da coletividade. As famílias possuirão a posse legal da terra e as condições financeiras e de assistência técnica adequadas às suas necessidades.

A educação será garantida no campo em todos os níveis, valorizando os saberes locais e a identidade cultural do povo.

4.2 Objetivos do PTDRS

Geral

- Orientar os programas, projetos e ações de desenvolvimento rural sustentável no Território Velho Chico a partir dos eixos aglutinadores priorizados.

Específicos

- Servir de instrumento de negociação e diálogo com as instituições promotoras do desenvolvimento territorial;
- Contribuir na integração das políticas públicas no território;
- Fomentar o debate sobre o desenvolvimento rural sustentável, contribuindo na identificação de novos eixos aglutinadores;
- Contribuir para o controle social das políticas públicas e empoderamento da sociedade civil.

4.3 Eixos Aglutinadores e Linhas de Ação

A definição dos eixos aglutinadores consolidou-se depois de ampla discussão nas oficinas territoriais. É uma metodologia utilizada para direcionar o enfoque das ações para temas estratégicos e capazes de produzirem o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Para cada eixo

aglutinador foram definidas linhas de ação, processo de estruturação e delimitação mais detalhada do tema. Por último, a partir delas foram levantados os programas e projetos específicos de cada eixo.

Eixos Aglutinadores do Desenvolvimento Territorial

- FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
- DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À TERRA
- VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO
- CONSERVAÇÃO E USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS

4.3.1 Fortalecimento da Agricultura Familiar

Linhas de Ação	Programas / Projetos
L1: <u>Apoio às Cadeias Produtivas</u>	<p>Piscicultura - Tanque redes / criação de alevinos; Apicultura – Construção de unidades para fomento da produção e beneficiamento; Ovinocaprino cultura – Melhoramento genético do rebanho e gestão da produção; Fruticultura – Aproveitamento frutas nativas e incentivo a pequenos projetos de irrigação; Biodiesel - Estudos e implantação de pequenas unidades de esmagamento de oleaginosas.</p>
L2: <u>Agregação de valor aos produtos da Agricultura familiar</u>	<p>Frigorífico de caprinos (embutidos e defumados); Abatedouros de bovinos e aves; Laticínios; Fábrica de gelo para conservação do pescado; Unidade de beneficiamento de mandioca; Unidade de beneficiamento de frutas nativas; Unidade de beneficiamento de mel; Construção de curtume e beneficiamento de pele; Unidades de esmagamento de oleaginosas.</p>
L3: <u>Formação e qualificação dos/as Agricultores/as Familiares</u>	<p>Fortalecimento e qualificação das cooperativas; Uso de novas tecnologias de produção (agroecologia); Capacitação em gestão dos empreendimentos.</p>
L4: <u>Armazenamento da produção e Acesso a Mercados</u>	<p>Ampliação dos programas da CONAB no Território; Centrais de comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas; Estruturação e fortalecimento das feiras regionais da agricultura familiar;</p>

	<p>Certificação dos produtos da agricultura familiar; Redes de economia solidária / mercado justo; Criação da marca do Território / selo; Plano de viabilidade / pesquisa de mercado; Fortalecimento das cooperativas de comercialização; Construção de galpões para armazenamento da produção.</p>
<p>L5: <u>ATER e Acesso ao PRONAF</u></p>	<p>Qualificação dos profissionais em ATER; Execução do Plano Safra Territorial; Rede de entidades de Assistência Técnica; Convênios com instituições federais; Fortalecimento das cooperativas de crédito; Inclusão das áreas de Fundos de Pasto no PRONAF A.</p>

4.3.2 Democratização do Acesso à Terra

Linhas de Ação	Programas / Projetos
<p>L1: <u>Reforma Agrária</u></p>	<p>Ampliação do programa de ATES; Implementação de pesquisas nas áreas de Reforma Agrária; Intercâmbio entre estudantes do PRONERA, EFA's, escolas agrotécnicas e assentamentos (estágio); Capacitação em legislação agrária e ambiental; Identificação das demandas por terra; Seminários e debates sobre Reforma Agrária; Ampliação dos Projetos de Reforma Agrária.</p>
<p>L2: <u>Concessão e uso das terras públicas</u></p>	<p>Discriminatória das propriedades (identificação das terras públicas e particulares); Seminários e debates sobre terras públicas; Concessão das terras públicas para uso coletivo (comunidades tradicionais / ribeirinhas).</p>
<p>L3: <u>Regularização fundiária</u></p>	<p>Ampliação e legalização das áreas indígenas, quilombolas e Fundo de Pasto. Regularização das áreas de Brejos.</p>
<p>L4: <u>Qualificação do acesso ao PNCF</u></p>	<p>Seminários e debates sobre o PNCF; Integração dos movimentos sociais de luta pela terra; Ampliação das áreas de Crédito Fundiário.</p>

4.3.3 Valorização da Educação do Campo

Linhas de Ação	Programas / Projetos
L1: <u>Formação continuada dos professores</u>	Cursos, oficinas e seminários sobre temas relacionados com a realidade do campo; Produção e aquisição de material didático específico; Fortalecimento e ampliação do PRONERA; Criação de Fórum Permanente sobre Educação do Campo;
L2: <u>Estruturação e ampliação das unidades de ensino</u>	Implementação do Núcleo de Formação Continuada de Professores do Campo; Construção e estruturação das escolas do campo (educação infantil, ensino fundamental, médio e superior); Fortalecimento e ampliação das EFA's.
L3: <u>Fomento à cultura e a arte</u>	Pesquisa das manifestações culturais; Festivais e feiras de arte e cultura; Fomento a produção de artesanatos; Construção de centros culturais nas comunidades.

4.3.4 Conservação e Uso Racional dos Recursos Naturais

Linhas de Ação	Programas / Projetos
L1 <u>Revitalização do São Francisco:</u>	Ampliação da navegabilidade do São Francisco; Recuperação de áreas degradadas e matas ciliares; Reflorestamento de nascentes e riachos (viveiros); Desobstrução de canais alimentadores das lagoas e riachos; Projeto para barrar o avanço das carvoarias e exploração da madeira.
L2 <u>Manejo adequado do solo e água</u>	Recuperação e perenização dos rios e pequenos cursos d'água; Construção de barragens subterrâneas e de superfície; Demarcação dos hidrantes naturais; Construção de cisternas de captação de água de chuva para uso individual e coletivo; Peixamento de tanques, lagoas e barragens; Beneficiamento do pescado;
L3 <u>Saneamento e controle ambiental</u>	Captação e tratamento de esgoto sanitário; Aterro sanitário com coleta seletiva e reciclagem; Delimitação de área de preservação ambiental e reflorestamento; Monitoramento das empresas mineradoras;
L4 <u>Gestão e monitoramento dos recursos naturais</u>	Capacitação dos jovens ribeirinhos em produção de mudas (espécies nativas para reflorestamento); Projeto de lei para implantação de infra-estrutura hídrica de iniciativa popular.
L5 <u>Educação Ambiental</u>	Capacitação de professores/as e jovens em educação ambiental; Capacitação dos pescadores em produção e manejo de alevinos; Seminários e palestras sobre preservação dos recursos hídricos; Educação ambiental para combate a pesca predatória;

4.4 Síntese dos Programas e Projetos⁶

Abaixo estão relacionados os projetos dentro dos seus respectivos eixos e linhas, sem nenhuma intencionalidade de priorização. Foram demandados pelos movimentos sociais e pelo poder público a partir do entendimento de que são de interesse territorial mesmo que possam parecer “localizados”.

As discussões para levantamento destas demandas aconteceram nas oficinas territoriais para a elaboração do Plano, nas reuniões de monitoramento dos projetos de Infra Estrutura e Serviços e nos seminários e reuniões com os segmentos sociais.

Programas e Projetos

Eixo: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR				Total Geral: R\$: 8.346.000	
L1: Apoio às Cadeias Produtivas			Modalidade: Custeio e Investimento		
Objetivo		Justificativa		Fontes	
Proponentes					
Apoiar processos de organização, gestão e produção das cadeias da Apicultura, Piscicultura, Avicultura, Horticultura, Cana de Açúcar e Mandioca.		Cadeias Produtivas potenciais no Território em escala razoável de produção e qualidade; existência de algumas organizações cooperativistas e de pequenas unidades de beneficiamento destes produtos.		CODEVASF Secretaria de PESCA SDT / MDA SEAGRI SEDES, CAR	P M Muqém COOPERMEM P M Carinhanha PM Brotas de Macaúbas
Qtd	Projeto	Metas	Localização	R\$ 1.931.000	
03	Hortas Orgânicas Pedagógicas	Equipamentos Instalações Material de Consumo Capacitação técnica	Muquém: PA's Manoel Dias, Serra Branca e Santa Bárbara	141.000	
350	Aquisição de Kits de Produção Apícola - Apis	Colméias completas Utensílios Capacitação técnica Acompanhamento técnico	Brotas de Macaúbas Muquém: PA's: Santana e Santa Bárbara, Boa Vista e Aldeia Kiriri; Oliveira dos Brejinhos e Paratinga	670.000	
100	Tanques-Redes para criação e “engorda” de peixes	Obras e Equipamentos Artefatos para pesca Ração Capacitação técnica	Morpará, Muquém, Paratinga, Ibotirama e Carinhanha: Piriri	1.100.000	
01	Estação de Piscicultura	Obras e instalações Equipamentos Capacitação técnica	Brotas de Macaúbas: Lagoa Nova	20.000	

⁶ Os valores orçados são estimativos.

L2: Agregação de Valor aos Produtos da AF			Modalidade: Custeio e Investimento		
Objetivo		Justificativa		Fontes	Proposta
Apoiar a estruturação de Unidades de Beneficiamento dos produtos da AF tendo em vista a geração de trabalho e renda para as famílias envolvidas nos processos.		Grande potencial de produtos no Território necessitando de maior agregação de valor; Iniciativas importantes necessitando de ampliação da infra - estrutura; Exigências da lei e do mercado por produtos de boa qualidade.		CODEVASF SDT / MDA SEAGRI SEDES, CAR	P M B.J.Lapa P M Igaporã CETA, MST, OTL STR Morpará Colônia Pescadores, Kiriri FUNDIFRAN
Qtd	Tipo Projeto	Metas	Localização	R\$ 4.715.000	
04	Construção de Unidades de Abate de Bovinos e *Aves;	Obras e instalações Equipamentos Capacitação técnica	Muquém Bom Jesus da Lapa Igaporã Serra do Ramalho *Ibotirama Oliveira dos Brejinhos	2.800.000	
01	Ampliação do Frigorífico de Caprinos.				
01	Construção de curtime para bovinos e caprinos	Obras e instalações Equipamentos Capacitação técnica	Bom Jesus da Lapa	360.000	
01	Construção de Unidade Móvel de Beneficiamento do Mel	Obras e Instalações Equipamentos de beneficiamento Capacitação técnica	Oliveira dos Brejinhos: Fundo de Pasto	100.000	
05	Ampliação de Unidade de Beneficiamento de Mel		Morpará: Bandarra; Ipujiara: Sodrelândia; Buritirama: Baixão do Gustavo; Ibotirama: Sítio Novo; Paratinga: Nova União; Brotas: Novo Horizonte e Mangabeira;	25.000	
03	Construção de Unidade de Beneficiamento de Mel (fixa)		Riacho de Santana	90.000	
13	Construção de Unidades de Beneficiamento de Frutas	Obras e Instalações Equipamentos de beneficiamento Capacitação técnica	Oliveira dos Brejinhos: Vale Grande e Boa Esperança; Brotas: Araci, Novo Horizonte e Pé do Morro; Sítio do Mato; Morpará: PA Picadas; Malhada, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Paratinga e Igaporã.	390.000	
01	Construção de uma Unidade de Fabricação de Gelo para Pescado	Obras e Instalações Equipamentos de beneficiamento Capacitação técnica	Muquém: Povoado de Passagem	350.000	
10	Construção de Unidade de Beneficiamento de Mandioca	Obras e Instalações Equipamentos de beneficiamento Capacitação técnica	Ibotirama (1), Brotas (3), Paratinga (1), Morpará, O. dos Brejinhos (1), Muquém (1), Buritirama (1), Barra (1) e Ipujiara (1).	500.000	
02	Construção e *Ampliação de	Obras e Instalações Equipamentos de	Paratinga: *Santo Onofre Igaporã	100.000	

	Unidades de Beneficiamento de Cana de Açúcar.	beneficiamento Capacitação técnica		
--	---	---------------------------------------	--	--

L3: Formação e qualificação dos/as Agricultores/as Familiares				Modalidade: Custeio e Investimentos
Objetivo		Justificativa	Fontes	Proposta
Apoiar a estruturação de espaços físicos e qualificação técnica dos sistemas produtivos e cooperativistas do Território, em vista da gestão dos empreendimentos de economia solidária dos/as agricultores/as familiares.		Agricultores organizados em cooperativas de produção e de crédito; várias cooperativas com deficiências de estruturas produtivas e de qualificação em gestão; agricultores demandando apoio e orientações técnicas.	CODEVASF SDT/MDA SEAGRI SEDES, CAR	COOPERMEM COOPAMESF COOPEVASF FUNDIFRAN ASCONTEC COPAASF, CETA COOPEB, STR's ECOSOL / CEAPRI CASEF / MST / OTL
Qtd	Tipo Projeto	Metas	Localização	R\$ 570.000
04	Capacitação em gestão cooperativista	Cursos Treinamentos Visitas técnicas	Bom Jesus da Lapa / Riacho de Santana / Morpará / Ibotirama / Oliveira dos Brejinhos	160.000
01	Apoio na gestão do Frigorífico de caprinos	Cursos Treinamentos Visitas técnicas	Oliveira dos Brejinhos	40.000
01	Formação profissional dos produtores agro - minerais	Cursos Treinamentos Equipamentos Visitas técnicas Stand de vendas	Brotas de Macaúbas	60.000
01	Estruturação da Cooperativa de Produção de aguardente artesanal	Cursos Treinamentos Visitas técnicas Equipamentos	Paratinga	60.000
01	Estruturação de espaço para qualificação dos AF's.	Obra e instalações Móveis e equipamentos Seminários	Ibotirama	100.000
01	Qualificação técnica na área de produção dos AF's	Cursos Treinamentos Seminários Dias de campo Visitas técnicas	Território	150.000

L4: Armazenamento da Produção e Acesso a Mercado			Modalidade: Investimentos	
Objetivo		Justificativa	Fontes	Proposta
Apoiar a estruturação de espaços físicos adequados para o armazenamento, feiras e exposição dos produtos da AF.		Existência de feiras regionais (Feira do Bode, Frulapa...), porém sem estruturas adequadas para a venda de animais e outros produtos do gênero. Dificuldades de armazenamento de produtos para CONAB.	CODEVASF SDT/MDA CONAB SEAGRI SEDES e CAR	CEAPI STR's COOPERATIVAS FUNDIFRAN Associação Produtores de Novo Horizonte
Qtd	Tipo Projeto	Metas	Localização	R\$ 930.000
02	Apoio à comercialização dos produtos da AF.	Obras e instalações Equipamentos	Oliveira dos Brejinhos: Várzea Alegre Bom Jesus da Lapa	600.000
03	Galpões para armazenamento de Grãos	Obras e instalações Equipamentos	Bom Jesus da Lapa Muquém Igaporã	300.000
02	Apoio a Feiras Regionais dos Produtos da AF	Serviços de apoio (stands, som, transporte, horas técnicas, divulgação, alimentação...)	Oliveira dos Brejinhos: 5ª Feira do Bode – Fundo de Pasto Brotas: 6ª Feira da AF – Novo Horizonte	30.000

L5: ATER e Acesso ao PRONAF			Modalidade: Custeio	
Objetivo		Justificativa	Fontes	Proposta
Apoiar a assistência técnica dos AF's; Qualificar os técnicos de ATER em Agroecologia; Fortalecer a rede de ATER do território, articulada com o PST; Acelerar o processo de inclusão dos Fundos de Pasto no PRONAF A.		Deficiência de assistência aos AF's de todo o Território e constituição de uma rede de ATER compatível com a realidade. A existência de várias instituições qualificada no ramo. Iniciativa das comunidades no processo de inclusão no PNRA.	SAF/MDA CONAB SEAGRI BNB e BB	CEAPI STR's COOPERATIVAS EBDA FETRAF FETAG FUNDIFRAN
Qtd	Tipo Projeto	Metas	Localização	R\$ 200.000
01	Qualificação dos técnicos em ATER e constituição da Rede de ATER	Cursos Treinamentos Seminários Visitas técnicas	Território	150.000
01	Inclusão dos Fundos de Pasto no PNRA	Oficinas Encontros Seminários	Oliveira dos Brejinhos	50.000

Eixo: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA			Total Geral: R\$: 160.000		
L1 Reforma Agrária L2 Terras Públicas L3 Programa Nacional do Crédito Fundiário			Modalidade: Custeio		
Objetivo		Justificativa		Fontes	Proposta
Apoiar a pesquisa, integração das ações de Reforma Agrária, capacitação dos assentados e ampliação das áreas reformadas no Território.		Alto índice de concentração de terra e renda no Território; vários acampamentos de sem – terra; demora na desapropriação e legitimação das áreas ocupadas; necessidade de pesquisas e integração dos vários movimentos pela Reforma Agrária.		MDA INCRA CDA	FETAG, MST, CETA, OTL, MLST, MLT, PNCF, FUNDIFRAN
Qtd	Tipo Projeto	Metas	Localização	R\$ 160.000	
01	Qualificação dos Assentados em Legislação Ambiental / Terras Públicas / PNCF.	Cursos Seminários Treinamentos	Território	50.000	
01	Pesquisa sobre os modos de produção dos Assentamentos e relações de gênero	Encontros Aplicação de questionários Tabulação de dados Publicação	Território <i>Obs: Seleção de 1 assentamento de cada movimento pela Reforma Agrária (06)</i>	30.000	
01	Pesquisa sociocultural das comunidades tradicionais	Encontros Aplicação de questionários Tabulação dos dados Publicação	Território <i>Comunidades dos Brejos Comunidades dos Fundos de Pasto.</i>	30.000	
01	Programa de Identificação de terras públicas e Regularização Fundiária	Encontros Seminários Workshops	Comunidades tradicionais Pequenas propriedades Terras públicas <i>Obs: Os recursos propostos neste projeto referem-se apenas à contraparte do Território nas ações coletivas (encontros, seminários e outros eventos). O Estado deve entrar com equipe técnica e equipamentos necessários para a execução do trabalho.</i>	50.000	

Eixo: VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO			Total Geral: R\$: 2.335.780	
L1 Formação Continuada L2 Estruturação e ampliação de Unidades de Ensino L3 Fomento à Cultura e Arte			Modalidade: Custeio e Investimento	
Objetivo		Justificativa	Fontes	Proposta
Apoiar a educação continuada de professores(as), identificar as manifestações culturais do território e a estruturação de Escolas Famílias Agrícolas e espaços culturais visando a valorização da educação contextualizada e da cultura e arte das populações tradicionais do território.		Existências de experiências na área de educação contextualizada (PRONERA, Escolas Famílias Agrícolas, projetos de alfabetização de adultos...); GT educação do campo já constituído no território; iniciativas de grupos de artesãos; diversidade cultural (indígenas, quilombolas, Fundo de Pasto, Brejos, pescadores, assentados...); vários sítios arqueológicos já identificados e dificuldades de prosseguimento do trabalho da Universidade.	MDA MEC MinC Secretaria de Cultura Petrobrás	AECOFABA KIRIRI PREFEITURAS: Igaporã, Muquém, Ibotirama, Feira da Mata, Brotas, CRQ, CEAPRI, AMAVALE, ACARI, FUNDIFRAN
Qtd	Tipo Projeto	Metas	Localização	R\$ 1.790.000
01	Formação continuada dos professores do campo	Reuniões Encontros Cursos Seminários Visitas Pedagógicas Projeto Pedagógico	Território <i>40 professores</i> <i>23 coordenadores de EFA's</i> <i>32 coordenadores do Poder Público</i>	150.000
01	Juventude e Política Pública	Seminários	Território <i>300 jovens e adultos</i>	30.000
01	Construção de 03 Escolas Famílias Agrícolas	Obras e instalações Móveis e Equipamentos Ingresso de monitores na rede pública	Oliveira dos Brejinhos: Fundo de Pasto Bom Jesus da Lapa: Quilombos Ibotirama.	1.200.000
01	Estruturar a Faculdade de Agronomia do Agricultor Familiar - FAPA	Móveis e Equipamentos Instalação dos cursos Parceria com as Universidades Públicas Custeio	Riacho de Santana	300.000
01	Festival de Arte e Cultura	Serviços: Som, Palco, Edição de Imagens, Ornamentação, Hospedagem / Alimentação, Divulgação, Locação de equipamentos Premiação Passagens e locomoção	Território	50.000
01	Estruturação da Casa da Cultura dos Índios Kiriris	Obra e instalações Equipamentos Matéria prima Capacitação técnica	Aldeia Kiriri <i>25 Famílias indígenas</i>	60.000

Qtd	Tipo Projeto	Metas	Localização	R\$ 545.780
01	“Caminhos de Santana”	Obra e instalações Equipamentos Matéria prima Capacitação técnica	Muquém do São Francisco <i>40 Famílias remanescentes</i>	95.260
01	“Mão na Palha”	Obra e instalações Equipamentos Matéria prima Capacitação técnica	Ibotirama: Ilha Grande <i>40 famílias de pescadores</i>	95.260
01	Implantação de Unidade de Produção e Comercialização de Artesanato	Obra e instalações Equipamentos Matéria prima Capacitação técnica	Igaporã <i>40 Famílias de AF's</i>	95.260
01	Unidade de Produção de Artesanato	Obra e instalações Equipamentos Matéria prima Capacitação técnica	Brotas: Novo Horizonte <i>20 Famílias</i>	60.000
01	Estruturação do Museu Arqueológico	Obra e instalações Móveis e Equipamentos Passagens e locomoção Hospedagem e alimentação Capacitação técnica	Muquém do São Francisco: Vila Piragiba	150.000
01	Levantamento e registro dos Sítios Arqueológicos	Visitas de campo Encontros Hospedagem e alimentação Passagem e locomoção Material gráfico	Território	50.000

Eixo: CONSERVAÇÃO E USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS			Total Geral: R\$: 16.146.580	
L1 Revitalização da Bacia do RSF L2 Manejo adequado do Solo e Água L3 Saneamento Ambiental L4 Gestão e Monitoramento dos Recursos Naturais L5 Educação ambiental			Modalidade: Custeio e Investimento	
Objetivo		Justificativa	Fontes	Proposta
Apoiar ações de revitalização da bacia do RSF, de recuperação e manejo ecológico do solo e da água, de saneamento e controle ambiental, de gestão e monitoramento dos recursos naturais e de educação ambiental, visando a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.		Necessidade de acelerar o processo de revitalização da Bacia do Rio São Francisco através da conscientização ambiental, do manejo e uso racional dos recursos hídricos, da perenização de rios e riachos, do controle e monitoramento dos recursos naturais ainda disponíveis; Necessidade de repovoamento das lagoas e barragens para ampliar a capacidade produtiva de pescadao no Território; buscar a sustentabilidade e qualidade de vida.	MMA FNMA PNRSF CODEVASF MI	CODETER
Qtd	Tipo Projeto	Metas	Localização	R\$
04	Contenção de Barrancos (margem do RSF)	Obras e instalações Equipamentos	Muquém: Riacho da Serra Branca Sítio do Mato: Gameleira B. J. Lapa: Comunidades Ribeirinhas Barra: PA Itacoatiara	600.000
01	Adutora de Mata Virgem	Obras e Instalações Licenciamento Equipamentos Energia Sistema de tratamento e distribuição	B. J. Lapa: 04 comunidades Riacho de Santana: 18 comunidades	363.580
01	Adutora do RSF	Obras e instalações Licenciamento Equipamentos de captação Energia Sistema de tratamento e distribuição	Muquém do São Francisco <i>50 km / benefícios para 2 mil famílias de agricultores familiares</i>	7.000.000
01	Adutora do RSF	Obras e instalações Licenciamento Equipamentos de captação Energia Sistema de tratamento e distribuição	Carinhanha / Serra do Ramalho: 12 Comunidades / 2.000 famílias	5.000.000
01	Ponte de Itapeba	Obras e instalações	Ibotirama <i>Acesso ao entreposto regional de beneficiamento de mel</i>	40.000
03	Barragens	Obras e instalações	Oliveira dos Brejinhos / Morpará:	600.000

	sucessivas (micro - barragens) para perenização		Rio Paramirim (05) Paratinga / Ibotirama: R. Santo Onofre (07) B. J. Lapa / Paratinga: R. de Santa Rita (08)	
01	Limpeza de Córregos	Obras	Carinhanha: Riacho da Pituba	15.000
01	Obstrução de canais e Lagoas do RSF	Limpeza de canais	Municípios da margem do RSF	100.000
01	Construção de 100 Cisternas subterrâneas	Obras e instalações	Brotas e Oliveira dos Brejinhos	400.000
01	Recuperação de Barragem	Obras e instalações	Riacho de Santana: Carro Quebrado	40.000
01	Ampliação de Barragens	Obras e instalações	Brotas: Novo Horizonte e Nova Vista	60.000
01	Aterros sanitários simplificados nas comunidades rurais	Obras	Território	1.728.000
01	Capacitação de Conselheiros Ambientais	Cursos Encontros Seminários	Território	50.000
01	Capacitação de Professores e alunos sobre temas transversais	Cursos Encontros Seminários	Território <i>Inserir nos currículos escolares municipais temas como convivência com o semi-árido, meio ambiente...</i>	80.000
01	Capacitação dos AF em meio ambiente e estratégias de convivência com o semi-árido	Cursos Encontros Seminários Visitas técnicas	Território	70.000

Resumo dos Investimentos e Custeios

EIXOS	TOTAL (R\$)
Conservação e Uso Racional dos Recursos Naturais	16.146.580,00
Fortalecimento da Agricultura Familiar	8.346.000,00
Valorização da Educação do Campo	2.335.780,00
Formas de Acesso a Terra	160.000,00
TOTAL GERAL	26.988.360,00

A carência por ÁGUA, mesmos para os municípios localizados nas margens do rio São Francisco ou de seus afluentes, é ainda um grande problema. As demandas aqui são maiores que as dos outros Eixos.

As demandas voltadas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar incluem também as de pequenos investimentos que possibilitarão grandes mudanças na elevação da renda das famílias agricultoras.

As propostas relacionadas à Educação do Campo representam um pouco mais de 8% do total geral, mas têm uma importância igual ou até maior do que as duas anteriores, pois poderão garantir uma educação contextualizada possibilitando a produção e difusão de conhecimentos fundamentais para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

As propostas relacionadas ao eixo “Formas de Acesso a Terra”, aparecem com menor valor e de apenas custeio. Entende-se que este eixo é responsabilidade da intervenção pública e da implementação de Políticas Agrárias dos Governos, portanto não depende de investimentos diretamente captados pelo Território. Os custeios sim. São necessários para a formação e qualificação dos movimentos sociais possibilitando o seu fortalecimento institucional e social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de alguns entraves, o Território Velho Chico, através da organização do CODETER, do NT e do NT tem exercido um papel fundamental no avanço e bom desenvolvimento das atividades; através do trabalho do Núcleo Técnico, as idéias e sugestões debatidas nas oficinas e seminários territoriais foram sistematizadas e incorporadas no presente Plano.

Vale salientar que todo diagnóstico é dinâmico e, portanto, nunca estará pronto. Dessa forma, as necessidades sempre estarão se renovando. Além do mais, quaisquer que seja o Plano sempre existirão lacunas que serão preenchidas no decorrer do processo. O PTDRS estará sendo revisado constantemente, tentando decifrar e compreender as mudanças e exigências da realidade.

Cabem as entidades que participam das atividades e discussões a compreensão de que o PTDRS é um documento dinâmico, orientador das ações territoriais e não algo cristalizado, a ser deixado abandonado nas gavetas e bibliotecas. Assim, será preciso que todos e todas assumam efetivamente o papel de monitorar, criticar e re-elaborar o presente Plano, sempre que for considerado necessário.

Ibotirama, Bahia, Agosto de 2007.

CODETER

NT

NT

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS- www.ana.gov.br. consultado em 02/05/2006.

_____, *Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio São Francisco e da Sua Zona Costeira – Relatório Final da ANA/GEF/PNUMA/OEA*, 2006

ATES – CETA - Diagnóstico, 2006.

AMAVALE- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA SERRA GERAL E BACIA DO SÃO FRANCISCO. *Agropolo da Amavale - documento 1 e 2*, 2004.

ARTICULAÇÃO ESTADUAL DOS FUNDOS DE PASTO- *O Fundo de Pasto Que Queremos*, 2006.

BNDES – *Municipios em dados* www.federativo.bndes.gov.br/destaque (Consultado em 02/05/2006).

CAR/INTERBA- *Fundo de Pasto – Um Projeto de Vida Sertaneja*

CÂMARA DOS DEPUTADOS- *Rio São Francisco – Dossiê 500 anos*

CEAS – CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. *O médio São Francisco: confins do Sertão Baiano. Caderno do CEAS*, n° 26/ago/1973

FERNANDES, Henry Luddy Abrahan, *Os Sepultamento do Sítio Aratu de Piragiba - Ba* (dissertação de mestrado) Salvador, 2003.

FUNDIFRAN - FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIEMTNO INTEGRADO DO SÃO FRANCISCO – www.fundifran.org.br (consultado em Nov 2006).

_____, *Relatório de Oficinas Territoriais*, FUNDIFRAN Dez 2006.

GEOGRAFAR/UFBA, *Acesso à Terra e Desenvolvimento Territorial no Médio São Francisco*, GeografAR/UFBA, Salvador, 2006. mimeo

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, *Orientação para elaboração de Projetos nos Territórios Rurais em 2004*. p. 1-9 www.mda.gov.br

_____*Articulando Políticas Públicas e Demandas Sociais.* Brasília, 2005.
www.mda.gov.br

PNEA/MMA, *Organização Social – Caminho para o desenvolvimento sustentável – Bacia do Rio São Francisco*, MMA, Brasília, 2002.

PNUD – PROGRAMA NACIONAL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, PNUD, 2006.

REGIMENTO INTERNO. Território Velho Chico

SDT / MDA. *Guia para o Planejamento – Plano Territorial de desenvolvimento rural sustentável.* SDT/MDA, Brasília 2005.

_____, *Estudo Propositivo, Território Médio São Francisco-Ba*, SDT/MDA, Salvador, 2005.

SEI – SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980:2000.* Série Estudos e Pesquisas nº 60, Salvador, SEI, 2003.

_____, *Análise Territorial da Bahia Rural.* Série estudos e pesquisas nº 71, Salvador, SEI, 2004.

SILVA, Valdélis Santos. *Do Mucambo do Pau Preto à Rio das Rãs - Liberdade e Escravidão na Construção da Identidade Negra de um Quilombo Contemporâneo* (ensaio etnográfico), Salvador, 1998

SOUZA, José Evangelista de. *Do Rio São Francisco à Serra do Ramalho*, 1ªed. Precisa Editora Gráfica Ltda, Belo Horizonte MG, 1991.

_____, *Comunidades Rurais Negras Rio das Rãs – Bahia.* Precisa Editora Gráfica Ltda, Belo Horizonte MG, 1991.
